

**Alentejo...
Euro...
Expo...
e viva
o futuro**



■ José Soeiro

Pág. 20

**Ainda antes
do referendo...**

Quando começarem a ser emitidos os tempos de antena da campanha do referendo sobre a IVG, muita gente estranhará o insólito do mesmo tempo de antena poder servir para uns apelarem ao voto no Sim e outros apelarem ao voto no Não.

■ António Filipe

Pág. 21

PCP

**Referendo sobre
a despenalização
do aborto**

**Com todas
as nossas
forças para
a vitória
do**

Sim

Págs. 9, 15, 16, 17 e 18

Avante!

Por serem feriados os próximos dias 10 e 11 de Junho (quarta e quinta-feira), a saída do nosso jornal terá de ser antecipada e o «Avante!» será distribuído na terça-feira, dia 9.

AGENDA

Pelo mesmo facto se chama a atenção das organizações do Partido, que deverão fazer chegar à Redacção, o mais tardar até sábado, dia 6, ao meio-dia, as informações para a Agenda.

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Junho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1279 • Director: José Casanova

PCP denuncia ataques aos rendimentos dos trabalhadores

**GOVERNO PS
QUER PIORAR
LEIS LABORAIS**

Págs. 5 e 6



**Protestos aos milhares
nas ruas de Lisboa**

Págs. 14 e 19

Com Carlos Carvalhas

**Intelectuais da ORL reúnem 3.ª Assembleia
UM IMPORTANTE CONTRIBUTO
PARA O PARTIDO**

Págs. 24 e 25



Carlos Carvalho, no Barreiro, no comício pela despenalização da lei do aborto

RESUMO

27 Quarta-feira

Os trabalhadores da Função Pública e da Administração Local manifestam-se em Lisboa, contra a «privatização das funções do Estado» e o fim do emprego precário ■ A imprensa noticia que o ministro João Cravinho retirou à CP a concessão da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril ■ O Parlamento debate o estado actual e as perspectivas da Segurança Social, a pedido do PCP ■ Xanana Gusmão é visitado pelo congressista norte-americano Christopher Smith na prisão de Cipinang, na Indonésia, no dia em que o ministro da Justiça indonésio afirma que a questão de Timor-Leste não se limita a um «problema interno» ■ Cem mil coreanos iniciam um movimento grevista contra os despedimentos maciços.

28 Quinta-feira

O Porto é escolhido, juntamente com Roterdão, para Capital Europeia da Cultura em 2001 ■ Jorge Sampaio recebe a comitiva portuguesa da Marcha Contra o Trabalho Infantil ■ Xanana Gusmão é visitado pelo secretário dos Negócios Estrangeiros britânico, Derek Fatchett, e pelo embaixador inglês em Jacarta ■ O Tratado de Amsterdão é aprovado em referendo pelos dinamarqueses, com 55 por cento de votos a favor e 50 contra ■ O Paquistão leva a cabo cinco ensaios nucleares.

29 Sexta-feira

Carlos Carvalho intervém num comício do PCP, no Barreiro, pela despenalização da IVG... ■ ... e visita a Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém ■ Álvaro Cunhal participa num debate sobre o Manifesto Comunista, em Viseu ■ Os ferroviários fazem greve, exigindo a revisão das carreiras e a melhoria das condições de trabalho ■ Mais de mil professores filiados na Fenprof manifestam-se, em Lisboa, reivindicando alterações no estatuto da carreira docente ■ A CGTP-*IN* organiza um seminário sobre a exploração da mão-de-obra de crianças, no dia em que a delegação portuguesa da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil parte para Genebra ■ A Assembleia Nacional Francesa «reconhece publicamente o genocídio arménio de 1915» ■ O FMI decide entregar 121 milhões de contos à Rússia ■ A ONU aprova o plano de distribuição de assistência humanitária do Iraque.

30 Sábado

O PCP divulga uma lista de 30 membros do governo do PSD que actualmente ocupam altos cargos

em grupos económicos ■ Inicia-se a 3ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP ■ Termina, em Lisboa, o Primeiro Encontro Antiproibicionista das Drogas ■ O Paquistão realiza o seu sexto ensaio nuclear, apesar das fortes condenações internacionais ■ No Ulster, a polícia e nacionalistas católicos entram em confronto ■ O FMI anuncia que vai alargar os prazos dados à Indonésia para concretizar as reformas económicas ■ Registam-se graves confrontos entre presos numa penitenciária do Recife, Brasil.

31 Domingo

A Índia lança um apelo de paz aos países da Ásia do Sul, acrescentando que o último ensaio nuclear levado a cabo pelo Paquistão não constitui uma ameaça importante para a sua segurança ■ Registam-se confrontos entre palestinianos e judeus ultra-ortodoxos, em Jerusalém ■ O conselheiro municipal espanhol que disse ter sido raptado pela ETA, Bartolomé Rubia, demite-se do PP ■ Um violento sismo abala o Afeganistão, provocando cinco mil mortos ■ Realizam-se eleições presidenciais na Colômbia e legislativas no Equador e no Montenegro.

1 Segunda-feira

A TVI é comprada pela Lusomundo/Cisneros/Sonae ■ No julgamento do caso Meia Culpa, cinco dos oito arguidos são condenados a 25 anos de prisão ■ Na Irlanda do Norte, jovens mascarados lançam «cocktails molotov» contra um grupo de polícias ■ O Paquistão anuncia que vai construir um míssil de longo alcance e que está preparado para fabricar armas atómicas ■ O ex-presidente da Zâmbia, Kenneth Kuanda, é libertado, após meses de prisão sob a acusação de ter tido conhecimento da preparação de um golpe de Estado e não ter informado as autoridades.

2 Terça-feira

A morte de vinte e seis albaneses pela polícia sérvia, entre sexta-feira e domingo, no Kosovo, leva milhares de pessoas a passar a fronteira para a Albânia ■ Explosão no Tribunal Revolucionário no Norte do Teerão faz dois mortos e 40 feridos ■ Na Grã-Bretanha, são retiradas do mercado mais de dois milhões de bebidas gasosas por conterem excesso de benzeno, substância cancerígena ■ Um estudo do departamento de Estatísticas da UE considera as estradas portuguesas as mais mortíferas da Europa ■ Na conferência da OIT, Portugal é o único país a admitir a existência de exploração de mão-de-obra infantil.

EDITORIAL

Ser ou ter sido, eis a questão

Ainda não há muito tempo, o PCP estava completamente isolado na consideração que fazia de que, entre a política praticada pelo Governo do PS e aquela que durante uma década, foi aplicada pelos governos do PSD, não havia diferenças essenciais. Tratava-se, diziam os habituais observadores, da habitual cassetete... Hoje essa consideração do PCP corresponde a uma opinião generalizada, incontestável e incontestada. Há mesmo quem considere que a palavra «essenciais» é dispensável, ou seja, que, pura e simplesmente, não há diferenças; ou até que, se as há, elas são cada vez mais desfavoráveis para o governo do engenheiro Guterres.

Mesmo a tão apregoada postura de «diálogo» e «tolerância» - imagem de marca com a qual o actual executivo, durante algum tempo, logrou convencer muitos cidadãos mais ou menos distraídos de que algo de significativo o distinguia dos governos anteriores - está hoje em queda livre de descrédito. Os aplausos dos chefes dos grandes grupos económicos e financeiros e os resultados das chamadas sondagens de opinião entusiasmaram de tal modo os governantes do PS que eles passaram a agir, a comportar-se como se a maioria absoluta dos seus sonhos fosse uma inevitabilidade. E, naturalmente, sem qualquer esforço visível, vêm assumindo de forma modular, a arrogância e a insolência cavaquistas de má memória; o estado-rosa exhibe já, ostensivamente, a sua condição de irmão gémeo do estado-laranja. Se assim é apenas com o cheiro da maioria absoluta, imagine-se o que seria se a obtivessem!

No que toca à política europeia, o actual Governo tem sabido imitar na perfeição a postura de aluno bem comportado que tantos elogios rendeu a Cavaco Silva. E é com igual «orgulho nacional» que insiste, obsessivamente, em projectar para a Europa a imagem de um Portugal à frente de todos os pelotões da frente, moderno, desenvolvido, paradisíaco (aqui, é justo reconhecê-lo, há uma diferença: o oásis de Cavaco deu lugar ao paraíso de Guterres). E tão cor-de-rosa são os tons difundidos, tamanhas são as bem-aventuranças propaladas que Portugal corre sérios riscos de ver fechada a torneira do Fundo de Coesão a partir do ano 2000: quem tanto progrediu e tão altos índices de desenvolvimento atingiu, não só não precisa de mais ajudas como estará, até, porventura, em condições de ajudar os mais necessitados, terão pensado com os seus botões os que mandam na torneira. Assim como quem diz que, nesta rede de caminhos armadilhados, quem se mete por atalhos mete a vida em trabalhos - coisa que seria de sobremesa se as con-

sequências da opção penalizassem apenas quem optou e não recaíssem fundamentalmente sobre o povo e o País.

Quanto à política nacional a situação é idêntica: na área laboral, o Governo do PS prossegue entusiasticamente os objectivos dos governos do PSD - no momento actual através da tentativa de alterar radicalmente, para pior, importantes leis do trabalho e o sistema de Segurança Social - embora, reconheça-se também aqui, num estilo diferente: aos cavacais pacotes laborais por atacado, Guterres prefere proceder à alteração da legislação por doses. Doses perfidamente revestidas de ocasionais medidas de limitado conteúdo positivo e com as quais procura

esconder o conteúdo, altamente gravoso para os trabalhadores, das alterações em causa - método de longas e velhas barbas e que exhibe exemplarmente o conteúdo «moderno», «solidário» e «transparente» da prática do Governo do PS, na sua concreta aplicação da política de direita.

No que respeita às privatizações, o Primeiro-Ministro não se cansa de expressar e difundir o seu orgulho, a sua satisfação pelo facto de o governo a que preside ter privatizado mais em dois anos do que o governo do

PSD em dez. Com a agravante vantagem de, segundo tudo indica, não ficar a dever nada ao seu antecessor em matéria de favoritismos concedidos a determinados grandes grupos económicos («negociatas» lhes chama Belmiro de Azevedo, ele lá saberá porquê). E o argumento de que também «eles» tiverem os seus «favoritos», apenas confirma os favoritismos actuais.

Também no que toca aos super-jobs para os super-boys, os dois partidos pedem meças um ao outro. E não vale atacarem-se mutuamente, cada um fingindo-se inocente das culpas que atira ao outro. «É bom lembrar que esta promiscuidade já vem de longe e em crescendo», como salientou Carlos Carvalho na intervenção produzida na 3ª Assembleia do Sector Intelectual da ORL. Aliás, o mais provável é que não haja diferenças significativas entre os números de ex-membros dos Governos do PS e do PSD ocupando vários e chorudos cargos. Precisamente porque o que o PS - hoje no Governo - faz é fotocópia do que o PSD fez quando lá esteve. Precisamente porque **ter estado e estar** é a mesma face da mesmíssima moeda. Rivais são-no eles apenas no objectivo de bem aplicar a política de direita comum aos dois. **Ser** governo significa para o PS o mesmo que para o PSD significa **ter sido** governo: essa a questão.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 300 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até as 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL:
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhão - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B 14, 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão:
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso - 2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Caldo entornado?

Decididamente, um vento ciclónico de arrogância e irresponsabilidade está a assolar o pensamento e as palavras de altos responsáveis de uma instituição com grandes responsabilidades na sociedade portuguesa. E promete que, por este andar e por exclusiva culpa desse lado, vamos ter o caldo entornado na discussão em torno do referendo de dia 28.

Assim, acaba de ser noticiado que o Bispo de Viseu comparou a lei em causa aos «fornos de extermínio nazi», afirmou que, se o sim vencer, «todas as mães vão ficar com a imagem de assassinas sobre as suas cabeças» e, numa escalada tresloucada, sentenciou mesmo que quem votar sim «não é cristão, o que representa ter de sair da Igreja».

Se alguém quisesse dar o caldo por já definitivamente entornado, então talvez o Bispo de Viseu tivesse de tapar os ouvidos porque, para não ir mais atrás nem mais longe, alguém lhe poderia lembrar que talvez seja melhor não falar de nazis por causa de umas certas complicitades no fim dos anos 30 e início dos anos 40; e que, quanto ao amor pela vida e pelo direito à vida, talvez alguém, abrindo um extenso

livro, achasse educado e justo atirar-lhe à cara com aquela célebre frase de um cardeal espanhol, no início da guerra civil, sobre a excelência das balas franquistas que faziam desabrochar flores de santidade nos inimigos, ou coisa assim.

Mas como, cheios de boa vontade e rectas intenções, não queremos dar o caldo por definitivamente entornado, pratiquemos então apenas a caridade de suprir a manifesta falta de conhecimentos de sexualidade e biologia daquele prelado, explicando-lhe que nem as leis de despenalização nem os defensores da despenalização, só por o serem, praticam abortos, pelo que não vale a pena insistir no truque de lhes assacar tantos supostos «holocaustos», «matanças» e «crimes».

E, com esperança que o Bispo de Viseu possa ascender a esta noção elementar, ficamos também com a esperança que assim possa vir a compreender que as suas declarações são uma das mais clamorosas confissões de que a sua guerra e a dos seus soldados, sendo unicamente contra a lei de despenalização, não é em rigor contra todo o aborto, porque assenta afinal numa convicção tranquila e pacífica com o aborto

clandestino. Que, sendo perdoado no confessional, parece que, absurdamente, deveria continuar a ser duramente punido pelo Código Penal do nosso Estado laico, ao serviço da manutenção de um calvário de sofrimento para as mulheres que figuras da instituição parecem não desistir de ver como especialmente propensas ao pecado.

Dito isto, diga-se por fim que o mais grave das declarações de D. António Monteiro estará porventura na ameaça de que quem votar sim vai «ter que sair da Igreja».

Sobre isto, haja a esperança de que muitos católicos lhe lembrem que são «o povo de Deus» e que são tão donos da sua Igreja quanto ele.

De seguida, acrescente-se que o soberano exercício de direitos cívicos e políticos não pode obviamente ter a consequência que foi brandida, sob pena de abertura de um conflito de todo indesejável na sociedade portuguesa.

E, sobretudo, mate-se já a insolente ameaça, lembrando secamente que o voto é secreto e nem sequer é matéria de confissão.

■ Vítor Dias

A vida é uma festa... Para alguns

Afluência à Expo está aquém do que os seus organizadores haviam previsto. Haverá naturalmente razões que o expliquem. A fuga aos primeiros dias, as aulas que tolhem a deslocação de famílias, o não se estar em período de férias são algumas das razões que têm sido avançadas para explicar o fosso entre as previsões e a afluência verificada. Quero acreditar que cada uma delas terá algum fundamento. Mas a que se deve somar aquela que uma família, entrevistada nos relvados de Belém pela televisão, cruamente adiantou. A constatação de que para os quatro membros daquela família ir à Expo e dela usufruir significaria quase metade do seu rendimento pelo que contra o facto não tinham argumento.

Vem este facto a propósito sobretudo pelo enfado manifestado pelo Primeiro-Ministro quando confrontado por um jornalista quanto à hipótese da eventual relação entre o poder de compra dos trabalhadores portugueses e a afluência à Expo.

Convenhamos que o «Engenheiro» tem razão. Esta de em altura de festa um jornalista vir lembrar coisas tristes só de forças de bloqueio. Ainda por cima com tanta coisa importante para perguntar. Sobre o «pelotão da frente» em vésperas de uma nova época velocipédica; sobre o número de pratos lavados por uma

conhecida marca de detergente na maior feijoada realizada na maior ponte da Europa; sobre o peso da garoupa «Susana» estrela maior do novo oceanário; sobre o índice da Bolsa e a futura cotação da Optimus...

Em verdade, uma injustiça. Tudo preparado a pretexto. Nem fumo de sardinhadas, nem o cheiro das tripas, nem esse deplorável espectáculo das merendas e piqueniques. Ainda por cima tudo com preços de nível europeu, e depois, a paga é esta ingratitude.

Contendo o enfado, o nosso Primeiro, que tudo sabe e nunca se engana, foi peremptório. Está tudo num problema de calendário.

Isso do poder de compra serão inventonas. Os dados de que o Engenheiro dispõe não enganam. Ainda num destes últimos fins-de-semana, em Bicesse, num deleitado convívio com esforços e sacrificados «investidores», pôde constatar que todos os presentes e as respectivas famílias dispõem do passe para três meses. A estatística recompor-se-á. A vida é mesmo uma Festa. Para quem pode.

■ Jorge Cordeiro

PROIBIÇÃO
das armas nucleares!

Os recentes ensaios nucleares, na Índia primeiro, no Paquistão depois, ensaios que o PCP firmemente condena, vem recolocar a questão do desarmamento nuclear na primeira linha dos grandes problemas de carácter "global" que urge solucionar. Ocupando presentemente a Presidência do Conselho de Segurança da ONU, Portugal deveria fazer ouvir com clareza a sua voz em defesa desta grande causa.

É particularmente inquietante que a problemática do desarmamento, e em primeiro lugar do desarmamento nuclear, tenha sido praticamente retirada da agenda da ONU. Pior ainda, que se desenvolva o militarismo e o intervencionismo agressivo e se assista a uma nova e sofisticada corrida às armas que envolve tanto o armamento convencional como o nuclear. A NATO em lugar de caminhar para a rápida desactivação do seu dispositivo militar reforça-o e expande a sua esfera de acção, intervindo de modo cada mais ostensivo nos Balcãs. Na União Europeia invoca-se a "moeda única" para dar um novo impulso na sua militarização e na adopção de uma "política externa e de segurança comum" que, em tempos de "globalização" e "competição" - ou seja, de expansão imperialista e guerra económica - faça valer os "interesses da Europa" na arena internacional.

A questão suscitada pelos ensaios nucleares e pela escalada da tensão que a acompanha é muito séria. De modo mais ou menos directo envolve um arco de países - Índia, Paquistão, China, Afeganistão, Ásia Central - que representam quase metade da população mundial. Uma região, berço de grandes civilizações, cobiçada pelas suas riquezas e situação geoestratégica onde, contrastando com um Paquistão militarista alinhado com os EUA a Índia não alinhada se tem afirmado como um factor de paz e de contenção dos propósitos de hegemonia planetária do imperialismo.

Particularmente nas relações Índia/Paquistão existem problemas muito complexos e sensíveis ligados pela História (fronteiriços, étnicos, religiosos...) que estão a ser explorados pelos sectores mais reaccionários e obscurantistas para iludir problemas de fundo do desenvolvimento socioeconómico e de dependência externa. Perante as desastrosas consequências das políticas neoliberais e das imposições do FMI agita-se o fantasma do "inimigo externo" para obscurecer a fundamental raiz de classe da tragédia social em que estão mergulhadas as grandes massas do subcontinente, desviando o seu potencial revolucionário para o pantanoso terreno étnico-religioso e nacionalista. Não é casual que a perigosa escalada de tensão tenha sido desencadeada precisamente pelo novo governo indiano dirigido pelos fundamentalistas hinduístas do BJP e que integra forças regionais confessadamente fascistas. Como não são nada ingénuas as medidas tomadas pelo governo do Paquistão (a braços com uma seriíssima crise económica e social) quando por sua vez avançou para as explosões nucleares: instauração do recolher obrigatório e severas medidas de "austeridade" com o pretexto de que presumivelmente lhe viria a ser cortada a "ajuda económica externa". De notar ainda que tudo isto ocorre precisamente quando em 1997 (com o anterior governo indiano) se tinham verificado progressos internacionalmente reconhecidos, não só nas relações sino-indianas como nas próprias relações indo-paquistanesas, incluindo em torno do complexo problema de Caxemira.

Os nossos camaradas indianos do PCI (Marxista) e do PCI, juntamente com as forças que compõem a Frente de Esquerda, condenam firmemente a política do governo reaccionário indiano. Cremos que o mesmo se passa com os camaradas paquistaneses, cuja luta se desenvolve em condições particularmente difíceis, em relação ao governo respectivo. Expressamos-lhes a nossa solidariedade. Simultaneamente, é necessário redobrar os esforços para relançar em Portugal a luta pela proibição e liquidação das armas nucleares. Não esquecendo que os EUA, ao recusar um tal objectivo, insistindo na teoria da "dissuasão nuclear", admitindo mesmo o uso da arma nuclear, recusando abertamente comprometer-se em não aperfeiçoar e em não usar a arma nuclear em primeiro lugar, são o primeiro e principal responsável pelo perigo nuclear.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

SEMANA



Pioneiros pelo direito a ser criança

Os Pioneiros de Portugal estão em Genebra para fazer ouvir a sua voz, "na denúncia da situação em Portugal e em defesa dos direitos das crianças portuguesas e de todo o mundo". Em comunicado divulgado no Dia Mundial da Criança, os Pioneiros afirmam que a sua intervenção - também no quadro da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil - tem como objectivos que:

- A Convenção dos Direitos da Criança seja aplicada;

- O conhecimento sobre o trabalho infantil seja mais aprofundado;

- A legislação existente sobre esta questão seja aplicada e que os respectivos governantes criem mecanismos de inspecção às várias empresas que exploram o trabalho infantil e penalizá-las legalmente;

- A falta de meios de subsistência dos pais leva ao recurso da mão-de-obra infantil. É preciso que as famílias tenham alternativas de vida que proporcione bem-estar e qualidade de vida às crianças.

«Queremos», diz o comunicado «que as crianças tenham direito à educação, à ocupação de tempos livres e a uma infância feliz.»

Contra a taxa de activação

A Comissão de Utentes Contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones admite recorrer ao Presiden-

te da República se a Portugal Telecom mantiver a taxa de activação. Na terça-feira passada, a Comissão de Uten-

tes foi recebida, a seu pedido, pelo Provedor da Justiça. Um encontro que se inseriu no quadro dos esforços desenvolvi-

dos junto de diversas entidades, para que a taxa de activação nas chamadas telefónicas do serviço público de telefones seja declarada ilegal. A Comissão entregou a Menéres Pimentel uma exposição a fundamentar a ilegalidade da taxa e solicitou uma intervenção da Provedoria que sirva os interesses dos clientes. «Esperamos ainda de outras instituições», sublinhou Daniel Matos, da Comissão de Utentes, «a tomada de medidas que travem os aspectos abusivos do sistema tarifário cobrado desde Fevereiro último, perante a indiferença arrogante da Portugal Telecom e a continuidade do silêncio cúmplice do Instituto de Comunicações de Portugal, da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência e do Governo».



Pelo sim em primeiro lugar

Seria natural que, aprovada uma lei cujo projecto foi de sua autoria, o PS se empenhasse como partido a fazer campanha pelo referendo que aceitou em condições inaceitáveis

- depois de a lei ser votada pela Assembleia da República. Ainda assim

poderia o PS salvar a face, mas sabe-se que não

uns a comungar no não, outros envergonhadamente a calarem o sim, outros a darem a cara. Quanto ao PSD, parece que nem pelo não faz campanha. Assim,

em termos de grandes partidos nacionais, apenas o PCP avança claramente pelo Sim. Já o havia dito e redito claramente. E assim é que a primeira notícia

da semana lhe cabe, com o comício realizado no Barreiro, com a participação, de Carlos Carvalhas e de Odete Santos, de que da-

mos reportagem na página 9 deste número. Associando-se à campanha do Partido, o «Avante!» publica destacadamente mais quatro páginas sobre a questão do referendo (págs. 14, 15, 16 e 17).

Sim
direito a decidir!



Sim pela Tolerância

Na ausência de mais partidos a unirem-se ao esforço para que o Sim vença no referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez e possibilite maior justiça, direitos e liberdade para as mulheres portuguesas, há cidadãos que não desarmam. Por exemplo, os que se organizam em torno do Movimento Sim pela Tolerância que esta semana apresentou

um novo núcleo dinamizador, agora no concelho de Oeiras. Com o objectivo de desenvolver a campanha pelo sim à despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, o núcleo lançou também uma recolha de assinaturas. Afirmando-se como «um movimento que tem consciência de que o aborto clandestino é um problema de saúde pública que

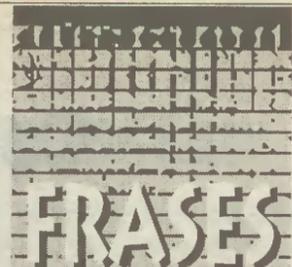
afecta milhares de mulheres por ano, e que representa a segunda causa de morte materna e a primeira entre adolescentes», o texto do abaixo-assinado sublinha que «o sim permite que todos possam agir em conformidade com as suas consciências e valores (independentemente de quais sejam) respeitando assim a liberdade de cada um».

Pelo Não

Apesar de a Igreja católica haver dito que, enquanto tal, não iria participar em campanhas relacionadas com o referendo, o certo é que membros da mais alta hierarquia já partiram em guerra pelo Não. De cônegos - como o tristemente

famoso cônego Melo - a bispos, aí estão juntando vozes. Que as vozes se façam ouvir e as opiniões se contradigam, tal é natural em democracia. Os argumentos usados por estas vozes e as tribunas que escolhem para tal - como alguns púlpitos

de templo -, é que não se conformam à democracia. É o caso do Bispo de Leiria-Fátima que escolheu veicular em «nota pastoral» a sua oposição à IVG. Ou o caso, esse verdadeiramente escandaloso, do Bispo de Viseu, que chegou ao cúmulo de comparar a despenalização do aborto ao holocausto nazi. Afirmações «cruéis, insultuosas e historicamente injustas», assim as classificou Álvaro Cunhal que, em declarações a uma rádio local viseense, considerou ainda: «Este tipo de declarações são indignas de serem proferidas na nossa sociedade.»



“O que se discute e vota neste referendo é se queremos ou não acabar com a actual pena de prisão até três anos para as mulheres que recorram ao aborto, isto é, que passe a ser possível, por decisão responsável da mulher, realizar o aborto até às 10 semanas em condições de assistência médica, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado”

Carlos Carvalhas,
no comício do Barreiro, em
29/5

“Foi por iniciativa do PCP que, em 1984, foram aprovadas leis sobre o planeamento familiar, educação sexual e protecção da maternidade, que precisam de ser melhoradas e sobretudo melhor cumpridas e respeitadas”

Idem

“O Não no referendo tem como consequência o acordo com a manutenção das penas de prisão, com a continuação do aborto clandestino e com o negócio que alimenta”

Idem

“Dar pelo nome de Mulher, aqui, em Portugal, é conhecer, ainda hoje, a intolerância que nega a liberdade de decidir, a liberdade de optar, quando o direito à maternidade consciente é posto em causa, por políticas que não cumprem o que a Constituição e as leis claramente ordenam quanto aos direitos das mulheres”

Odete Santos,
no comício do Barreiro, em 29/5

“Uma extrema violência, nesta campanha em marcha para o referendo do dia 28 de Junho, se abate sobre todas as mulheres portuguesas, cidadãs menores, privadas do direito à saúde reprodutiva, do direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, do direito à liberdade de consciência, do direito à intimidade da sua vida privada, do direito à sexualidade, do direito à liberdade”

Idem

“É de dedo em riste que os defensores do não à despenalização e legalização do aborto exigem que as mulheres sejam consideradas criminosas, quando sabem que toda a sociedade, considerando o aborto um mal, como de resto o consideram as mulheres, quando sabem que toda a sociedade compreende a angústia daquelas que, nestes difíceis tempos, não podendo ter um filho, tomam a decisão difícil, mas moral, de abortar”

Idem

“Às mulheres, por quem nós, comunistas, sempre lutámos como o atestam muitas das leis com que hoje contam, nesta campanha agitada por ondas de intolerância e violência, nós, comunistas, dizemos: Podem contar connosco, como sempre!”

Idem

Golo na Bolsa

Com a entrada da Sociedade Desportiva do Futebol Clube do Porto na Bolsa de Lisboa, parece ter-se tratado da estreia de mais uma espécie de desporto que foi inaugurado. Pelo menos foi assim, com parangons de tipo «desportivo», que se anunciou na imprensa mais um «sucesso» de Pinto da Costa, que viu as acções do seu clube - ou da sua sociedade? - pre-

miadas pela valorização. Os ganhos de cotação obtidos em poucas horas atingiram os 60 por cento, o que faz que uma acção comprada em 1997 por mil escudos passou a valer 1600 escudos. Neste novo jogo há os que perdem e os que ganham. Como no futebol. E, como o futebol é o que é hoje em dia, há os que ganham quase sempre e os que quase nunca metem golo.



PCP denuncia ataque aos rendimentos dos trabalhadores

Governo quer piorar as leis laborais

O Governo PS «pretende alterar radicalmente importantes leis do trabalho e o sistema de Segurança Social», para «corresponder às imposições da Moeda Única, de uma nova flexibilização do mercado da força de trabalho» e, em particular, para «facilitar a contenção ou até redução do nível salarial dos trabalhadores portugueses» – factor que é identificado (no estudo encomendado pelo Ministério das Finanças à Universidade Nova sobre os impactos do Euro) como a principal variável de ajustamento da economia portuguesa no quadro apertado da União Económica e Monetária.

A acusação foi feita segunda-feira, em conferência de imprensa da Comissão Política do PCP, por Jerónimo de Sousa. Na declaração que leu aos jornalistas, este dirigente comunista acusou ainda o Governo de, com tais alterações, procurar também «dar satisfação às exigências de banqueiros e grandes patrões; reafirmadas em recente convívio, que contou com a presença do primeiro-ministro e metade do elenco do Governo».

Os comunistas reafirmam «a falsidade de se procurar dar cobertura às alterações propostas, em nome de uma necessária “modernização” das relações laborais, que seria imposta pelo progresso tecnológico e/ou reorganização dos processos de trabalho», contrapondo que se trata de facto, «no quadro das opções económicas e políticas de direita do Governo PS, e em particular a sua opção pelo primeiro pelotão da Moeda Única, de garantir a rentabilidade financeira e as margens de lucro».

A Comissão Política alerta particularmente os jovens trabalhadores, «quantas vezes condicionados pela procura e manutenção de um emprego, ainda que precário, para que não aceitem e reajam à concepção deste Governo e destas propostas, que visam criar condições para a existência de uma nova geração sem direitos, que passará à geração adulta sujeita à precarização e à insegurança permanentes».

Lutar e propor

A Comissão Política do PCP «saúda as fortes movimentações dos trabalhadores realizadas nas últimas semanas e apela à continuação da luta para que sejam rejeitadas as graves alterações da legislação

laboral», afirma-se na declaração de Jerónimo de Sousa.

O PCP declara que «não poupará esforços para alertar e consciencializar os trabalhadores sobre os objectivos, calendários e conteúdos desta nova ofensiva desregulamentadora do direito do trabalho, apelando a que se esclareçam e mobilizem para impedir que tudo isto passe como “cão por vinha vindimada”, apelando à posição solidária de todas as forças, homens e mulheres de esquerda, que se identificam com as grandes causas sociais e considerem como condição da democracia a existência, o exercício e a cidadania do direito, consubstanciados no direito ao emprego, à carreira profissional, aos salários e horários dignificados».

Para responder a estas propostas, o Partido vai brevemente apresentar na AR um projecto de lei que vise assegurar os direitos dos trabalhadores em mobilidade (no âmbito das empresas desmembradas), uma iniciativa legislativa de combate ao trabalho infantil, a reposição do projecto de lei da idade da reforma da mulheres aos 62 anos, e a concretização (em discussão e aprovação na especialidade) dos projectos de lei já aprovados na generalidade sobre as sanções por violação das leis laborais e do fim da discriminação dos jovens na atribuição do salário mínimo nacional.

Jerónimo de Sousa valorizou «o acolhimento que milhares de trabalhadores, em mais de 380 empresas», deram à presente fase da Campanha Nacional do PCP, o qual «constitui uma grande manifestação de confiança sobre a possibilidade e a necessidade de valorizar o trabalho e os trabalhadores, de defender e concretizar direitos».

«Como partido de luta e de proposta, o PCP - na sua



acção política geral, através do empenhamento combativo dos seus militantes eleitos nas organizações de trabalhadores, não regateará esforços para suste e corrigir estes objectivos legisla-

tivos do Governo e, simultaneamente, apresentar propostas justas que correspondam às reivindicações e aspirações dos trabalhadores», salienta-se na declaração.

Propostas avançam à sombra da Expo e do referendo

Desestabilizar pela calada...



O PCP acusa o Governo de

– em contradição com os seus apelos à estabilidade social em nome do êxito e da imagem da Expo'98 – avançar as suas propostas tentando aproveitar a distração da opinião pública e dos trabalhadores com aquele evento e com o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

O executivo PS quer alterar a legislação por doses, com uma ou outra medida avulsa de limitado conteúdo positivo; mas, para os comunistas, é eticamente condenável e socialmente inaceitável que o Governo, mesmo no plano mediático, tenha posto o acento tónico nessas medidas avulsas e, conscientemente, tenha sonogado a informação sobre as peças mais gravosas que já propôs ou já anunciou que vai propor nos próximos dois meses.

O executivo de António Guterres assume a grave responsabilidade de querer legitimar, acolhendo em lei, as práticas injustas e violadoras do direito ao trabalho que proliferam nas empresas e no sector bancário.

Numa linha de desregulamentação e precarização geral, as propostas do Governo visam, como alvo principal, os jovens trabalhadores, procurando impedi-los de usufruir do direito à segurança no emprego, a horários e salários justos, às férias, à evolução da carreira profissional e à plenitude do direito à Segurança Social, direitos que foram conquistados por outras gerações e estão consagrados na Lei Fundamental.

Sob o chapéu genérico e equívoco da flexibilidade, da necessidade do aumento da competitividade e até da solidariedade, propagandeando tal ou tal medida positiva, procede-se ao silenciamento absoluto sobre peças de grande calibre e



Desestabilizar pela calada...

lesivas dos interesses e direitos dos trabalhadores, alertou Jerónimo de Sousa. A Comissão Política destaca as alterações pretendidas pelo Governo relativamente a **trabalho a tempo parcial, retribuição, profissões, lay-off, férias, contratos a prazo e trabalho nocturno.**

Perante estas propostas, os trabalhadores vão ter de lutar para defender, como sucedeu com o horário de trabalho, outros pilares do Direito do Trabalho expressos em conceitos como **emprego, salário, profissão e férias.**

Solidariedade parcial

Com a **Proposta de Lei sobre trabalho a tempo parcial**, o Governo não só não responde à necessária regulamentação e atribuição de direitos às dezenas de milhar de trabalhadores que laboram nas grandes superfícies do comércio e na área de serviços - e que, sob a falsa capa do trabalho a tempo parcial, trabalham muitas horas, ganham pouco e poucos direitos têm - como procura colocar a lei em conformidade com as práticas abusivas.

Procura instituir a passagem de trabalhadores efectivos para o trabalho a tempo parcial.

Hipocritamente, proclama o princípio da *solidariedade* de partilha do emprego entre os que o têm e os que estão desempregados, com a consequente redução dos salários.

A solidariedade não chega à partilha do lucro. Pelo contrário, não só o lucro fica intocável como qualquer entidade patronal que admita trabalhadores a tempo parcial recebe privilégios fiscais que podem ir até 50% de redução nas contribuições.

Em causa ficaria o conceito de emprego e o direito à segurança no emprego, consagrado na Constituição. Empresas haveriam que, levando ao extremo a aplicação da Lei, teriam todos os trabalhadores a tempo parcial.

Não deixa de ser significativo que a CIP, em sede de Concertação Social, tenha emitido o parecer mais sumário desde a sua existência: *«a CIP está de acordo com a proposta do Governo».*

Salário condicionado

A par da descaracterização do conceito de emprego e da sua substituição por uma coisa denominada *empregabilidade*, neste primeiro lote o Governo propõe-se alterar o conceito de retribuição, para que as componentes variáveis, nomeadamente os prémios de assiduidade e empenhamento, deixem de ser consideradas como parte integrante da remuneração do trabalho.

Aumentando a parte variável e pondo em causa o carácter regular do salário, a proposta visa reduzir os subsídios de férias e de Natal, o pagamento de feriados, folgas e baixas.

Reduzindo as prestações sociais, reduzir-se-ia a base do cálculo das pensões de reforma.

Lay-off premiado

Como terceira peça gravosa, com sentido preciso para ajudar a descapitalizar a Segurança Social em benefício do patronato, mesmo nas situações de má gestão, o Governo, em caso de aplicação do *lay-off*, quer pôr a Segurança Social a pagar 70 por

cento dos salários e baixar a percentagem a pagar pelas empresas.

Este fio condutor de descapitalização da Segurança Social está também vertido na proposta do trabalho a tempo parcial e no novo conceito de retribuição. **Só com uma diferença:** os trabalhadores descontariam menos, logo teriam menos direitos; os patrões também descontariam menos, mas teriam mais benefícios.

Para diluir a crueza destas propostas, o Governo recorreu, para além de duas directivas comunitárias, a medidas de acentuação das sanções e de protecção mínima das grávidas, menores e deficientes na adaptabilidade do horário de trabalho.

Segunda dose

Jogando e gerindo o calendário dos grandes eventos e acontecimentos mais imediatos, seguir-se-ia uma nova dose de alterações - alerta a Comissão Política. Jerónimo de Sousa afirmou que o Governo incluirá aqui o regime das férias e do trabalho nocturno, o período de vigência dos contratos a prazo e o reconhecimento às organizações patronais do direito (que a Constituição só reconhece às organizações dos trabalhadores) de participação na elaboração da legislação laboral, a par de medidas que alterariam o conceito de profissão.

Nesta segunda dose, o Governo julgaria de conveniência intercalar mais uma ou outra medida positiva, que dê carácter difuso às medidas mais gravosas. Surgiria, assim, a proposta de regulamentação da eleição de representantes dos trabalhadores para as Comissões de Higiene e Segurança nos Locais de Trabalho.

Para os comunistas, **são inaceitáveis as razões invocadas para alterar o direito a férias**, submetendo-o direito à assiduidade e penalizando particularmente os jovens que agora ingressam no mercado de trabalho e as mulheres trabalhadoras.

Não há justificação nem razões técnicas, jurídicas, económicas e sociais para propor o **alargamento de vigência dos contratos a prazo de 3 para 4 anos**, para trabalhadores que ocupam, de facto, postos de trabalho efectivos; nem para prejudicar os trabalhadores em regime de trabalho nocturno.

E não há fundamento nem razão para incorporar em lei o direito das associações patronais de participação na elaboração da legislação laboral.

Pedra sem mão

Jerónimo de Sousa salientou que **«o Governo PS não pode atirar a pedra e esconder a mão!»**, notando que o executivo de Guterres não retirou nenhum ensinamento do passado recente, quando um Governo do PS aprovou a lei dos contratos a prazo, quando os executivos de Cavaco Silva forçaram a aprovação do *pacote* laboral para facilitar os despedimentos e retirar direitos individuais e colectivos aos trabalhadores.

Da mesma forma, o Governo recusa-se a admitir as razões de fundo que levam os trabalhadores da Função Pública, os professores, os trabalhadores da Administração Local, os ferroviários, os trabalhadores da Hotelaria, da Petrogal e da Dyrup, das empresas têxteis, a aderir à greve e à luta na defesa de direitos - acusa o PCP.

Porto

Comunistas alertam para ofensiva laboral

No âmbito da Campanha Nacional do Partido - Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores - realizaram-se várias iniciativas no distrito do Porto, com o objectivo denunciar a nova ofensiva contra os direitos laborais e manifestar apoio às reivindicações e lutas em curso.

A jornada teve início no passado dia 19 de Maio, com um encontro-debate em que participou Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, sobre a nova legisla-

ção laboral e as suas consequências. Este tema será ainda debatido numa sessão marcada para o próximo dia 9 de Junho, dirigida a jovens trabalhadores, em que intervirá Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Entretanto, milhares de trabalhadores de diferentes sectores do distrito têm sido contactados junto das empresas, designadamente de têxteis e vestuários (em Santo Tirso, Póvoa, Vila do Conde e Paredes), de calçado (Valongo e Gaia), gráficos

(Porto). Outras acções estão já previstas, nomeadamente com trabalhadores da Função Pública e da Petrogal.

Em vários locais realizaram-se *meetings* em que participou António Lopes, membro da Comissão Política, registando-se uma recepção particularmente calorosa na Empresa do Arco, em Santo Tirso e Bayona, onde está bem presente a solidariedade e o apoio do Partido à sua longa luta pela redução do horário de trabalho e pelo fim do trabalho ao sábado.



Com trabalhadores da Yazaki, sexta-feira, em Vila Nova de Gaia

Pinhal Novo

Precipitação é má conselheira

A criação de um novo concelho com base na freguesia de Pinhal Novo continua a ser objecto de discussão entre as populações que hoje integram o concelho de Palmela.

A Comissão Concelhia de Palmela do PCP, mantendo embora a sua opinião de que a criação do concelho de Pinhal Novo «será o resultado natural do processo evolutivo» que se prevê continuar naquela freguesia, alerta para o perigo de se gerarem «falsas ilusões condenadas ao insucesso e que não garantem à partida» a melhoria das condições de vida da sua população.

Assim, o PCP, apoiando o parecer da Câmara Municipal de

Palmela contra precipitações neste processo, chama a atenção para a falta de conhecimento sobre as consequências de uma medida que, pelas profundas implicações de ordem económica e de afectação de recursos financeiros e pelas repercussões directas na qualidade de prestação de serviços e de investimento das autarquias, exige ser sustentada por estudos técnicos devidamente fundamentados.

Por outro lado, alerta para a falta de sinais de adesão à ideia da criação do concelho de Pinhal Novo por parte das populações que tendencialmente passariam a integrar o novo concelho, designadamente na freguesia de Poceirão, onde a popula-

ção e a Assembleia de Freguesia já manifestaram o seu desacordo a essa integração.

No entendimento dos comunistas, os projectos de lei do PP e do PS entregues na Assembleia da República para a criação do concelho de Pinhal Novo, apenas evidenciam sede de protagonismo, nada tendo a ver com os interesses da população daquela freguesia.

Neste momento, diz o PCP, a luta é pela concretização das regiões administrativas no nosso país, pela transferência de mais meios e competências para as Autarquias Locais e pelo estudo da possibilidade de criação de novas Autarquias no concelho de Palmela.

Festa-convívio na Suíça

Realizou-se no dia 24 de Maio, em Valeyres-sous-Rennes, perto de Orbe, a Festa nacional da organização dos emigrantes comunistas na Suíça. Na festa participou António Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central.

Nesse dia de sol, vindo de diferentes pontos da Suíça, reuniram-se mais de uma centena de camaradas, amigos e suas famílias, em alegre, fraterno e animado convívio.

Não faltaram as sardinhas assadas, as febras e o sarrabulho, com matança de porco a propósito. Jogou-se à malha, à "petanque" e às setas. Angaria-

ram-se fundos. Trocaram-se opiniões e informações. Dançou-se e cantou-se o fado. Mataram-se saudades. Fizeram-se recrutamentos e dinamizou-se o processo de recenseamento eleitoral.

Após o almoço, Manuel Alho, do Secretariado da organização dos comunistas portugueses na Suíça, e António Lopes fizeram as intervenções políticas.

Após se ter referido à situação política em Portugal e às tarefas e objectivos do Partido, António Lopes realçou, na sua intervenção, a importância de prosseguir também ali na emigração com redobrada energia

a campanha por "um novo impulso na dinamização e reforço da organização e intervenção do Partido. Novo impulso no recrutamento. Novo impulso na intervenção cívica, social e cultural das organizações dos emigrantes nos países de acolhimento. Novo impulso na luta frente ao Governo português na defesa dos direitos, reivindicações e aspirações dos emigrantes. Novo impulso no recenseamento, condição indispensável ao reforço eleitoral da CDU, na emigração.

Depois de um dia bem passado, foi o regresso a casa. Para o ano há mais!

Função Pública da ORL reuniu 7.ª Assembleia

Sob o lema «Renovar e Reforçar o Partido. Intervir na Defesa dos Trabalhadores da Administração Pública», a 7.ª Assembleia da Organização do Sector da Função Pública da ORL, realizada no passado sábado, dia 30, constituiu um momento alto da vida do sector.

Realizada num momento em que os trabalhadores sofrem uma poderosa ofensiva governamental contra os seus direitos, a Assembleia elegeu o novo Organismo de Direcção que irá levar à prática as importantes e inovadoras decisões tomadas, seja a nível de organização seja de novas linhas de trabalho.

Os delegados sublinharam que o capitalismo monopolista de Estado, com a sua face de profunda interpenetração do grande capital com o Estado, tem levado o Governo PS, no aprofundamento da política de direita, a um progressivo desmantelamento do Estado «solidário», em benefício de um Estado eivado de um espírito empresarial, «emagrecido» e sem muitas das suas funções



económicas, sociais e de soberania.

A 7.ª Assembleia assinalou que este processo está em pleno desenvolvimento, chamando a atenção para as propostas apresentadas pelo Governo na Assembleia da República sobre a Segurança Social, a Educação, a Saúde e a Justiça.

Por outro lado, foi salientado que a ligação dos comunistas aos movimentos de massas, e o desenvolvimento da luta de massas é o factor que, a prazo, pode travar ou atenuar esta ofensiva

contra os trabalhadores. Neste âmbito, as acções de luta desenvolvidas no passado dia 27 de Maio constituíram um poderoso aviso ao Governo de que os trabalhadores não estão amordaçados ou paralisados. Foram acções de massas da maior importância para o desenvolvimento futuro do processo.

Constatando o envelhecimento da Organização e a ligeira diminuição do número de militantes, a Assembleia decidiu tomar medidas no sentido de tentar decididamente inverter o processo. Sabendo que a realidade na Administração Pública é a de milhares de novos trabalhadores a entrarem para os serviços com contratos individuais de trabalho, como bolseiros ou a recibo verde, os comunistas têm consciência da necessidade de um renovado trabalho de Direcção (e de uma nova estrutura) que favoreça o desenvolvimento do trabalho junto das novas gerações de TFP's.

«É um desafio exigente e que demorará tempo a dar frutos. Mas é o caminho que resolvemos trilhar para a inversão da tendência de envelhecimento da organização, para o reforço do Partido e para a salvaguarda do seu futuro», sublinham as conclusões da Assembleia.

Assembleias em Loures e Vila Franca

No passado fim-de-semana, os comunistas de Loures e Vila Franca, realizaram, respectivamente, as 8.ª e 6.ª Assembleias de organização, que contaram ambas com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP e director do nosso jornal. No próximo número, contamos poder publicar notícias desenvolvidas sobre estas duas realizações que reuniram centenas de militantes do Partido.

Atrasos no metro do Porto

Na sequência da intervenção de Honório Novo no Parlamento Europeu a propósito dos atrasos na adjudicação do metro de superfície do Porto, realizou-se no passado sábado, dia 29, uma reunião a pedido do PCP, com o director-delegado da empresa Metro do Porto, eng. João Porto, em que participaram além do deputado, Ilda Figueiredo, vereadora na CM do Porto, e ainda Miguel Ângelo e Nelson Amador das concelhias do PCP de Vila Nova de Gaia e Matosinhos.

A reunião que também serviu para constatar alguns dos «pontos negros» do processo de construção do Metro, contribuiu para que mais uma vez viessem ao de cima as graves responsabilidades do Governo nos incontestados atrasos, designadamente ao não acompanhar devidamente junto da Comissão Europeia um projecto que a região merece e espera como de «pão para a boca».

Bencatel PCP com famílias atingidas

Na passada segunda-feira, dia 1 de Junho, uma delegação do PCP, constituída por Raimundo Cabral e Eulália Miranda, respectivamente responsável e membro da Direcção Regional de Évora, e o deputado Lino de Carvalho, deslocou-se a Bencatel, no concelho de Vila Viçosa, para conhecer directamente as consequências do violento temporal que recentemente atingiu a freguesia e fazer a avaliação das medidas que entretanto foram tomadas pelas autoridades responsáveis.

Acompanhados dos presidentes da Câmara de Vila Viçosa e da Junta Freguesia de Bencatel, a delegação comunista visitou a

área da Ribeira, onde contactou com as famílias atingidas pela enxurrada que destruiu casas e culturas agrícolas.

Solidário com as vítimas do temporal, o PCP registou a pronta disponibilidade e actuação das autarquias, Câmara e juntas de freguesia, constatando no entanto que a dimensão dos estragos ultrapassa claramente os meios e competências do poder local.

Neste quadro, os comunistas sublinham que o Governo deve intervir designadamente no que se refere à recuperação ou substituição de casas e bens perdidos; reparação, limpeza e desassoreamento da Ribeira de Ben-

catel, de modo a evitar novas cheias; apoio aos agricultores e famílias que ficaram sem as suas culturas, muitas delas para o autoconsumo; apoio às autarquias locais para a reparação de muros e caminhos locais.

Prejuízos na Vidigueira

No passado dia 25 de Maio, António Rodeia Machado, deputado do PCP eleito pelo círculo de Beja, acompanhado por António João Zacarias, membro do Secretariado da DORBE do PCP, e Carlos

Goes, presidente da Câmara Municipal de Vidigueira, visitou o concelho para se inteirar dos prejuízos dos ovicultores e dos produtores de vinho causados pelo mau tempo que se fez sentir na região.

A delegação encontrou-se com as direcções da Cooperativa Agrícola e da Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito.

O deputado tomou nota dos cerca de 40 hectares de olival e dos 125 hectares de vinha que foram atingidos e garantiu aos presidentes das duas cooperativas que o Grupo Parlamentar do PCP irá expor a situação ao ministro da Agricultura.

Alpiarça Debate com Álvaro Cunhal

A Comissão Concelhia do PCP realizou um debate com Álvaro Cunhal sobre o tema «A vida e a luta do PCP - a actualidade do pensamento comunista», que juntou mais de quinhentas pessoas.

A iniciativa teve lugar no passado dia 23 de Maio no salão dos Bombeiros e da Música, completamente repleto com uma assistência interessada que colocou um conjunto muito vasto de questões, proporcionando uma noite de animado debate político.

Entre os temas levantados sobre o Partido e a situação política actual, sobressaíram aspectos relativos à importância do papel do PCP e da intervenção militante dos comunistas, mesmo num quadro de discriminação e repressão nos locais de trabalho. Teve igualmente relevância a denúncia da política de direita levada a cabo pelo actual governo.

Na mesa, para além de Álvaro Cunhal, estiveram também Henrique Arraiolos, membro da Concelhia do PCP, e Raul Figueiredo, vereador na Câmara Municipal e membro da estrutura local do PCP.



Festa do «Avante!» Cantar a Liberdade

No âmbito da preparação da Festa do «Avante!», a Comissão Distrital de Setúbal está a organizar o festival «Cantar a Liberdade», especialmente dirigido às bandas de música moderna portuguesa e cantores solo do distrito.

Esta iniciativa tem como objectivo seleccionar uma banda para actuar no Palco dos Novos Valores que funcionará na Festa, nos dias 4, 5 e 6 de Setembro, na Quinta da Atalaia.

As bandas interessadas devem enviar uma maquete com dois temas para a DORS do PCP - Edifício Arrábida, Av. 5 de Outubro, nº 35, 2900 Setúbal, para Festival «Cantar a Liberdade», ou solicitar informações em qualquer Centro de Trabalho do PCP do Distrito, até ao próximo dia 18 de Junho. As bandas seleccionadas serão conhecidas no próximo dia 3 de Julho, e o festival em que participam seis bandas finalistas realiza-se no dia 11 de Julho, em local a anunciar. Em breve, a organização divulgará a composição do júri, integrado por pessoas ligadas ao meio musical e à organização da Festa. O regulamento admite todos os tipos de música e define como critérios de apuramento a composição musical, a interpretação, a mensagem e a apresentação em palco.

Célula do PCP na Câmara Municipal do Seixal Organizar para melhor intervir

Depois da reunião do Comité Central, em Fevereiro, e das orientações então definidas no sentido de dar um novo impulso à organização do Partido, a DORS do PCP destacou quadros e tomou as medidas adequadas à reestruturação de cada célula e sector, sendo que a dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal se destaca pela evolução positiva que tem vindo a sofrer.

A Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, apesar dos seus mais de trezentos militantes, desde 1995, altura em que realizou a sua 7ª Assembleia, encontrava-se praticamente inactiva.

De um Secretariado de 15 camaradas restavam apenas 4 ou 5 e uma grande inércia e desmotivação perpassava toda a célula, impedindo uma intervenção regular, dinâmica e mobilizadora dos comunistas no seu local de trabalho.

Um problema fundamentalmente de organização que não existia apenas naquela célula e que a DORS decidiu atacar, considerando 1998 como o «ano da organização».

Em Março último, meteu «mãos à obra» e, apenas dois meses depois, o Secretariado da célula da CMS tem já 12 camaradas, todos com tarefas distribuídas, e reúne semanalmente.

Definiram-se planos de trabalho e objectivos, fez-se o levantamento à situação da Câmara - que afinal quase não era conhecida - e, face à existência de 48 locais de trabalho distribuídos por várias freguesias, iniciou-se a reestruturação da célula que, neste momento, tem já vários núcleos a funcionar e outros em fase de estruturação.

Quando se começou a fazer o levantamento dos militantes, a

bastaram para que 16, e não 10, trabalhadores aderissem ao Partido.

Ao mesmo tempo, a célula participou na actividade geral do Partido e nas grandes mobilizações de massas, como o 25 de Abril e 1º de Maio, estando já a funcionar com vista à sua participação na Festa do Avante - com tarefas definidas e distribuídas. Sendo que a meta de venda de 400 EPs, estabelecida em 4 de Maio, atingiu neste momento os 25%, ou seja, estão já vendidas, e com dinheiro entregue, 100 EPs.

contactá-los individualmente e a actualizar dados, constatou-se que muitos deles não eram contactados há 7, 8 e até 10 anos.

Neste momento, 70 por cento dos militantes estão contactados,



A Célula dos Trabalhadores da Câmara do Seixal tem reforçado a sua organização e intervenção no concelho

todos se mostrando disponíveis para trabalhar, de acordo naturalmente com as suas possibilidades, e para actualizar a sua quotização. A venda do «Avante!» passou de 24 para 43 e a do «Militante» de 11 para 17, realizaram-se 4 plenários de células, com a presença de 118 camaradas. Prestaram-se contas que há muito se mantinham em aberto.

Foi ainda apontado o recrutamento para a célula de 10 militantes até ao final do ano mas dois meses

Tudo isto a par ainda da preparação da 8ª Assembleia, que se realiza no próximo dia 7 de Junho, com a participação de Jerónimo de Sousa, que tem absorvido uma grande parte das energias da célula.

Manuela Oliveira, técnica auxiliar de Turismo, e José Dias, motorista, ambos trabalhadores da Câmara, foram os dois militantes da célula que relataram ao «Avante!» esta experiência de trabalho, que tão positiva se tem

revelado mas que «também se deve a um grande esforço de trabalho e organização».

José Dias, que até Março último não pertencia ao Secretariado, lembra que durante o período de inactividade da célula, ele próprio se impunha a recolha de quotizações, o que fazia regularmente a 96 camaradas que, no princípio de 98, tinham as suas quotas todas em dia.

É um homem que não pára. Basta lembrar, por exemplo, em relação à Festa do «Avante!», que

50 das 100 EPs vendidas foram-no por ele, que... tem já outras dez encomendadas. Não há intervalo de trabalho ou momento de convívio que não aproveite para dinamizar o trabalho.

Manuela Oliveira, que se havia inscrito no Partido em 1989, só em Março, quando da redinamização da célula, teve o seu cartão e começou a participar na vida partidária, pertencendo hoje ao Secretariado da célula, para que foi cooptada.

Explica que o êxito do trabalho organizativo, que com tanto entusiasmo estão a realizar, reside em parte no facto de haver um grande trabalho colectivo e de entreadjudia. É que as tarefas são distribuídas de acordo com as características de cada camarada, o que, facilitando o empenho e o gosto pela tarefa, traz acrescidas garantias de êxito.

São muitas horas de trabalho, dizem estes militantes, mas compensa. E, contrariamente ao que muitos advogam - o abandono de princípios, de métodos, de linguagem, de formas de trabalho -, a sua experiência tem servido para comprovar na prática a validade de alguns métodos tradicionais de contacto directo com os trabalhadores, de ligação estreita aos seus problemas. E usar esses métodos para recrutar cada vez mais, rejuvenescer o Partido e injectar-lhe sangue novo.

Aos que «profetizam o fim do comunismo», Manuela Oliveira e José Dias dizem que o PCP tem todo um futuro pela frente. Basta que na luta se esteja, como o próprio lema da 8ª Assembleia da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal defende: «Firmes nos princípios, unidos na acção, reforçar o Partido».

Bragança Governo vende «gato por lebre»

Na análise da situação política e social no distrito, a que procedeu na passada sexta-feira, a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP considera «inadmissível» que, decorridos mais de seis meses, não haja da parte do Governo qualquer sinal de que vai pôr em prática o pacote de incentivos especiais para o distrito aprovado na Assembleia da República.

Quando da discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 1998, lembra a DORBA, a Assembleia da República aprovou uma proposta do PCP autorizando o Governo «a legislar no sentido de definir um sistema de iniciativas e medidas específicas favoráveis ao investimento no interior do País». O que, passado meio ano, continua por se verificar.

O apoio à criação de empregos estáveis, incentivos fiscais, isenção de sisa na aquisição de habitação ou prédio para a actividade empresarial para os jovens e a redução da taxa de IRC em 20 por cento, durante os primeiros cinco anos de actividade, são algumas das medidas que o PCP destaca e que, «embora insuficientes», se fossem aplicadas «contribuiriam sem dúvida, para o investimento no interior», nomeadamente no distrito.

Em relação à revisão do Plano Rodoviário Nacional, recentemente aprovado em Conselho de Ministros, o PCP acusa o Governo PS de pretender fazer esquecer o compromisso que assumiu, de concluir até ao ano 2000 todas as Auto-Estradas, IPs e ICs, remetendo agora a sua conclusão para o ano 2006.

O Governo discrimina sistematicamente Bragança e não responde positivamente às suas necessidades rodoviárias, denunciam ainda os comunistas, considerando que, assim, o distrito de Bragança «fica excluído de qualquer traçado em Auto-Estrada».

«Quando há dois anos e meio o Primeiro-Ministro veio a Bragança dizer que queria «repôr Bragança no mapa», as suas declarações não passavam de mera retórica e operação de marketing político», diz por fim a DORBA, para quem o Governo, «ao pretender vender «gato por lebre», não está a tratar o assunto «seriamente»

Esposende Pinhal do Fão em perigo

O Pinhal de Fão, apesar de integrar a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, continua exposto à destruição, quer pelo aparecimento de casas clandestinas e de focos de poluição domésticos e industriais quer pela permanente destruição dunar e pelo excídio do Pinhal.

Assim, a Comissão Concelhia de Esposende do PCP enviou um requerimento ao Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República, no sentido de requerer à ministra do Ambiente quais as medidas que pretende levar a efeito com vista a impedir a «destruição acelerada» do Pinhal.

Referindo-se, ainda, ao licenciamento pela Câmara Municipal de Esposende de 22 mil metros quadrados para construção de vivendas de luxo, o PCP considera que ele atenta «contra um património paisagístico e natural», «configura um acto ilegal» por parte da Câmara - porque à revelia do Plano Director Municipal -, e «carece do parecer vinculativo do Director da Área de Paisagem Protegida».

Entretanto, milhares de residentes e frequentadores do Pinhal de Fão subscreveram já um abaixo-assinado, manifestando-se contra a destruição do equilíbrio biológico da paisagem.

Porto Capital da Cultura

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP «congratula-se e manifesta o seu regozijo» pela declaração do Porto Capital Europeia da Cultura no ano 2001.

«Uma merecida atribuição» que, na opinião do PCP, «torna ainda mais inadiável a concretização de indispensáveis investimentos, da competência da Administração Central, essenciais ao desenvolvimento da Cidade» e coloca «a urgência da dotação de meios imprescindíveis à própria dinamização da actividade cultural que a consagração agora feita implica».

No seu comunicado, a DOCP considera ainda «insubstituível o envolvimento desde já das Associações Culturais, Escolas Artísticas e Colectividades em toda a elaboração e participação no programa que um tal evento exige e, nesse sentido, a vereadora da CDU retomará, em próxima reunião do Executivo municipal, a proposta da formação de uma Comissão Municipal de Cultura».

Por sua vez, os deputados da CDU apresentaram, na Assembleia Ordinária da passada segunda-feira, uma proposta para a convocação de uma Assembleia Extraordinária, «de modo a assegurar o envolvimento e colaboração institucional deste órgão de ampla representação política».

CAMARADAS FALECIDOS

Alda Maria Correia dos Santos Guedes

Faleceu, no passado dia 28 de Maio, com 60 anos de idade, a camarada Alda Maria Correia dos Santos Guedes. Estava organizada na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé. Muito estimada, no seu funeral integraram-se muitos camaradas e amigos.

Alfredo Jorge de Almeida

Faleceu, no passado dia 28 de Maio, com 52 anos de idade, o camarada Alfredo Jorge de Almeida. O camarada estava organizado na freguesia da Penha de França.

Idálio Ângelo Fialho da Assunção

Com 53 anos de idade, faleceu em Paris, no passado dia 25 de Maio, o camarada Idálio Ângelo Fialho da Assunção. O seu funeral realiza-se no próximo dia 6 de Junho, pelas 15 horas, no cemitério do Alto de S. João.

João Marques

Faleceu, no passado dia 25 de Maio, com 86 anos de idade, o camarada João Marques, militante da freguesia de Sacavém.

Manuel da Silva Costa (Leão)

Após prolongada doença, faleceu, no dia 18 de Maio, com 72 anos de idade, em Vila Real, o camarada Manuel da Silva Costa (Leão). Membro do Partido desde o 25 de Abril, era actualmente membro da Comissão Concelhia de Vila Real do PCP, tendo sido várias vezes candidato do PCP.

Contabilista dos CTT, foi membro da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência e da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Real, a seguir ao 25 de Abril. Foi dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Muito estimado, no seu funeral, que teve a participação de Agostinho Lopes, da Comissão Política, integraram-se numerosos camaradas e amigos.

Joaquim Manuel de Sousa

Faleceu, no passado dia 23 de Maio, com 79 anos de idade, o camarada Joaquim Manuel de Sousa, de Sª Justa, Couço. Na sua bicicleta de sardineiro, o camarada Joaquim Manuel de Sousa distribuía, no tempo do fascismo, o «Avante!» e demais imprensa clandestina.

Muito estimado pela população local, o seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Com a presença de Carlos Carvalho Sim à despenalização do aborto afirmado em comício no Barreiro

... E de súbito a poesia virou comício, a palavra do poeta pairou sobre a multidão na voz da oradora, «Luísa sobe, / sobe que sobe / sobe a calçada», a emoção foi tomando conta da sala mergulhada em penumbra até que, no verso final - «Luísa sobe, / sobe a calçada, / sobe que sobe / e não dá por nada...» -, o salão dos Penicheiros, no Barreiro, explodiu numa estrondosa ovação a Odete Santos, a deputada que abriu, com a declamação do conhecido poema «Calçada de Carriche» de António Gedeão, o comício na noite da passada sexta-feira dedicado à campanha do PCP a favor do «Sim» no próximo Referendo sobre a despenalização do aborto. A exploração da mulher genialmente fixada nos versos do poeta e brilhantemente recitada por Odete Santos, foi o ponto de partida para um comício onde a despenalização foi inequivocamente defendida. Carlos Carvalho, ao encerrar os discursos, fez o corolário de uma sessão particularmente empolgada e emotiva na defesa dos direitos da mulher e contra a hipocrisia dos vendilhões da moral a retalho.

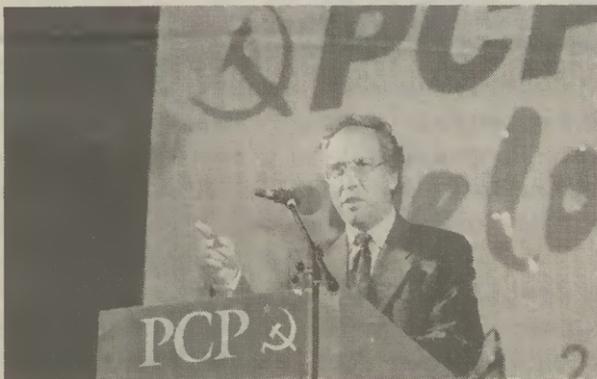


«Uma extrema violência, nesta campanha em marcha para o referendo do dia 28 de Junho, se abate sobre todas as mulheres portuguesas, cidadãs menores, privadas do direito à saúde reprodutiva, do direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, do direito à liberdade de consciência, do direito à intimidade da sua vida privada, do direito à sexualidade, do direito à liberdade», afirmou Odete Santos após ter iniciado o comício com uma notável declamação do poema de António Gedeão «Calçada de Carriche», que emocionou o pavilhão do Penicheiros. E prosseguiu, verberando os adversários da despenalização:

«É de dedo em riste contra as mulheres portuguesas que blasfemam os que desconfiam das mulheres. Os que as querem amarradas à ameaça de uma lei de que resultam apenas mortes e doenças graves de mulheres. É de dedo em riste que os defensores do não à despenalização e legalização do aborto exigem que as mulheres sejam consideradas criminosas, quando sabem que toda a sociedade, considerando o aborto um mal, como de resto o consideram as mulheres, quando sabem que toda a sociedade compreende a angústia daquelas que, nestes difíceis tempos, não podendo ter um filho, tomam a decisão difícil, mas moral, de abortar».

E acusou: «Esses, que de dedo em riste culpabilizam as mulheres, não defendem a vida. A vida está em causa todos os dias, nas famílias que já não sabem o que é a estabilidade. Porque o emprego é precário; porque não há emprego; porque a droga espreita mesmo pela barraca de um bairro degradado; porque se perdeu o emprego quando o patrão percebeu a gravidez escondida até mais não se poder».

«Mas desta vida», frisou Odete Santos, «nunca curaram os que agora tanto falam de vida. Os que se bastam com a lei que não se cumpre, para terem um sono sossegado sobre mortes e doenças de mulheres. Mas hipocrisia não rima com Democracia. E só a Liberdade rima com Dignidade, que há-de ter também nome de Mulher», acrescentou a deputada comunista por



Carlos Carvalho: «O Não no referendo tem como consequência o acordo com a manutenção das penas de prisão, com a continuação do aborto clandestino e com o negócio que alimenta»



Cláudia Antunes: «A JCP fará campanha pelo Sim de forma activa e participada»

entre grande ovação do público, concluindo: «Aqui estamos dizendo frontalmente que votaremos Sim. Que estamos a correr o país de Norte a Sul transportando as palavras tolerantes de quem sempre se recusou a viver paredes meias com os dramas do aborto clandestino.»

Igualmente vibrante foi o discurso de Cláudia Antunes, falando em nome da JCP e recordando factos terríveis: «É do domínio público que cerca de 190 mil mulheres por ano abortam em Portugal e 30% dos abortos clandestinos têm como vítimas raparigas com menos de 15 anos, levando a que o aborto seja a principal causa de morte materna entre adolescentes.» Mas os números brutais não ficam por aqui, pois «11 mil mulheres por ano recorrem aos hospitais, após complicações de aborto realizado em más condições, não esquecendo ainda as 89 mulheres que se sabe terem perdido a vida entre 1984 e 1993 após a

prática de aborto clandestino». A JCP, «indo ao encontro daquilo que é o sentimento da esmagadora maioria da juventude, fará campanha pelo Sim de forma activa e participada», concluiu Cláudia Antunes, no meio dos aplausos do público.



Odete Santos: «Hipocrisia não rima com Democracia. Só a Liberdade rima com Dignidade, que há-de ter também nome de Mulher»

Intervenção de Carlos Carvalho

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, encerrou as intervenções do comício num discurso igualmente vibrante, onde desmascarou, sem tergiversações, a hipocrisia dos argumentos que se opõem à despenalização. Apresentamos alguns extractos da sua intervenção, entusiasticamente aplaudida pela assistência que enchia o grande salão dos Penicheiros.

«(...) O que se discute e vota neste referendo é se queremos ou não acabar com a actual pena de prisão até três anos para as mulheres que recorram ao aborto, isto é, que passe a ser possível, por deci-

são responsável da mulher, realizar o aborto até às 10 semanas em condições de assistência médica, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado (...)

«Foi por iniciativa do PCP que em 1984 foram aprovadas leis sobre o planeamento familiar, educação sexual e protecção da maternidade, que precisam de ser melhoradas e sobretudo melhor cumpridas e respeitadas.

«Entre 1984 e 1996 - em 12 anos - não se discutiu nenhuma lei da despenalização, continuaram os abortos clandestinos e isso não deu origem a nenhuma actividade ou indignação por parte das pessoas e movimentos que agora fazem a campanha pelo Não. Só acordam

para a defesa do "direito à vida" quando surgem projectos para despenalizar. Tirando essas alturas, não se incomodam nem com o aborto, nem com a vida dos fetos e das mulheres desde que o aborto continue clandestino.

«O Não no referendo tem como consequência o acordo com a manutenção das penas de prisão, com a continuação do aborto clandestino e com o negócio que alimenta.

«Mas os que se dizem defensores da vida não se mostram muito preocupados com os baixos salários e reformas, não se preocupam com o facto de as mulheres constituírem 57% dos desempregados há mais de um ano, 64,5% dos jovens com curso médio e superior à procura de emprego.

«Dizem ser pelo direito à vida mas não se preocupam com o facto de as candidatas a emprego serem sujeitas a perguntas sobre o seu estado civil, se pensam ter filhos, etc., etc. Não se preocupam com as trabalhadoras que, por serem mães, são discriminadas no salário e nos prémios de produtividade, não se preocupam com a grave carência em infra-estruturas de apoio à família, com a degradação do poder de compra e da qualidade de vida, com a flexibilização dos horários de trabalho, a falta de transportes rápidos e a desregulamentação das relações laborais. Basta de hipocrisia! (...)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação ao Governo sobre Segurança Social

Defender o sistema público dos apetites privados

Em Portugal, o nível das pensões de reforma e do conjunto das prestações sociais continua a ser extremamente baixo sem que o Governo apresente qualquer perspectiva de solução que as aproxime da média dos países da União Europeia

Foi um debate vivo e interessante o realizado na passada semana em torno da problemática da Segurança Social. Promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sob a forma de interpelação ao Governo, constituiu-se num momento de reflexão no decorrer da qual foi possível aprofundar o conhecimento sobre as posições e propostas que os diferentes quadrantes políticos têm sobre esta matéria.

E a primeira nota de relevo, desde logo, vai para a forma como a bancada comunista conduziu o debate, assumindo, como habitualmente, uma postura construtiva, contribuindo assim para a sua elevação e dignidade. Isso ficou patente na argumentação sólida desenvolvida pelos seus deputados e na credibilidade das suas propostas.

De tal modo que, no final, o próprio ministro Ferro Rodrigues, não obstante as divergências, foi levado a reconhecer que a interpelação do PCP foi um "passo positivo", um "passo em frente" na discussão sobre as questões da Segurança Social.

Mas se o debate representou um avanço neste domínio, ele serviu também para confirmar algumas das principais preocupações do PCP, nomeadamente, quanto à proposta do Governo de fragilização do sistema público de segurança social visando a sua privatização parcial em benefício dos mercados financeiros e das sociedades gestoras de fundos de pensões.

E esta é que foi a questão nodal que atravessou todo o debate e para a qual não foi dada uma resposta convincente por parte do Governo susceptível de atenuar ou

"O plafonamento sustenta-se basicamente na perspectiva da privatização e seria a porta aberta ao aumento das desigualdades sociais e à redução do nível global de protecção social"

Octávio Teixeira

"Com as suas propostas para a reforma da Segurança Social, o Governo abre as portas àqueles que pretendem enfraquecer o sistema público e romper caminho para os mercados financeiros"

Lino de Carvalho

"O negro panorama em matéria de sinistralidade laboral indica-nos que não se fiscaliza o cumprimento da legislação que protege os trabalhadores"

Odete Santos

contrariar os receios suscitados. Ferro Rodrigues limitou-se a anunciar um conjunto de generalidades, sem avançar com propostas concretas para a reforma da Segurança Social. Registo merece, porém, a sua afirmação de que está aberto ao diálogo, bem como as garantias por si dadas de que o Governo não porá em causa o sistema público de Segurança Social.

O debate permitiu, entretanto, confirmar a afirmação desde sempre feita pelo PCP de que é falsa a propaganda lançada por alguns sectores e pela direita dizendo que o sistema de Segurança Social estava em ruptura e à beira da falência. Esta afirmação do PCP não só não foi contestada, como foi acompanhada pela Câmara, remetendo-se a um prudente silêncio todos aqueles que anteriormente defendiam a tese catastrofista. A própria deputada do CDS/PP e sua ex-responsável pela bancada parlamentar, Maria José Nogueira Pinto, disse não acompanhar o discurso do seu líder.

Ora este reconhecimento é muito importante porquanto, como sublinhou Lino de Carvalho em declarações ao "Avante!" no final do debate, enfraquece o argumento de todos aqueles que propagam a ideia de não sustentabilidade do sistema face ao futuro, com a qual se alimentam as teses que visam criar esquemas que apontam para a privatização, pelos menos parcial, do sistema de Segurança Social, que abra as portas aos fundos de pensões privados e às suas sociedades gestoras.

Nota de realce merece ainda o facto de o Governo ao longo do debate não ter conseguido explicar - apesar de instado a fazê-lo pela bancada comunista - as razões pelas quais foi escolhido no Livro Branco o cenário mais pessimista (daqui a 40 anos), escamoteando-se qualquer outro cenário alternativo. Como foi



demonstrado, este cenário não tem qualquer sustentação técnica e serviu apenas para o Governo tentar suportar as suas opções.

A circunstância de todos os quadrantes políticos reconhecerem, pelo menos em palavras, que é preciso salvaguardar o sistema público de Segurança Social - um património erigido pelos trabalhadores ao longo de gerações - como o PCP sempre defendeu, constituiu outra nota positiva do debate.

Mas onde as críticas do PCP ao Governo subiram de tom e as opiniões divergiram de modo insanável - e esta era no fundo a questão estratégica que estava em debate - é no que diz respeito ao modo como o Executivo se mostra sensível a abrir caminho à privatização de parte do sistema, visando a sua generalização e privilegiando as sociedades gestoras de fundo de pensões.

Como salientou Lino de Carvalho, o PCP não contesta a existência de esquemas complementares de reforma, desde que, precisou, obedeam, por um lado, ao princípio da subscrição voluntária, e, por outro, à não imposição de qualquer tecto à Segurança Social pública. Agora o que os deputados comunistas não aceitam é que o caminho seja o da desresponsabilização do Estado, da evolução do sistema público para um carácter assistencialista, privilegiando as sociedades gestoras de fundos de pensões.

Daí a sua defesa de uma reforma da Segurança Social, mas uma "reforma democrática que assegure mais e melhor Segurança Social", como, aliás, ficará plasmado em projecto de Lei de Bases que o PCP em breve entregará no Parlamento.

Pensões de aposentação degradadas

Urge actualização extraordinária

Indexar todas as pensões de aposentação na função pública às actualizações de vencimentos dos trabalhadores no activo, eis, em síntese, um dos objectivos visados no projecto de lei que o PCP ontem submeteu à apreciação do plenário. Na mira dos autores da iniciativa, que a introduziram na sessão plenária com recurso ao agendamento potestativo, está ainda uma actualização extraordinária das pensões de aposentação capaz de reduzir minimamente o nível de degradação que as mesmas atingiram. Trata-se, no fundo, de pôr termo a uma situação que o Grupo comunista considera de grande "injustiça social" e "politicamente insuportável".

O que está em causa, pois, na perspectiva dos deputados comunistas, é estancar a degradação das pensões dos funcionários que se aposentaram antes da entrada em vigor do novo sistema retributivo, em 1 de Outubro de 1989.

Entre os mais atingidos por esta inaceitável

situação estão os professores. Como salienta a nota preambular do diploma, de que é primeira subscriptora a deputada comunista Luísa Mesquita, em 1980, por exemplo, a relação entre o valor da aposentação e o vencimento de um professor no activo, na mesma categoria, era de cerca de 80 por cento. Em 1990, essa relação era já de 35 por cento.

O Grupo comunista recorda ainda, para se aferir do nível de desvalorização atingido pelas aposentações, que nos últimos 20 anos os docentes no activo obtiveram três reajustamentos de letra (em 1975, 1979 e 1986) e um novo sistema retributivo em 1989 sem que aos professores aposentados fossem aplicadas as mesmas medidas correctivas.

Neste quadro, sublinham, só o direito à indexação das pensões de reforma aos vencimentos dos professores no activo, com a mesma categoria, "pode repor a justiça e eliminar as injustiças relativas".

Hospital Amadora-Sintra

Uma gestão que lesa trabalhadores e utentes

A adopção de critérios exclusivamente economicistas, poupando a todo o custo nos gastos, descartando responsabilidades para outros hospitais e centros de saúde, tudo à custa dos seus profissionais e dos utentes, eis, em síntese, o modelo de gestão privada do Hospital Amadora-Sintra. A acusação é do deputado comunista Bernardino Soares, que levou o assunto a plenário, na semana transacta, na habitual sessão de perguntas ao Governo.

Descrevendo o quadro relativa ao pessoal, lembrou que na sua maioria o vínculo existente é de natureza precária, encontrando-se um terço dos profissionais em situação de falsos recibos verdes. Lembrado por Bernardino Soares foi ainda o facto de muitos dos profissionais serem funcionários do Serviço Nacional de Saúde e de se encontrarem a trabalhar naquele estabelecimento hospitalar em acumulação de funções.

Na réplica, o secretário de Estado da Saúde afirmou que estava em curso a elaboração do quadro de pessoal, comprometendo-se, por outro lado, a fazer uma avaliação mais rigorosa do Hospital e da sua gestão privada.

No mínimo estranha foi, porém, a sua resposta

à questão levantada pelo deputado comunista quanto à Segurança Social. Instado a pronunciarse sobre a dívida da entidade gestora do Hospital à Segurança Social, cujo valor, segundo Bernardino Soares, atinge já os 350 mil contos, aquele membro do Governo limitou-se a dizer que o assunto não era com ele.

Como nada disse quanto à articulação existente entre o Hospital e os centros de saúde e quanto a alguns dos procedimentos que tem vindo a adoptar, como seja, por exemplo, o do envio frequente de doentes da sua área para os hospitais de Lisboa.

Por esclarecer ficaram assim, por exemplo, entre as questões concretas levantadas pelo parlamentar do PCP, as queixas de utentes em relação a grandes listas de espera na consulta externa, a escassez de informação que chega aos centros de saúde dos doentes provenientes do Hospital, as altas a doentes não estabilizados assim encurtando a sua permanência naquela unidade de saúde, ou o envio de doentes para os centros de saúde para efectuarem os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (análises, radiografias, etc.), poupando o Hospital, deste modo, na sua facturação.

Em causa favorecimento de grupos económicos Parlamento vota pedido de inquérito do PCP

Para além do caso Totta, os deputados comunistas querem ver clarificados os casos relacionados com as privatizações do JN/DN, Espírito Santo, OPA do BCP/BPA, Tranquilidade e Mundial-Confiança

Os deputados votam hoje o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo PCP aos actos dos governos do PS e PSD envolvendo o Estado e grupos económicos. Na sequência do debate realizado precisamente há uma semana, tudo o indica, a iniciativa parlamentar comunista deverá ser viabilizada.

Com efeito, em princípio, nada faz prever o contrário, a avaliar pelas posições assumidas pelas restantes bancadas. De todas elas foi visível alguma abertura, resultando claro o propósito de não assumirem o ónus de chumbar uma iniciativa cujo fim é clarificar um quadro de relacionamento entre o Estado e os grupos económicos que deve ser pautado pela máxima transparência.

Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, está igualmente confiante na passagem do diploma. Em declarações ao "Avante!", no início da semana, não escondeu o seu optimismo, argumentan-

do, a este respeito, com o facto de ser "politicamente incompreensível" qualquer outro desfecho, depois dos desenvolvimentos operados em torno desta matéria.

É que, para a bancada comunista - e foi esta, aliás, a principal motivação para a sua iniciativa -, o que está em causa, hoje como sempre, é a "defesa da subordinação do poder económico ao poder político", a "total transparência nas relações entre o Estado e o poder económico", o "repúdio de qualquer promiscuidade entre a governação do País e os interesses particulares de quaisquer grupos económicos".



Invocando princípios pelos quais o PCP sempre se pautou, como assinalou Octávio

Teixeira no debate, o que está em causa, pois, não são "os nomes dos grupos económicos ou a coloração política dos governos", mas sim a "seriedade e transparência de processos" que a todos é exigível.

Nesta medida, ao avançar com o seu pedido de inquérito tendo designadamente como objecto casos relacionados com o processo de privatizações levado a cabo pelos governos laranja, para o PCP, não se trata de "repartir as culpas entre o PS e o PSD" e muito menos branquear os obscuros casos que envolvem o Governo PS, como chegou a argumentar a bancada do PSD, mas, tão-só, permitir que a Assembleia da República exerça o seu dever de fiscalização política, isto é, fiscalize

"tudo o que houver para ser clarificado".

Explicadas por Octávio Teixeira foram ainda as razões que levaram a sua bancada a seleccionar apenas um número relativamente restrito de casos para serem objecto de inquérito - "fiscalizar todos os casos... seria prolongar excessivamente o tempo necessário para a comissão de inquérito levar até ao fim o seu mandato", sustentou -, bem como os critérios que presidiram à sua escolha. Quanto a estes, observou, foram levadas em linha de conta as declarações do presidente do Grupo SONAE, que, em «comunicado pessoal» garantiu que, quanto a prestar declarações na comissão de inquérito, «será com todo o gosto que o farei em geral e com particular deleite se qui-

sermos comparar os vários negócios ou 'negociatas' de tal período [governação do PSD], e também o comportamento dos vários actores nas privatizações do Totta, JN/DN, Espírito Santo, OPA BCP/BPA...»

"São casos paradigmáticos, e têm a vantagem de à partida haver quem, conhecedor directo dos meandros dos mesmos, se proponha cooperar empenhadamente com a comissão de inquérito", esclareceu Octávio Teixeira, que quer ver igualmente analisados os casos Tranquilidade e Mundial-Confiança, por considerar que em relação a qualquer deles, na altura da sua privatização, foram os próprios beneficiados que fizeram "declarações sobre a subavaliação efectiva dos respectivos preços de venda".

Recenseamento eleitoral PCP quer explicações sobre «operação de limpeza»

O Governo vai ter hoje de explicar no Parlamento de modo rigoroso e objectivo a forma como decorreu o processo de actualização extraordinária do recenseamento eleitoral. Essa pelo menos a intenção do Grupo Parlamentar, de quem partiu a iniciativa de propor o debate de urgência que hoje terá lugar com esse objectivo. Com a sua realização, aprovada nas suas últimas Jornadas parlamentares, os deputados comunistas querem ver esclarecidas todas as insuficiências e erros que eventualmente terão ocorrido na operação de limpeza dos cadernos eleitorais, de acordo com relatos nesse sentido vindos a público nos órgãos de comunicação social.

Para a bancada do PCP, como adiantou ao "Avante!" terça-feira o deputado comunista Luís Sá, esta é ainda uma oportunidade para o Governo prestar contas no lugar próprio "sobre um problema que diz respeito a todos e é do interesse de todos", informando sobre o que efectivamente se passou e vai passar neste importante domínio.

"Não se pode dizer que eliminar 430 mil eleitores é melhor do que os ter a mais sem avaliar a situação com rigor e em todas as suas incidências", adiantou Luís Sá, acrescentando ser igualmente necessário "avaliar quantos terão permanecido e porquê, e o que se vai fazer no futuro".

Adiantando ao nosso jornal algumas das principais questões que preocupam a bancada do PCP nesta matéria e que justificaram esta sua iniciativa, Luís Sá começou por destacar a elevada dimensão que atingiu no nosso país o fenómeno da abstenção técnica. Sendo comum a muitos outros países, esta realidade, referiu, assume uma particularidade em Portugal, a qual tem a ver com o facto de o "poder político ter optado sis-

tematicamente, ao longo dos anos, por tomar o número de eleitores e não o número de habitantes como sendo o fidedigno".

Ora sucede que é no número de eleitores que se baseia o número de deputados de cada círculo eleitoral, do mesmo modo que se baseia o número de membros dos órgãos autárquicos, ou o número de membros a tempo inteiro das câmaras e juntas de freguesia, ou ainda que se baseiam em parte as verbas a afectar cada município ou freguesia.

Donde se compreende a importância de uma adequada correcção dos cadernos eleitorais, a que acresce, assinalou, o facto de existir uma "norma introduzida na última revisão constitucional que faz depender o carácter vinculativo do referendo da participação de 50 por cento dos eleitores".

Neste quadro não se pode considerar com ligeireza a avaliação dos resultados da actualização extraordinária do recenseamento", observa Luís Sá, para quem quaisquer incorrecções podem significar "injustiças nas eleições legislativas e autárquicas, nas verbas dos municípios e freguesias" e, bem assim, "fazer-se tábua rasa de referendos como se não houvesse uma participação que até pode ter havido".

Confrontar o Governo com a forma como decorreu todo o processo de actualização, designadamente com a celeridade que o marcou e as condições de trabalho impostas pelas empresas contratadas aos seus funcionários, constitui outro dos aspectos que estará presente no debate de hoje, segundo revelou Luís Sá, que considera que o "desespero de desempregados jovens ou menos jovens não pode permitir que se imponham quaisquer condições e ritmos de trabalho".

Contra o trabalho infantil

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto propondo o lançamento de "uma campanha internacional de educação e sensibilização da opinião pública contra o trabalho infantil e em defesa dos direitos das crianças": Da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, que o subcreveu a propósito da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, actualmente a decorrer, o voto apela aos governos para que "travem a crescente desregulamentação das relações de trabalho e para que proibam o trabalho clandestino".

A adopção de medidas visando a "eliminação da pobreza e de apoio a ao rendimento das famílias mais carenciadas", bem como de "medidas activas de integração social" constituem outras tantas direcções de trabalho que os governos devem adoptar, de acordo com o voto, que exorta simultaneamente os Estados a "realizar uma avaliação do trabalho infantil e a tornar públicos os dados estatísticos, entidades e empresas que exploram a força de trabalho infantil".

Nos seus considerandos, o texto recorda que o trabalho infantil constitui no limiar de um novo

século e numa época de gigantesco desenvolvimento tecnológico, "uma grave realidade que exige de todos os Estados e de toda a sociedade um decidido combate pelos direitos dos «filhos dos homens que nunca foram meninos»".

Com efeito, segundo estimativas da UNICEF e da OIT, o número de crianças sujeitas a formas intoleráveis de exploração rondará os 250 milhões em todo o mundo, sendo que, independentemente das expressões e razões económicas, sociais e culturais que lhe estão associadas, o alastramento do fenómeno tem a ver com o aumento do desemprego, a precarização das relações laborais, o trabalho clandestino e as dificuldades de sobrevivência das famílias.

Em Portugal, como salienta o voto, o fenómeno tem-se igualmente acentuado e, embora não existam números fidedignos, sabe-se, de acordo com a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, "que se torna cada vez mais preocupante o fenómeno do abandono escolar que é, muitas vezes, o primeiro passo para uma situação de trabalho ilegal".

Parlamento Europeu aprova relatório sobre sector têxtil

A Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu aprovou a 26 de Maio o relatório do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre o "Plano de acção para a competitividade da indústria europeia do têxtil e do vestuário", apresentado pela Comissão Europeia.

Face à proposta da Comissão, este documento propõe uma abordagem alternativa para o sector, levando em consideração, nomeadamente, o peso que o mesmo tem na economia portuguesa. Para Sérgio Ribeiro, as propostas da Comissão sofrem de várias insuficiências, nomeadamente "por não fundamentar estatisticamente a importância do sector, por carecer de uma calendarização das acções a desenvolver, por não apresentar novas propostas concretas e não fazer referência aos meios financeiros necessários e adequados à sua realização".

Assim, o deputado comunista defende o conceito da "fileira produtiva", quer a nível nacional quer a nível europeu, para garantir a competitividade global do sector, pois todas as partes da fileira (fição, tecelagem, confecção, comercialização) são essenciais para garantir um todo

coeso, mantendo linhas de produtos de qualidade média e produtos de alto valor acrescentado.

O documento elaborado pelo deputado comunista é o resultado da concretização de uma série de contactos levados a cabo em Portugal com diferentes agentes do sector. Ao longo de um mês, Sérgio Ribeiro deslocou-se a Braga, Porto, Aveiro e Castelo Branco, regiões de forte implantação da indústria têxtil em Portugal, onde reuniu com associações empresariais e industriais, sindicatos e visitou unidades industriais.

Em comissão o relatório acabou por ser objecto de algumas alterações que beliscaram aspectos considerados importantes, nomeadamente em relação à inclusão de cláusulas sociais, a necessidade de uma garantia de certificação de produtos e o próprio conceito de fileira produtiva. No entanto, estes pontos

serão reapresentados aquando da discussão do documento em sessão plenária.

Segundo os últimos dados estatísticos disponíveis, esta actividade era concretizada, em 1996, por perto de 120 mil empresas, com predominância de PME's, com um total de 2,25 milhões de postos de trabalho directos do sector (285 mil só em Portugal), o que representa perto de 8% do emprego industrial total da UE. A estes dados há que sublinhar a perda, entre 1990 e 1996, de um quarto dos postos de trabalho existentes em 1990, num total de mais de 600 mil empregos perdidos nesse período, dos quais 100 mil em 1996. Ainda relativamente a este ano, o sector representava 4,2% do valor acrescentado industrial do conjunto da UE e atingia um volume de negócios próximo dos 200 mil milhões de ecus e contribuía com 30 mil milhões de ecus para as exportações totais da UE.

Após esta votação, o relatório deverá ser discutido e votado pelo plenário do PE na sessão de Julho, em Estrasburgo.

Fundos de coesão em causa

É com grande preocupação que os deputados do PCP registam a decisão tomada pelo Parlamento Europeu que, pela primeira vez, se pronunciou pela exclusão do Fundo de Coesão dos países da UE que tenham acedido à União Económica e Monetária, o que abrange Portugal, Espanha e Irlanda.

Na votação de um relatório sobre a aplicação do Fundo de Coesão em 1996, a maioria dos eurodeputados apoiou - com 235 votos a favor, 203 contra e 10 abstenções -, a inclusão de uma emenda apresentada por um alemão do PPE que solicita à Comissão e ao Conselho a prorrogação do período de aplicação do Fundo de Coesão para além de 1999 "apenas para os Estados-membros que não participem na UEM".

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu demarcaram-se inequivocamente desta posição, atitude que, além de ter sido expressa pelo seu voto contra o relatório, ficou patente na intervenção de Honório Novo para quem o simples facto destas emendas terem sido apresentadas

"constitui um acto político inadmissível contrário aos objectivos de solidariedade". Para este deputado do PCP, a votação hoje realizada "constitui não apenas uma tentativa de subversão jurídica do próprio Tratado como confirma que há, nesta casa, deputados para quem a coesão económica e social é uma mera figura de retórica que se deve subordinar ainda mais aos interesses financeiros e monetaristas reinantes".

Recorde-se que, há aproximadamente um ano, o hemisfério apoiou um relatório elaborado por Honório Novo relativo ao Fundo de Coesão em 1995, no qual o deputado comunista conseguiu assegurar o apoio do Parlamento Europeu para a prorrogação do Fundo de Coesão para além de 1999. Na altura, esta proposta foi sustentada pelo elevado grau de execução deste Fundo e pela necessidade de "manutenção de um instrumento financeiro destinado a promover a coesão económica e social nos países cujo PNB per capita continue a ser inferior a 90% da média comunitária e que,

supletivamente, possa ajudar esses países nos esforços de convergência a que estão e estarão sujeitos".

Os deputados do PCP alertam para a gravidade da decisão hoje tomada pelo PE, pois além de ser a primeira vez que uma instituição europeia assume esta intenção de forma clara, como surge numa altura delicada em que se encontram em discussão as perspectivas financeiras apresentadas pela Comissão Europeia para o período de 2000 a 2006 - a Agenda 2000 -, e os regulamentos dos diferentes instrumentos financeiros da Comunidade, entre os quais o Fundo de Coesão.

Face a esta situação, espera-se que o governo português assumira as suas responsabilidades e actue com grande firmeza e intransigência na defesa da manutenção deste importante Fundo para Portugal após 1999. Pela sua parte, os deputados do PCP no Parlamento Europeu declaram-se dispostos a agir como têm feito até aqui e a fazer tudo o que esteja ao seu alcance para salvaguardar os interesses nacionais numa matéria tão delicada.

PCP solidário com povo sarauí

A Frente Polisário, legítima representante do povo sarauí, comemorou no passado dia 20 de Maio o 25º aniversário do início da luta pela independência e soberania do Sara Ocidental, contra a ocupação de Marrocos.

Convidado a participar nas comemorações, o PCP fez-se representar por Valdemar Santos, do Comité Central, que no regresso da visita aos campos de refugiados saraúis falou ao «Avante!» das impressões colhidas durante a sua estada no tragicamente célebre «deserto da morte».

Naquela região do mundo, o que é que continua em causa?

Estivemos dois dias no Hamada, que em árabe significa "o deserto da morte", numa região onde os ventos fortes deslocam grandes massas de areia entre a Argélia e a linha oriental norte da fronteira do Sara Ocidental. Como é sabido, é aí que muitos e muitos milhares de saraúis estão concentrados em acampamentos e é aí também que a Frente Polisário encontra energias para as operações militares e movimentações logísticas que lhe permitiram deter importantes posições no interior do território ocupado por Marrocos.

Neste 25 anos de luta armada, pela força desta e do expressivo apoio do povo sarauí à Frente Polisário, não só foi proclamada a República Árabe Sarauí Democrática, mas esta criou os seus órgãos (Presidência, Parlamento, Governo, Exército e estrutura autárquica), foi reconhecida internacionalmente por setenta e dois de países e tem assento, como membro de pleno direito, na OUA.

Já em 1975, durante uma visita de uma delegação da ONU ao Sara Ocidental, foi inequívoca a manifestação da vontade dos saraúis de terem uma pátria livre e independente, e três anos depois o Conselho de Segurança reconheceu este legítimo direito. Está hoje na ordem do dia - ainda que sujeita a sucessivos adiamentos, o que demonstra os apoios

imperialistas de que Marrocos disfruta ainda na cena internacional - a realização de um referendo no Sara Ocidental, sob os auspícios da ONU e na base de acordos directamente estabelecidos entre a Frente e Marrocos, designadamente em Lisboa e Houston.

A grande preocupação dos saraúis é do contingente de marroquinos que Rabat transplantou ao longo de sucessivos anos para o Sara Ocidental, face ao qual os critérios, meios e mecanismos de identificação dos eleitores recenseados e a recensear, caso o referendo não seja "justo, limpo e transparente", segundo o que li e ouvi, podem vir a desvirtuar os resultados. Outros problemas tais como o acantonamento de tropas, repatriamento de refugiados e a libertação e troca de detidos persistem. Não quero deixar de dizer que para me preparar para esta viagem os materiais editados pelo *Avante!* foram de uma utilidade insubstituível

Que contactos pudeste ter e que testemunhos recolheste?

As comemorações do 25º Aniversário do início da luta armada em Saguia Hamra e Rio de Oro - precisamente a 20 de Maio de 1973 - tiveram os seus pontos altos nos desfiles militares (com apresentação de material de guerra ligeiro e pesado) e populares, que envolveram muitos milhares de saraúis, nos

acampamentos de Smara. Para além dos dirigentes da RASD e da Frente Polisário, contava-se mais de uma centena e meia de convidados e jornalistas.

A grande maioria era constituída por espanhóis de todas as regiões de Espanha em representação de associações de amizade com a luta do povo sarauí, assim como deputados e autarcas de várias forças políticas, numa convergência de esforços pela qual se canaliza um inestimável envio de diversificados materiais e produtos de que o povo sarauí é carente.

No plano mais oficial estavam representantes do governo argelino, de Cuba e Moçambique, entre outros. Foi criticada, pelos espanhóis, a ausência duma representação do seu governo.

Participaram ainda um membro do Comité Nacional do Partido Comunista Francês e do Partido da Esquerda da Suécia, um autarca francês, assim como italianos.

Pude aperceber-me que o número considerável de jornalistas estrangeiros presentes - entre os quais dois da LUSA - testemunhava grande simpatia pela causa sarauí.

Foi-me dado a saber que todos os partidos portugueses com representação parlamentar tinham sido convidados para as comemorações. Só o nosso lá esteve!

A hospitalidade do povo sarauí e dos militantes da Frente sensibilizou-me extraordinariamente. Nas difíceis condições em que se encontram

acampados em pleno deserto da morte, não é exagerado dizer que, para além das relações entre seres humanos animados por uma luta e pela solidariedade, pouco mais têm do que uma indefectível noção de pátria e o sangue derramado no território que libertaram

E de Portugal, que deixaste?

Nos breves encontros que pude ter com o Presidente da República Árabe Sarauí Democrática, Mohamed Abdelaziz, e o Presidente da Assembleia Nacional (Parla-

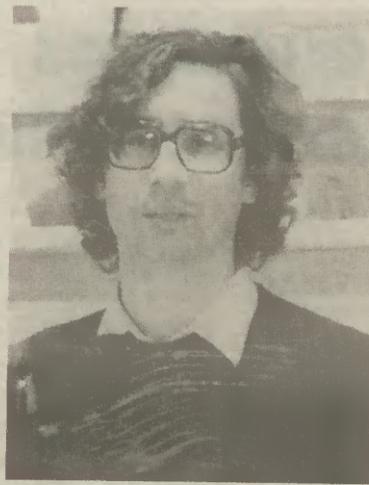
mento), Abdelkadar Taleb Oumar, informei que também nós, portugueses, comemoraríamos para o ano o 25º Aniversário do 25 de Abril, e não deixamos de salientar o contributo da luta libertadora dos povos africanos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, não contra o nosso povo mas contra o exército colonial português, para o êxito da nossa Revolução.

Deste ponto de vista histórico, valorizámos o exemplo da luta da Frente Polisário num mundo em que parece ser (e será mais difícil, em muitos casos) lutar.

Ou seja, quisemos acentuar o carácter recíproco da solidariedade, com a noção de que a solidariedade não se pede, dá-se.

Por isso, muito ainda nos falta fazer em relação ao Sara Ocidental, com a consciência de que se não o fizermos ninguém mais o fará. Em particular junto da opinião pública, e para que o governo português não seja titubeante no conjunto de países que, pela via da ONU, tem de assegurar que Marrocos não desvirtuá os acordos estabelecidos, antes e depois do referendo.

Apoiar a campanha em curso levada a cabo pelo CPPC (Conselho Português para a Paz e a Cooperação) de recolha de géneros, e antes de tudo, medicamentos para o Sara Ocidental é outra tarefa a desenvolver!



Valdemar Santos

Colômbia

Bipartidarismo ameaçado

As eleições presidenciais colombianas trarão poucas mudanças concretas, mas revelam, sem dúvida, a vontade da população de cortar com o bipartidarismo político entre o Partido Liberal e o Partido Conservador.

No domingo, os mais de 50 por cento dos 20 milhões de eleitores que se deslocaram às urnas para votarem na eleição para a Presidência do país dividiram os seus votos entre o liberal Horacio Serpa (34,36 por cento), o conservador Andrés Pastrana (34,35 por cento) e a independente Noemí Sanín (27,2 por cento).

Sanín manteve durante toda a campanha eleitoral um discurso assente na sua autonomia

política, apresentando-se independente de qualquer formação. Foi esta postura que atraiu muitas pessoas. Em Bogotá, obteve quase 42 por cento dos votos, contra os 28 por cento de Serpa e os 26 por cento de Pastrana.

Mas a sua independência não é totalmente real: Noemí Sanín foi ministra da Educação durante o governo de Belisario Betancur, ministra dos Negócios Estrangeiros com César

Gaviria e embaixadora em Londres com Ernesto Samper.

É muito claro o facto dos colombianos procurarem uma alternativa política à alternância entre conservadores e liberais, e ainda mais se atentarmos no quase empate entre Serpa e Pastrana - separados por uma diferença de 0,1 por cento.

As eleições foram marcadas por outros acontecimentos: confrontos entre as guerrilhas e o exército, a explosão de uma bomba em Barrancabermeja e a consequente morte de três civis, o sequestro de um jornalista de Medellín, e a queima de urnas e boletins de voto.

A segunda volta realiza-se a 21 de Junho.

ELN propõe novo plano de paz

Entretanto, o Exército de Libertação Nacional (ELN) apresentou uma nova proposta de paz que só será do conhecimento público após a segunda volta das eleições presidenciais.

Entregue em envelope fechado pelo deputado Elías Meneses Lopera - libertado após 15 dias de sequestro -, a proposta só será lida em sessão plenária do Congresso posterior à eleição do novo presidente.

Lopera afirma que se trata de «um documento que substitui o pré-acordo de Viana (assinado em Madrid entre representantes do ELN e do Governo), onde é

possível, suponho eu, que saía um novo acordo de paz, uma convenção nacional onde participem as forças vivas da Colômbia. Trata-se, segundo me parece, de mudar uma realidade objectiva, políticas de Estado, para chegar a um acordo de fundo, não burocrático ou insípido».

«Considero que é uma proposta séria», afirmou o deputado, que acrescentou que o ELN propõe a realização de uma convenção nacional para a qual serão convidados observadores de Espanha, França, Alemanha e de vários países da América Central, representantes das forças sociais, políticas, religiosas e económicas da Colômbia e o escritor, e prémio Nobel da Literatura, Gabriel García Marquez.

Ulster

Graves incidentes entre católicos e protestantes



A paz é ainda uma miragem na Irlanda do Norte

Catorze feridos, entre os quais onze agentes das forças de segurança, é o resultado dos violentos confrontos registados no fim-de-semana na Irlanda do Norte, na sequência dum carga policial sobre manifestantes republicanos que pretendiam impedir um desfile orangista. Os incidentes fazem temer um retrocesso no processo de normalização das relações entre protestantes e católicos no Ulster.

Menos de um mês depois do referendo que ratificou os acordos de paz para a região, as tradicionais marchas da Ordem de Orange (organização lealista à coroa britânica que comemora antigas vitórias dos monárquicos sobre os republicanos) ameaçam todo o processo. Os católicos, na sua maioria repu-

blicanos, consideram uma provocação as marchas, que insistem em passar nos bairros católicos; os orangistas, reivindicam o direito de se manifestarem e recusam alterar os percursos dos seus desfiles. No sábado, a marcha da secção juvenil da Ordem de Orange, em Portadown, foi bloqueada por manifestantes republicanos e os confrontos não se fizeram esperar.

A polícia carregou sobre os manifestantes, respondendo com balas de borracha aos «cocktails molotovs» e à chuva de pedras com que os seus agentes foram atacados. Segundo o responsável máximo da corporação, Ronnie Flanagan, uma resposta «absolutamente apropriada» e de grande «contenção» face aos acontecimentos.

Recorda-se que Portadown é o centro de operações dos paramilitares da Força de Voluntários Lealistas (LVF), onde se acolhem os membros mais radicais da Ordem de Orange. Por isso, todos temem agora o que pode acontecer amanhã, quando a marcha dos orangistas sair à rua. Até à hora do encerramento da nossa edição, católicos e protestantes não tinham chegado a acordo para evitar novo surto de violência.

A situação é tanto mais preocupante quanto se sabe que os grupos republicanos dissidentes chegaram a acordo para conjugar esforços no sentido de fazer fracassar o processo de paz. Segundo notícias veiculadas na imprensa, facções até agora antagónicas - o IRA Continuidade (CIRA), o Exército Nacional de Libertação Irlandesa (INLA) e o IRA Real (RIRA), que se opõem ao acordo de Belfast - decidiram partilhar recursos técnicos e humanos para inviabilizar os acordos.

Cem mil coreanos em greve

Cerca de cem mil coreanos entraram em greve na quarta-feira, dia 27, protestando contra a onda de despedimentos maciços que se verifica no país desde o início da crise económica. Segundo dados oficiais, 1,2 milhão de pessoas estão sem trabalho (6,7 por cento da população activa) e a tendência é para estes números aumentarem consideravelmente a médio prazo. A redução dos salários é outra medida que as empresas estão a levar a cabo, acentuando as dificuldades da população. Os sindicatos já anunciaram a realização de uma nova greve para dia 10, caso o governo não responda às suas reivindicações.

Paquistão faz seis testes nucleares

Respondendo aos testes nucleares efectuados recentemente pela Índia, o Paquistão levou a cabo seis ensaios na quinta e na sexta-feiras. As condenações internacionais sucederam-se imediatamente, mas a população mostrou-se eufórica. Os Estados Unidos impuseram um conjunto de sanções contra o país, tal como tinham feito à Índia. «Iguáramos a Índia», afirmou o primeiro-ministro, Nawaz Sharif. Na segunda-feira, as autoridades de Islamabad anunciaram a construção de um míssil de longo alcance, acrescentando que estão preparadas para fabricar armas atómicas.

Situação económica indonésia agrava-se

Depois de onze meses de crise económica e da demissão de Suharto, a situação financeira da Indonésia agrava-se. Na sexta-feira, o Banco Central da Ásia, o maior banco privado do país, declarou falência devido aos muitos levantamentos efectuados pelos seus clientes. «Se um banco tão importante como este pode passar para o controlo da Agência Indonésia de Reestruturação Bancária, então tudo pode acontecer», afirmou um perito financeiro.

Dinamarca

Um país dividido

A Dinamarca continua dividida ao meio no que respeita à sua participação da União Europeia. Chamados a pronunciar-se em referendo, na quinta-feira, sobre o tratado de Amesterdão, os cerca de quatro milhões de dinamarqueses reafirmaram a cisão existente no país: 55,1 por cento dos eleitores votaram a favor da ratificação e 44,9 por cento votaram contra.

Comentando o resultado do referendo, o primeiro-ministro Poul Nyrup Rasmussen afirmou que a Dinamarca vai continuar fora do euro, dando prioridade a uma Europa mais próxima dos cidadãos.

«A adesão à moeda única europeia não é possível sem o acordo da população dinamarquesa e não prevemos um novo referendo nos próximos tempos», disse Rasmussen, sublinhando que a resposta da Dinamarca - que cumpriu todos os critérios de convergência - ao euro é «uma política económica sã e responsável» e que o seu governo pretende reduzir o mais possível a margem de flutuação entre a coroa dinamarquesa e a moeda europeia.

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Niels Helveg Petersen, garantiu que a Dinamarca vai agora empenhar-se em

fazer do Tratado de Amesterdão «um instrumento válido para uma política mais próxima dos cidadãos», designadamente no que se refere ao emprego, meio ambiente, luta contra a fraude e o crime.

Na Europa, as reacções dos diferentes governos aos resultados do referendo foram de satisfação.

Também o presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, se manifestou «muito feliz» pelo resultado do referendo na Dinamarca, que «vai permitir ao governo ratificar o Tratado de Amesterdão». O presidente do Parlamento Europeu, José Maria Gil-Robles, considerou como uma «boa notícia para toda a União» este resultado, uma vez que permitirá a entrada em vigor do Tratado dentro de «alguns meses», permitindo «assim, um aumento considerável das competências do Parlamento Europeu».

Foi a quinta vez que os dinamarqueses foram às urnas para se pronunciarem sobre a Europa, desde a sua entrada no Mercado Comum há 25 anos. Em Maio de 1993, aprovaram o Tratado de Maastricht por 56,7 por cento dos votos, após o terem rejeitado um ano antes por 50,7 por cento dos sufrágios. A mudança deveu-se ao facto de terem obtido uma série de «derrogações», designadamente quanto à moeda unida, a defesa, a cidadania e a cooperação policial, que esvaziavam grandemente o alcance interno do tratado.

Greve de 29 de Maio Um marco na luta dos ferroviários

■ José Manuel Oliveira
da Comissão Executiva da FSTFP/CGTP-IN

É riquíssimo o património de luta dos ferroviários, que sempre assumiram como determinante para melhorar as suas condições de vida e de trabalho. No entanto, há lutas que, pelos seus efeitos, dimensão e níveis de adesão, se destacam, passando a constituir marcos de referência na vida sindical dos ferroviários. A greve do passado dia 29 de Maio é uma delas. É, sem dúvida, a maior luta dos ferroviários, em termos de adesão e impacto, na última década.

Por que lutaram (e lutam) os ferroviários?

Para além de considerarem insuficientes as propostas de actualização das tabelas salariais, lutam contra a discriminação, que ao longo dos anos tem sido introduzida, no sistema retributivo, com o objectivo claro de retirar da luta geral dos ferroviários, alguns sectores profissionais, enfraquecendo a capacidade reivindicativa do conjunto.

Devido a esta política dos gestores, com o apoio dos governos, foram criadas assimetrias que este ano foram agravadas. Por exemplo, um grupo profissional passou a usufruir de um prémio diário de 1600 escudos (valor médio) e um prémio anual de cerca de 70 mil escudos, enquanto cerca de 90% dos ferroviários tem um prémio diário de 475 escudos e um anual de 33 mil escudos.

Na EMEF, os trabalhadores lutam também contra a discriminação através da regulamentação da atribuição do «Bónus de Produção» que a administração atribui no final do ano sem qualquer critério, ou seja, a quem quer.

Lutam pelo cumprimento dos acordos firmados, que obrigavam o CG da CP a negociar o Regulamento de Carreiras em 1996. Não o fez e a reivindicação dos trabalhadores consiste na abertura das negociações para estes instrumentos de regulamentação colectiva na CP, REFER e EMEF.

Lutam pela defesa dos postos de trabalho que, aos poucos, vão sendo postos em causa no quadro da «reestruturação» sectorial.

Ao que se sabe, na REFER já existe uma lista de trabalhadores a dispensar; na CP tomam-se medidas que, a curto ou médio prazo, podem pôr em causa postos de trabalho dos condutores e, com a criação das Unidades de Negócio, pelo que se vai conhecendo, todas apontam para a redução de efectivos.

Lutam pela defesa dos direitos, que são postos em causa à medida que o Governo vai dividindo a CP em várias empresas. Os ferroviários reivindicam que os direitos sejam respeitados na CP e que, nas restantes empresas, passem a fazer parte integrante dos AE's em negociação ou a negociar.

Sobre a garantia dos postos de trabalho e dos direitos, os ferroviários aguardam que o ministro João Cravinho se disponibilize para assinar um protocolo onde estas matérias sejam, de uma forma clara e inequívoca, assumidas. Não basta que o ministro venha declarar que, tanto os direitos como os postos de trabalho são «sagrados» salvaguardados, é preciso que isso se passe para o papel.

Resposta em unidade

Em torno destas reivindicações os ferroviários uniram-se e deram uma resposta determinante ao Governo e seus gestores nas diversas empresas do sector.

Toda a circulação ferroviária esteve paralisada, as oficinas praticamente encerraram e a paralisação foi praticamente total

nos restantes sectores de actividade.

Se o Governo e seus gestores tinham dúvidas de que, no actual quadro de grande complexidade sindical, os ferroviários conseguiram unir-se, enganaram-se redondamente. Deve servir-lhes de lição, para, de uma vez por todas, assumirem uma postura diferente, que tenha em conta a totalidade dos ferroviários e não apenas alguns sectores profissionais.

A greve de 29 de Maio foi realizada numa altura em que ressurgiram movimentos para a criação de mais sindicatos corporativos, que tanto contribuíram para enfraquecer a luta dos trabalhadores, criando assim condições para o desenvolvimento da ofensiva contra a CP nacionalizada e contra os direitos e interesses dos trabalhadores.

Este movimento para a criação de mais «sindicatos» aparece numa altura em que se está perante uma nova ofensiva que já dividiu mais o sector, através da criação da REFER e em que a própria CP está a ser dividida em Unidades de Negócio.

Que objectivos estarão por detrás daqueles que fomentam o aparecimento desses novos «sindicatos»? Pretenderão, numa altura em que se reforça a unidade, dividir mais os trabalhadores para criarem condições para a privatização das Unidades de Negócio?

No entanto, os trabalhadores demonstraram que o caminho é o reforço da unidade consubstanciada nas posições defendidas pela Federação dos Sindicatos Ferroviários/CGTP-IN.

A greve do passado dia 29 de Maio traz associado o reforço da intervenção da Federação na contratação colectiva.

A partir de meados dos anos 80, tudo foi feito para enfraquecer a Federação e para afastar das mesas de negociação.

Foram anos de resistência tenaz, que vencemos. Em 1996, pela luta, criaram-se condições para assinatura de um acordo e reocupou-se, assim, um espaço que nos queriam tirar, não só na CP, mas também na EMEF e na SOFLUSA, onde queriam impedir a Federação de participar na negociação colectiva.

Também no passado dia 29, os trabalhadores demonstraram ao CG e às outras administrações que não basta assinarem acordos com «sindicatos» minoritários, para travar a sua justa luta. Este ano, os ferroviários, com a sua luta, já obrigaram alguns desses «sindicatos» a assinarem dois acordos e se calhar ainda não vão ficar por aqui.

Por último, a forte adesão dos trabalhadores representa uma derrota para as posições daqueles que, em sintonia com as posições do Governo e seus gestores, apostaram em denegrir os trabalhadores, assumindo posições antigreve. Está neste caso a actual direcção do «Sindicato dos Maquinistas», não confundir com os maquinistas, muitos dos quais estiveram nesta greve.

Fizeram chantagem para que não houvesse resposta às justas reivindicações dos ferroviários. Disponibilizaram os trabalhadores que representam para substituírem os trabalhadores em greve, de forma a que os comboios circulassem. Insultaram a dignidade dos ferroviários e tentaram pôr trabalhadores contra trabalhadores. Mas de nada lhes valeu.

Os ferroviários, em unidade, vão continuar a lutar e, se pela via da negociação não se encontrarem soluções justas para as suas reivindicações, voltarão à greve no próximo dia 12 de Junho, durante 24 horas.

Contra promessas não cumpridas

Protestos aos nas ruas

Na quarta-feira, dia 27, milhares de trabalhadores da Administração Local, da Função Pública e de empresas do distrito concentraram-se em pontos diferentes de Lisboa e deslocaram-se até São Bento. Passados dois dias, professores e educadores de todo o País foram ao Ministério da Educação.

Os trabalhadores da Administração Local, no seguimento de um prolongado processo de denúncia pública, foram dizer a António Guterres que o Governo assumiu em Janeiro de 1996, no acordo com os sindicatos, compromissos que



Os funcionários públicos vêem frustradas as expectativas de valorização das carreiras

Os docentes responderam ao apelo da Fenprof e vieram expressar o seu descontentamento com a proposta de revisão da carreira e da grelha salarial, que ficou aquém das expectativas, limitando-se o Governo a propor «acertos» que esquecem a grande massa dos docentes. Na manifestação foi exigido um período máximo de 25 anos de profissão para atingir o topo da carreira, a par de reivindicações como a contagem integral do tempo de serviço para todos os professores, a vinculação ao fim de 3 anos de serviço e a valorização global da carreira.

Novas lutas confluem para dia 18

Com uma jornada nacional marcada para a quinta-feira seguinte aos feriados, o dia 18 de Junho começa a surgir como data comum a diversas acções de luta de trabalhadores, em diferentes sectores e empresas, contra as tentativas de alterar leis laborais e pela defesa e melhoria da Segurança Social. Uma moção aprovada na concentração de dia 27, em São Bento, aponta expressamente para «uma grande manifestação em Lisboa», que as estruturas do movimento sindical unitário estão já a preparar, com o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e apresentação de pré-avisos de greve. Neste sentido se pronunciou também o plenário dos Metalúrgicos de Lisboa.

Estarão igualmente em luta, entre outros, os trabalhadores da Siemens de Évora (que exigem o pagamento de 500 mil contos de diferenças salariais em dívida) e dos hotéis Tivoli (que paralisaram a 95 por cento no dia 29 de Maio, mantendo a forte adesão verificada noutras lutas em curso no sector, como o Sheraton, Lutécia e o Hospital da Cruz Vermelha).

Aveiro

Trabalhadores e reformados do distrito de Aveiro deslocaram-se, dia 28, ao Governo Civil para entregar um documento dando nota da preocupação e protesto relativamente às alterações que o Governo pretende efectuar na legislação laboral e afirmando a necessidade de defender e melhorar a Segurança Social. A acção pública, promovida pela USA/CGTP, começou com uma concentração junto ao Centro Regional de Segurança Social.



Comunicado da Comissão Política sobre a despenalização do aborto

Com todas as nossas forças, para a vitória do



1. A escassas duas semanas do início (em 16/6) do período oficial da campanha do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez marcado para 28 de Junho, a Comissão Política chama vivamente a atenção de todas as organizações e militantes do Partido para a extraordinária importância e consequências desta batalha política e do seu desfecho e para a **necessidade de o Partido empenhar generosamente todas as suas forças para assegurar a vitória do SIM.**

2. A Comissão Política reafirma a orientação de, a par da justa e indispensável participação de militantes do Partido no Movimento Sim pela Tolerância, se assegurar simultaneamente **uma forte e marcante intervenção própria do Partido em todo o país**, como condição indispensável para o êxito desta batalha e como exigência que resulta do papel primordial que o PCP de há muito desempenha na defesa da causa da despenalização do aborto, do combate ao aborto clandestino, do respeito pela saúde e dignidade das mulheres e dos valores de uma maternidade consciente e responsável.

Além disso, uma forte e marcante intervenção do PCP e da JCP na luta pela vitória pelo SIM insere-se harmoniosamente no esforço de fortalecer a afirmação política do nosso partido e de ampliar o seu prestígio junto das jovens gerações, das mulheres e de largos sectores de opinião que apoiam a despenalização do aborto e a consideram um progresso cívico e social que não deve ser mais adiado.

3. A Comissão Política salienta uma vez mais que nem o referendo nem a campanha do PCP têm por objecto ajuizar sobre o aborto e que **o que está no centro do referendo e da campanha do PCP é a anulação da pena de prisão até 3 anos que a lei actualmente prescreve para as mulheres que recorrerem ao aborto e a permissão legal da sua**

realização, por decisão responsável da mulher, nas primeiras 10 semanas, em condições de assistência e segurança médicas.

Neste sentido, é muito importante compreender que a campanha do Partido não se destina a conflitar com respeitáveis convicções pessoais sobre o aborto ou a invadir áreas e situações legitimamente reservadas da vida dos cidadãos, antes será **centrada sobre a necessidade de dar resposta a um grave problema de saúde pública e a uma situação de ofensa à dignidade das mulheres que diz respeito a toda a sociedade e a todos os cidadãos.**

4. A Comissão Política adverte seriamente para que o demissionismo do PS, incompreensões sobre a importância desta batalha eleitoral e sobre os reflexos do seu resultado, atitudes de hesitação ou timidez na intervenção pública e excessos de confiança induzidos por sondagens só podem causar graves prejuízos à luta pela necessária vitória do Sim,

facilitando a vida às forças e sectores que, fazendo campanha agressiva e retrógrada pelo não, desejam manter o flagelo do aborto clandestino e a injusta criminalização das mulheres.

5. A causa da vitória do SIM no referendo de 28 de Junho é a causa da vitória da tolerância sobre a hipocrisia, da coragem de enfrentar o problema do aborto clandestino sobre a insensibilidade e o cinismo da sua conservação, do humanismo, da liberdade e da responsabilidade sobre as coacções e imposições autoritárias de um conservadorismo hipócrita que sempre conviveu tranquilamente com o aborto clandestino.

A causa da vitória do SIM em 28 de Junho é a causa onde é imperioso que o PCP e os comunistas portugueses deixem a marca empenhada do seu esforço e da sua essencial contribuição.





Uma grande campanha de desinformação e manipulação dos sentimentos dos portugueses tenta lançar a confusão sobre o objectivo do referendo do próximo dia 28 de Junho. Através de 25 respostas a 25 perguntas, o «Avante!» tenta, assim, repor a verdade e desfazer dúvidas que eventualmente persistam.

25 perguntas – uma conclusão

Sim à despenalização

EM FOCO

O referendo não é sobre ser a favor ou contra o aborto?

O que está em causa não é ser contra ou a favor. Mas, sim, entre o aborto em condições precisas - assistência, segurança, higiene, protecção da saúde de forma gratuita e com informação e prevenção para evitar no futuro o possível recurso ao aborto ou o aborto clandestino sinónimo de isolamento, desamparo da mulher, com consequências gravíssimas para a sua saúde física e psíquica. O aborto é sempre um último recurso e não um método de Planeamento Familiar.

Qual é a diferença entre liberalizar e despenalizar?

Se a pergunta do referendo fosse «Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 10 semanas?», estar-se-ia a propor a liberalização do aborto nas primeiras 10 semanas. Deixaria de ser crime e poderia ser feito em quaisquer condições e por qualquer pessoa.

Mas não é isso que se pretende, até porque isso poderia significar que hospitais ou estabelecimentos de saúde negassem às mulheres o acesso à prática da IVG. Ou seja, continuaríamos a ter graves problemas de saúde causados pelo aborto (que já não seria clandestino mas seria feito em condições de insegurança). Excepto, naturalmente, para as mulheres com possibilidades económicas, que o fariam em clínicas privadas.

É, pois, a última parte da pergunta do referendo - «em estabelecimento de saúde legalmente autorizado» - que marca a diferença entre liberalização e despenalização/ legalização, significando legalização o reconhecimento dos meios de efectivar aquele direito.

A despenalização do aborto favorece a sua prática?

Não, não vai ser a despenalização do aborto que levará à sua prática. Ele existe e pratica-se todos os dias. O que se pretende é tirá-lo da esfera clandestina para o campo da legalidade e da segurança médica. E criar todas as condições possíveis nos serviços de saúde para que o recurso ao aborto venha a diminuir, através da informação e do acesso das mulheres ao Planeamento Familiar.

A despenalização valoriza a liberdade e a responsabilidade da mulher. A actual situação que prevê a cadeia para as mulheres cria sujeição, clandestinidade e culpabilização. Fazendo-se por ano, em Portugal, milhares de abortos, tem de concluir-se que a lei que ameaça as mulheres com penas de prisão não é adequada à salvaguarda do embrião e do feto, pois os abortos continuam a fazer-se.

Não alterar a actual lei, não alargar a exclusão da ilicitude em alguns casos da IVG, é permitir continuar o aborto clandestino.

A despenalização do aborto vai banalizá-lo?

Obviamente que não. Quem recorre ao aborto num estabelecimento de saúde, será obrigatoriamente melhor acompanhado pelos respectivos serviços de saúde e a tendência será para diminuir o número de recursos ao aborto, como aliás se tem verificado noutros países europeus. A organização dos serviços é determinante para que tal aconteça. Além do esforço dos profissionais envolvidos nesta área na informação e no esclarecimento das mulheres terá de haver vontade política do Ministério da Saúde que terá de se traduzir também em dotações financeiras de forma que a valência do Planeamento Familiar seja reforçada.

É verdade que a despenalização conduz a um aumento do recurso ao aborto?

Não. Esta afirmação não é séria. Nos diversos países onde o aborto foi despenalizado não havia, como aliás não há hoje em Portugal, estatísticas seguras sobre o número real de abortos clandestinos. E não havendo, torna-se, pois, impossível fazer qualquer comparação fundamentada.

A OMS - Organização Mundial de Saúde - dedicou o passado dia 7 de Abril, Dia Internacional da Saúde, à maternidade sem riscos. A este propósito fez sair um documento onde a dado passo se afirma: "contrariamente ao que se pensa geralmente, a legalização do aborto não acarreta necessariamente um acréscimo das taxas de aborto".

Que repercussões pode ter nas pessoas que estão contra ele?

Nenhumas. A despenalização do aborto não cria qualquer obrigação aos que pelas suas convicções religiosas, ideológicas ou filosóficas não pretendam usufruir dessa possibilidade legal. Cada um(a) pode e deve decidir de acordo com a sua consciência e vontade e, tal como agora, os que não querem a ele recorrer não o fazem. Mas para as mulheres que decidem fazê-lo, a alteração da lei garantirá assistência médica e segurança.

É verdade que os estabelecimentos de saúde não terão capacidade para atender as mulheres, caso ganhe o SIM no referendo?

Não é verdade. Essa é outra ideia falsa que se procura incutir. Os estabelecimentos de saúde, isto é, o Serviço Nacional de Saúde, gastam muito dinheiro nas urgências e no tratamento (incluindo a ocupação de camas por vários dias nos hospitais centrais) de graves doenças provocadas directa ou indirectamente pelo aborto clandestino, nomeadamente casos de graves infecções ou de infertilidade. Todas as instituições e organismos de saúde estrangeiros têm-se referido a estes custos e chamado a atenção para a sua prevenção. É completamente falso que estes serviços vão aumentar as listas de espera de outras especialidades nos estabelecimentos de saúde, nomeadamente nos hospitais.

Com a utilização do planeamento familiar, justifica-se haver gravidezes não planeadas?

Não é uma questão de justificação. Elas acontecem de facto a um número significativo de mulheres que fazem Planeamento Familiar, porque todos os métodos anticoncepcionais, incluindo a pílula e o DIU, não são 100% seguros. Apesar das mulheres, por indicação médica ou seguem, há situações em que eles falham. Há medicamentos que são prescritos pelos médicos para o tratamento de diversas doenças que anulam o efeito dos métodos anticoncepcionais, permitindo que a mulher engravide apesar de estar a seguir Planeamento Familiar. Estas situações, bem como a deslocação do DIU, estão longe de serem raras. Por outro lado, é de sublinhar que as consultas de Planeamento Familiar nos Centros de Saúde estão longe de responder às necessidades da população. Ao contrário do que a lei estipula, as consultas não dispõem em muitos casos de métodos gratuitos e a capacidade de resposta dos médicos de família a esta questão da saúde da mulher é limitada.

Por que falam agora tanto de Planeamento Familiar e de Educação Sexual?

Por absoluta hipocrisia ditada unicamente por razões tácticas que visam apenas e só proteger e disfarçar o seu real empenhamento na manutenção do aborto clandestino e por desprezo para com as nefastas consequências do aborto clandestino para a saúde das mulheres. São as forças que estão contra a despenalização, que hoje falam de Planeamento Familiar e de Educação Sexual e, exactamente, as mesmas que estiveram contra a implementação dos métodos anticoncepcionais (pílula e DIU, nomeadamente) porque, diziam, geravam permissividade dos costumes. São as mesmas forças que apenas defendiam os chamados métodos naturais (método das temperaturas, coito interrompido). São, também, as mesmas forças que sempre se opuseram que a Educação Sexual constasse dos currículos escolares e se insurgiram com grande violência contra a abertura de consultas de Planeamento Familiar para jovens.

Se todos os médicos de um hospital são objectores de consciência, o que se passa quando há um pedido de IVG?

Já hoje está regulamentado por diploma da ministra da Saúde, Maria de Belém, que o pedido da IVG deve ter seguimento imediato para outro estabelecimento de saúde onde haja equipas não objectoras e os custos deverão ser suportados pelo 1º estabelecimento, salvaguardando sempre os prazos previstos na lei.

Este assunto só interessa às mulheres? E só às de idade fértil?

Não. Os homens, como parte integrante da relação sexual e da concepção, deverão estar também interessados na defesa da saúde das mulheres e no direito a ter filhos desejados.

Quanto às mulheres que já passaram a idade fértil, sabe-se pelos seus próprios depoimentos que muitas, ao longo da sua vida, recorreram ao aborto clandestino. E muitas há, também, que não desejam que filhas, netas, sobrinhas ou amigas fiquem sujeitas ao aborto clandestino, com todas as graves consequências que ele acarreta. Trata-se, de facto, de pensar e sentir para além de nós e agir como tal, solidariamente.

O homem deve ser ou não ouvido na tomada de decisão sobre o aborto?

A lei actual não exige que o homem seja consultado. Deverá estar fora de questão fazer depender a decisão do consentimento do homem. Porque, nesse caso, havendo discordância, teria de se prever o recurso ao Tribunal para dirimir o conflito. Devido à limitação do prazo, isso seria inviabilizar o recurso à IVG e aumentar-se-ia a conflitualidade na família. Ele será seguramente ouvido pela mulher no caso de haver

entre ambos um bom relacionamento. Nos casos de relacionamento difícil, a obrigatoriedade de ser ouvido o homem seria passível de fazer avolumar a violência doméstica, como o Supremo Tribunal Federal dos EUA decidiu sobre a legislação de um dos Estados.

Quais são as principais razões que levam uma mulher a abortar?

Muitas e variadas certamente. Todas do foro íntimo das mulheres e dos casais e, por isso, difíceis de enunciar. Além das falhas dos métodos, são sobretudo as razões económicas e sociais as que mais pesam. Poderá haver ainda um número elevado de mulheres em que a componente social e familiar em determinada altura não seja favorável à vinda de um filho com todas as responsabilidades que ele representa para o agregado familiar.

Pode-se ser cristão e votar o SIM?

Evidentemente que sim. Muitos cristãos, na área da saúde materno-infantil e do planeamento familiar, não seguem as orientações da Igreja, aliás, matéria não dogmática. Até há um ano, o catecismo contemplava a pena de morte em determinadas situações. Há muitos cristãos, inclusive, que não pensam recorrer à lei mas não deixam de ser solidários para com as mulheres que se vêem obrigadas a ele recorrer, com perigo da própria vida.

Por que não têm os filhos e não os dão para o orfanato?

Isto, além de chocar qualquer pessoa de bom senso, continuaria a não resolver o problema: os milhares de abortos clandestinos (que são decididos individualmente); o problema de saúde pública. É de uma violência inqualificável para as mulheres transformá-las em meras «barrigas de aluguer».

Por que razão as forças contra a despenalização do aborto não chamam claramente «criminosas» às mulheres?

Porque sabem que há mulheres que o praticam, independentemente das convicções que têm e do estrato social a que pertencem.

É de salientar que estas forças só surgem nas épocas em que este assunto é discutido pela opinião pública. Só, nesta altura, se lembram e falam do «direito à vida», quando desmanchos/abortos todos os dias são praticados. Hipocritamente desejam a manutenção do aborto clandestino, do negócio que o envolve e das suas dramáticas consequências. Desejam que a lei continue subordinada às suas concepções e que o flagelo social continue com tudo o que ele acarreta para a saúde das mulheres.

Onde está a defesa da dignidade humana?

Por contraponto, podemos dizer que são exactamente aqueles que estão a favor da despenalização do aborto (no período previsto na lei) que residem os valores da vida, pois defendem a saúde e a dignidade das mulheres, a sua responsabilidade. Defendem o direito da mulher e do casal decidirem o número de filhos bem como o direito da criança a ser desejada, amada e assumida responsavelmente em todas as fases da sua vida pelos pais. Defendem o bem-estar da família.

Qual é a situação noutros países da Europa?

Em todos os países da Europa Comunitária - salvo Portugal e Irlanda - fazem-se legalmente IVGs em estabelecimentos de saúde legalmente autorizados, inclusive em Espanha, onde a lei é semelhante à nossa.

Por que esteve o PCP contra a realização do referendo?

O PCP considera que a AR tem legitimidade bastante para aprovar um quadro legal que permita a IVG em determinados prazos e circunstâncias numa unidade de saúde. Com base neste entendimento, o PCP tomou, desde 1982, várias iniciativas legislativas visando este objectivo.

O referendo foi usado pelo PSD em vários momentos para travar qualquer avanço legislativo. Como se viu, não apresentou qualquer proposta de realização de referendo após a derrota, por um voto, do projecto de lei sobre a despenalização da IVG, quando do debate realizado em Fevereiro de 1997.

O PS, ao tomar a decisão em 1998 de apresentar o projecto de lei, discutido e votado a 4 de Fevereiro deste

A pergunta do referendo e como votar pelo Sim

Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?

Sim

Não



Não é contraditório que tendo o PCP estado contra o referendo nele participe com campanha própria?

Não. Desde 1982 que o PCP, na AR, tudo tem feito para acabar com o aborto clandestino, exigir um Planeamento Familiar eficaz e defender uma maternidade-paternidade responsável. Não poderia, face às circunstâncias actuais, deixar de participar activamente para a vitória do SIM. Contraditória é a posição dos proponentes deste referendo que aliás a ele recorreram para resolverem problemas internos. O PS não terá posição oficial. Militantes seus integram movimentos cívicos pelo SIM e pelo Não e os tempos de antena do PS serão divididos entre os favoráveis ou não à despenalização.

O referendo é vinculativo?

O referendo só é vinculativo se votarem mais de 50% dos recenseados. Isto significa que impõe mobilizar activamente para o voto, todos os que apoiam o SIM, combatendo qualquer tendência para a sua abstenção. De igual modo, pode haver quem, apoiando a despenalização, pense erradamente que já foi aprovada a Lei e portanto o referendo é inútil.

Se ganhar o SIM, automaticamente o aborto é despenalizado dentro do prazo que a pergunta refere?

Se ganhar o SIM, não tendo porém entrado nas urnas votos mais de 50% dos eleitores, a Assembleia da República deverá acabar o processo legislativo, aprovando a lei na especialidade e em votação final global.

Se ganhar o SIM, tendo entrado nas urnas votos (sim e não) de menos de 50% dos eleitores, a Assembleia da República pode terminar o processo legislativo, também aprovando a lei na especialidade e em votação final global. Para qualquer destas situações será necessário que haja vontade política do PS. Tendo em conta o que sucedeu este ano, dificilmente isso poderá ocorrer.

A lei actual não é suficiente?

Não. A actual legislação contempla o aborto eugénico até às 24 semanas, isto é, as mal-formações do feto e quando a gravidez põe em perigo a vida da mãe (contempla as situações detectadas durante a assistência médica à gravidez). Contempla os casos de violação da mulher. Deste modo não abrange os casos de aborto clandestino que diariamente ocorrem. O SIM à pergunta do referendo permitirá que a mulher possa solicitar a interrupção voluntária da gravidez, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, sem ter de indicar as causas e sem estar sujeita a ser punida com três anos de prisão.

Foram justas e oportunas as iniciativas que o PCP tomou sobre este problema desde 1982?

Pensamos que sim. Sempre que o problema foi discutido na Assembleia da República, as posições mais retrógradas têm sido contestadas por um número cada vez mais amplo de sectores da sociedade portuguesa.

Tendo em conta os resultados de algumas sondagens, é verdade que a vitória do SIM está garantida?

Esta é uma ideia errada e terrivelmente perigosa porque conduz directamente à desmobilização e à não compreensão que a vitória do SIM é inteiramente possível mas não está garantida. Não é, aliás, de excluir que, mais à frente, possam aparecer sondagens com resultados diferentes e, depois, com eles chegue a perturbação e o susto, mas então já pode ser tarde para fazer o que devia ter sido feito antes. **Confiança baseada no trabalho, Sim! Excesso de confiança baseado em sondagens, Não!**



Referendo sobre a despenalização do aborto

Eu voto Sim



Defendo o SIM à despenalização do aborto por respeito pelas mulheres portuguesas, pela sua consciência, pela sua responsabilidade, pelas suas opções.

Defendo o SIM porque defendo a vida com direitos, com qualidade e dignidade.

Defendo o SIM à despenalização do aborto por uma questão de justiça social, porque defendo a igualdade de oportunidades e porque a lei hoje em vigor, além de não evitar que se façam abortos, é socialmente injusta, penaliza e discrimina fundamentalmente as mulheres de mais fracos recursos económicos. São estas que, não conseguindo pagar uma boa clínica ou ir ao estrangeiro, interrompem a gravidez com riscos graves para a saúde e em condições de grande insegurança.

O SIM à despenalização do aborto representa um avanço da civilização e da democracia. Um passo na concretização das Resoluções aprovadas nas Conferências do Cairo e de Pequim.

Defendo o SIM porque o facto de se deixar de considerar criminosa uma mulher que, em último recurso e por falta de condições económicas e sociais, tem de interromper uma gravidez, representa mais um passo no processo emancipador das mulheres e na humanização da sociedade.

Adelaide Pereira
Comité Central do PCP
e Secretariado do
Movimento Tolerância



Sempre nos protegeram do «incómodo» de termos que ter opinião fundamentada. Sempre nos têm motivado mais a sentir do que a pensar a razão objectiva das coisas. Se estimulados, tanto somos capazes do mais elevado sentimento de solidariedade e entretida como de integrar uma multidão em fúria disposta ao linchamento. E, sem nos darmos conta, fomos habituando a (re)agir a comando, sobretudo, da emotividade.

O que se tem lido e aquilo a que se tem assistido mostra como a emoção pode ser manipulada de forma cruel para baralhar a razão.

Para que fique claro: no próximo referendo sobre a IVG, não vamos referendar a vida, vamos referendar a lei. Uma lei que reconhece à mulher o direito de optar pela interrupção da gravidez em condições de segurança e de dignidade.

Em defesa da tolerância contra a penalização, da seriedade contra a hipocrisia, da dignidade contra a humilhação, vou votar SIM no referendo.

Pela maternidade desejada e responsável, pela qualidade da vida e dos afectos, pelo direito das mulheres à dignidade e ao respeito, conscientemente vou votar SIM no referendo.

Amélia Sobral Ornelas
Assistente social
na Câmara Municipal
da Amadora

Vou votar SIM à IVG porque

1. A liberdade individual é um direito inegável e imprescindível, numa sociedade democrática.

2. O aborto clandestino é uma realidade social indesmentível que atinge preferencialmente os mais desprotegidos e desfavorecidos na sociedade, como tal é na grande maioria das vezes realizado por pessoas sem escrúpulos, tecnicamente não avalizadas, sem a acepcia necessária, tendo como fim o lucro fácil e não tendo a devida consideração pela pessoa que está à sua frente.

3. Os métodos anticonceptivos não são 100% eficazes.

4. Em cada indivíduo podem existir motivações difíceis de avaliar (tanto por si como pelo médico) e que podem alterar substancialmente o uso e eficácia de qualquer método anticonceptivo.

5. A mulher e não a equipa multidisciplinar de saúde (que não existe actualmente nos Centros de Saúde) deve ser protagonista, devendo ser fomentada a sua participação activa no controlo da mesma.

Carlos Almeida
Médico



Sou pela vida com qualidade e luto diariamente, tanto no trabalho como na família ou nas organizações em que milito, para a alcançar.

Vale a pena viver, vale a pena lutar. Vale a pena ser solidária.

E o ser solidária é o estar contra o aborto clandestino. Porque sou mãe e felizmente nunca fiz nenhum aborto, tive acesso ao planeamento familiar e os métodos contraceptivos que usei resultaram.

Por isto tudo, sou pela despenalização do aborto clandestino.

No próximo dia 28, vou Votar SIM.
Lúcia Vitorino
Técnica Superior
Especialista na Portugal
Telecom e membro
do Secretariado
Nacional do MDM

A defesa da saúde e da dignidade das mulheres, o direito a uma maternidade consciente e responsável, o direito da criança a ser desejada e amada, a defesa dos direitos humanos fundamentais são linhas que caracterizam a posição do PCP e de quantos defendem a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Os depoimentos que, até este momento, foram recolhidos pelo «Avante!» assim o comprovam.



Votarei a favor da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez porque considero que a manutenção da incriminação das mulheres que praticam o aborto é absurda - porque ineficaz e injusta - e profundamente hipócrita.

A mulher é a principal vítima de um aborto. A clandestinidade do aborto suscita medos e receios nas mulheres e favorece o florescimento de um negócio altamente lucrativo. Na maioria dos casos é praticado em deficientes condições de salubridade e saúde, nas pessoas não qualificadas, muitas vezes trazendo consigo disfunções permanentes para as mulheres e mesmo a morte. Além dos dramas psicológicos, dos sentimentos de culpa que persistem para toda a vida.

Os dados existentes sobre o aborto em Portugal são meras estimativas, mas alguns números são bem reais: mais de 10 mil mulheres deram entrada nos hospitais públicos com complicações decorrentes do aborto clandestino e esta é a segunda causa de morte em Portugal.

Não deixa de espantar que certas individualidades no nosso país que dizem defender o direito à vida, sejam os grandes protagonistas e/ou defensores da economia de mercado e das práticas económicas neoliberais.

Manuela Pires
Jurista



No dia 28 de Junho voto SIM à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Voto SIM porque mulher nenhuma deve ser presa por ter decidido abortar. Voto SIM porque um aborto legal é seguro para a mulher. Voto SIM porque é injusto e hipócrita que uma minoria que se julga investida de algum género de monopólio da moral condene à clandestinidade quem faz escolhas diferentes das suas. Voto SIM porque não quero sacrificar gerações enquanto o planeamento familiar não tem cobertura nacional. Voto SIM porque mesmo os métodos contraceptivos mais seguros podem falhar. Voto SIM porque a maternidade e a paternidade são actos de vontade, de amor, conscientes, e não os posso imaginar como resultado de uma gravidez precoce ou indesejada. Voto SIM porque o aborto é um último recurso mas há dezenas de milhares de mulheres que têm de o usar, e continuarão a fazê-lo queiramos ou não. Voto SIM porque há quem fique estéril e há quem morra no meu país. Voto SIM porque o aborto clandestino é a primeira causa de morte materna de adolescentes. Voto SIM porque despenalizar não obriga ninguém a abortar e permite a quem o escolheu fazê-lo nas melhores condições.

Sou pelo SIM porque sou pela defesa da vida e da saúde das mulheres.

Sou pelo SIM porque digo Não ao aborto clandestino.

Sou pelo SIM porque nenhum planeamento familiar é totalmente seguro.

Sou pelo SIM porque defendo o direito a viver a sexualidade com alegria, sem situações dramáticas.

Sou pelo SIM porque a lei em vigor não satisfaz, não contém ainda o direito de opção da mulher, só contempla situações de doença, mal-formação do feto ou de violação.

Margarida Botelho
Estudante
do Ensino Superior



Sou pelo SIM porque sou pela defesa da vida e da saúde das mulheres.

Sou pelo SIM porque digo Não ao aborto clandestino.

Sou pelo SIM porque nenhum planeamento familiar é totalmente seguro.

Sou pelo SIM porque defendo o direito a viver a sexualidade com alegria, sem situações dramáticas.

Sou pelo SIM porque a lei em vigor não satisfaz, não contém ainda o direito de opção da mulher, só contempla situações de doença, mal-formação do feto ou de violação.

Sou pelo SIM pois, sendo a maternidade consciente e responsável parte integrante dos Direitos Humanos, nenhuma mulher pode ser obrigada a ter filhos que não deseja.

Sou pelo SIM pois os actuais estabelecimentos de saúde e os que venham a ser criados têm condições para segura e humanamente fazerem interrupções de gravidez.

Sou pelo SIM porque respeito o direito e a capacidade de decisão das mulheres.

Sou pelo SIM pois nos anos 50 tive de recorrer a esta penosa mas única solução; quem sou eu para condenar?

Sou pelo SIM pois o medo, a vergonha e o risco de vida do aborto clandestino é dramático para certas mulheres, levando a traumatismos psicológicos e até a culpabilizarem-se.

Sou pelo SIM pois o Não implica também a continuação das grandes tragédias dos recém-nascidos abandonados no lixo por mulheres que não tiveram condições monetárias para abortar.

Sou pelo SIM porque trabalho com grávidas e casais e vejo, todos os dias, como é maravilhoso estar à espera de um filho desejado.

Graça Mexia
Psicóloga, Comissão
Executiva
do Movimento
Tolerância



A vitória do SIM à despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez por opção da mulher, feita até às 10 semanas com assistência médica - porque é disso afinal que se trata neste Referendo - assume um conteúdo profundamente democrático e progressista, perante a argumentação primária, desonesta, acusatória e revoltante utilizada pelos defensores do Não.

O aborto clandestino é um facto reconhecido na nossa sociedade como um drama social e de saúde pública, que afecta muitos milhares de mulheres e de famílias.

A vitória do SIM à despenalização é a derrota da demagogia e da hipocrisia, que constantemente se abate sobre o povo português, procurando com mistificações iludir e fazer esquecer as realidades.

O voto no SIM é um voto no respeito pela opção das mulheres, pelo direito que cada um de nós tem de decidir em consciência, neste como noutros aspectos da Vida, sem medos, sem pressões, sem chantagens, sem culpabilizações.

A vitória da democracia sobre posturas retrógradas, de regressão social e civilizacional, que consideram criminosas e sujeitas a prisão mulheres que, pelas mais diversas razões, tiveram que pôr fim a uma gravidez. Porque não impede a opção pelo não. Porque respeita tanto a vontade de quem pretende, como último recurso, interromper com segurança uma gravidez não desejada, dentro dos prazos legais, como a de quem, por razões morais, religiosas ou filosóficas, o não queira fazer.

Com a vitória do SIM ganham as mulheres e ganham os valores democráticos e de esquerda.

Rosa Rabiais
do Secretariado
do CC do PCP

Dia 8 de Junho (2ªfeira)
17,30 horas,
no Hotel Continental - sala Descobrimentos
Rua Laura Alves, nº9 (junto à RTP)
em Lisboa

Sim

Pelo direito a decidir!

Encontro - Debate com a participação,
além de outros convidados nacionais, de:

Antonia Tomasini,
dirigente do Forum Delle Donne,
do Partido da Refundação Comunista de Itália

Dominique Benoit Srot
representante do Partido Comunista Francês
no Colectivo Nacional dos Direitos das Mulheres de França

Odete Santos
Deputada

Carlos Carvalhas
Secretário Geral do PCP

e nova ofensiva do Governo

milhares de Lisboa

não queria cumprir, pelo que o pessoal das autarquias está confrontado, praticamente, com os mesmos problemas que motivaram a luta no tempo dos governos do PSD e de Cavaco, como a reestruturação e revalorização das carreiras, o pagamento do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a diferença entre o salário mínimo nacional e o índice 100, num quadro salarial que é muito baixo e justifica a exigência de um aumento intercalar de 5 mil escudos para cada trabalhador.

Muitos destes motivos são comuns aos trabalhadores da Função Pública, que protestaram contra a recusa do Governo proceder a uma efectiva reestruturação de carreiras, contra o carácter repressivo do projecto sobre classificação de serviço, contra a privatização de serviços públicos e a perpetuação do trabalho precário.

A União dos Sindicatos de Lisboa levou a cabo na Praça da Figueira uma concentração – que depois se deslocou também para a zona da AR e da residência do primeiro-ministro – com o objectivo fundamental de exigir a dig-

nificação do trabalho e protestar contra o reforço do poder patronal, se vingarem as novas cedências feitas pelo Governo e expressas nas conhecidas propostas de alteração de legislação laboral.



Arrastam-se e agravam-se os problemas dos professores e da Educação



O Governo prepara novas e graves cedências ao patronato



Os salários da Administração Local continuam no «carro-vassoura» do pelotão europeu

Congresso da Fepces

A fusão de oito sindicatos no CESP (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal), com âmbito desde o Algarve às Beiras, é considerada como «um passo gigantesco no caminho da criação de uma única estrutura nacional» para o sector, na resolução aprovada, por unanimidade e aclamação, no 6º Congresso da Fepces/CGTP-IN.

A reunião magna da federação do Comércio, Escritórios e Serviços debateu, no dia 30 de Maio, em Lisboa, a situação política e social e a actividade sindical no sector, com destaque para as questões ligadas à profunda reestruturação em curso, tanto a nível do sector como no movimento sindical unitário em geral. A resolução refere ainda «com preocupação» as políticas que estão a ser conduzidas na integração europeia e que provocam «maior instabilidade no emprego, agravando as condições de vida dos trabalhadores».

O congresso definiu as linhas estratégicas para a acção sindical e elegeu os dirigentes para o próximo triénio.

Rilago

Mantém-se à porta da fábrica as 23 trabalhadoras ameaçadas de despedimento pela Rilago, confirmou antontem à Lusa o Sindicato do Calçado, Malas e Afins, estranhando que a Inspeção do Trabalho ainda não tenha reagido ao pedido de intervenção urgente feito a 22 de Maio, dez dias depois de as operárias terem sido vítimas de agressões, cuja responsabilidade imputam à administração da empresa. Dando nota das manifestações de solidariedade que têm chegado às mulheres da fábrica de Riomeão (Feira), a União dos Sindicatos de Aveiro denunciou o facto de, no dia 27, a GNR de Lamas ter deslocado para as imediações da Rilago «uma forte patrulha» que desencadeou «uma acção claramente intimidatória» contra dirigentes sindicais, atitude que «contrasta frontalmente com a sua recusa de identificar os agressores das trabalhadoras».

AXA ataca

A contratação colectiva recebeu uma declaração de guerra feita pela AXA Seguros, protesta o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, a propósito de declarações de responsáveis da empresa que dizem «sem qualquer reboço» que a remuneração variável (praticada pela companhia noutros países) é incompatível com o paralelismo dos aumentos salariais de acordo com o CCT do sector. «Já não lhes chegava o desrespeito pelos horários de trabalho, o trabalho suplementar não pago, o recurso aos recibos verdes para trabalho específico de seguros, os contratos a termo para funções de continuidade, a pressão continuada sobre os trabalhadores que restam, depois da saída de centenas de outros, forçados à pré-reforma e às rescisões», comenta-se na edição de Maio da «Separata». A publicação mensal do STSN afirma que «a AXA não está só» no ataque aos trabalhadores e aponta as seguradoras Trabalho, Bonança, Portugal Previdente, Fidelidade, Tranquilidade, Mundial-Confiança e Império como aquelas, entre as de maior dimensão, onde se registam «casos pouco edificantes».

Têxteis contra desemprego

Está prevista para hoje uma reunião entre representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta com o secretário de Estado das Relações Laborais, Ribeiro Mendes. Em causa estão as medidas propostas pelo Sindicato para tentar dar resposta à situação criada na empresa Têxtil Lopes da Costa, de Moimenta da Serra/Gouveia, onde, de par dos salários em atraso, se perfila a ameaça de um despedimento colectivo.

Há três propostas de aquisição da fábrica, que deverão ser analisadas quando da realização da Assembleia de Credores da empresa, prevista para 26 de Junho. Todas elas apontam para o despedimento de cerca de dois terços dos trabalhadores, cuja idade média é de 49 anos.

Os trabalhadores da fábrica estão em greve desde 14 de Maio, reclamando o pagamento dos vencimentos de Abril, num momento em que existem salários em atraso correspondentes a 14 meses e metade do décimo terceiro mês de 1997.

O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta reivindica a concessão de incentivos ao emprego, através de um subsídio igual ao total das prestações a que tem direito, quando o trabalhador consiga, por sua iniciativa, a colocação em novo emprego, ou o dobro quando se trate de emprego próprio.

As medidas preconizadas contemplam também a formação profissional, sugerindo-se que o Instituto de Emprego e Formação Profissional estude com o sindicato a forma de implementação de acções de formação, para qualificação e reciclagem dos trabalhadores da empresa.

40 horas na TMG

O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes pediu, segunda-feira, a intervenção da Inspeção-Geral de Trabalho na Têxtil Manuel Gonçalves, em São Cosme do Vale, Famalicão, por incumprimento da Lei das 40 horas.

O sindicato denuncia a empresa por querer «obrigar os trabalhadores a trabalhar aos sábados», contrariamente ao acordo estabelecido entre o sindicato e uma associação patronal do sector, que previa a aplicação de horários de segunda a sexta.

A empresa iniciou dia 1 de Junho a aplicação de um novo horário, com a redução do período de cada turno de oito para seis horas, mas mantendo o trabalho ao sábado.

Alentejo... Euro... Expo... e viva o futuro!

■ JOSÉ SOEIRO
Membro da Comissão
Política

BATAMOS palmas, saltemos de alegria, aleluia, aleluia... saudemos a boa nova... O Alentejo tem futuro! O Euro já cá canta e a Expo é um sucesso.

Durante uma semana, a mais importante semana do ano da graça de 1998, a semana entre a entrada triunfal de Portugal no clube do Euro, o tal que nos vai conduzir à igualdade e abrir as portas do paraíso, e a não menos triunfal abertura da Expo/98, a tal onde não se admitem águas nem farnéis e muito menos sardinhas poluidoras, ministros e secretários de Estado, com sua Excelência o Senhor-Primeiro Ministro à cabeça, calcorream o Alentejo anunciando a boa nova: o Alentejo tem futuro... o Alentejo tem futuro... o Alentejo tem futuro... e o Euro... e a Expo...

Proclamou-o Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, repetiram-no ministros e secretários de Estado, publicitaram-no em anúncios pagos em toda a imprensa regional e em edições especialmente feitas para o efeito os "boys" da região no PROALENTEJO, na CCRA, nos Governos Civis... Que não subsista qualquer dúvida: o Alentejo tem futuro!, o Euro já cá canta e a Expo é um sucesso.

Para evitar os banhos da multidão reconhecida e ansiosa de aplaudir tão boa nova, ministros e secretários de Estado e sobretudo Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, com a modéstia que os caracteriza, tiveram o cuidado de não divulgar com antecedência o programa de tão auspiciosa visita. Só pessoas maldizentes poderiam pensar que tão cuidadoso sigilo era para evitar manifestações de descontentamento ou testemunho de má consciência governamental por velhas promessas não cumpridas.

Afinal, já bastava as Brigadas de Trânsito e patrulhas da GNR, espalhadas por toda a região, a funcionar como lembrete junto daqueles que por distração se não tivessem apercebido da presença de tão altos dignatários. Faltou apenas a distribuição de um folheto do Euro e de um manual sobre o que se pode ou não levar na mochila para a Expo.

Protocolos assinados, projectos anunciados, milhões para combater o desemprego, mais milhões para reforçar o Programa Operacional do Alentejo... reunião com a comissão... dos Euros, claro... que decerto visita a Expo pois então... pudemos dormir descansados, o governo esta connosco... o Alentejo tem futuro...

Há que ter confiança, ser optimista, ter auto-estima, ter uma atitude positiva, proclamam em uníssono. Porque, não haja dúvidas, o Alentejo tem futuro... o Euro está aí e a Expo também.

Quem não apoia a política deste governo é contra o desenvolvimento do Alentejo, proclama peremptório um distinto autarca da rosa. Sim, porque o Alentejo tem futuro... o Euro... a Expo...

Naturalmente que ainda há alguns pequenos problemas, coisa pouca, sem significado. Afinal, não se pode responsabilizar o governo pelo envelhecimento e desertificação da região, pois este não tem culpa que os alentejanos teimem em envelhecer e em ir trabalhar para a Alemanha ou para a França. Tanto mais que agora até temos a mesma moeda, o nosso Euro, que vale tanto como o dos franceses ou alemães e, como diz um senhor da Antena 1, um jornal que custa 200\$00 passa a custar

só 1 Euro, um livro de 1000\$00 apenas 5 Euros e assim por diante. Nisto não é só o Alentejo que tem futuro pois, como não se cansam de nos dizer, o Euro é bom para o País e é bom para todos nós. E além disso temos a Expo do nosso contentamento cuja entrada custa apenas 25 Euros em vez dos habituais 5 000\$00 e onde uma água custa apenas 1 Euro em vez dos anunciados 200\$00. Sugiro a Sousa Franco que não perca a ideia e lance um novo slogan na campanha: "Pague menos, pague em Euros... aproveite e vá à Expo."

O mesmo se pode dizer em relação ao desemprego que como toda a gente sabe é uma coisa do passado. Já era assim antes

deste Governo ter tomado posse. E o desemprego não é um problema do Alentejo mas um problema de toda a Europa.

Uma questão central da construção europeia que, como podem confirmar os mais atentos, faz parte da agenda de todas as cimeiras e consta de todos os tratados e acordos. Só uma grande falta de visão estratégica é que pode fazer do desemprego no Alentejo, mesmo que estrutural e com a maior taxa do País, um grande problema. Ainda por cima num momento em que temos aí o Euro e a Expo, sinais inequívocos do nosso sucesso. Punhamos os olhos no futuro, porque o Alentejo tem futuro, e deixemo-nos de coisas mezinhas.

É verdade que se falou no passado de um certo plano de emergência mas não é menos verdade que entretanto se avançou para o PROALENTEJO, um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo para dois anos, nem mais, que este Governo não brinca em serviço... com mais de 450 milhões de contos dizem uns, 400 a 500 milhões dizem outros, pouco importa... Só as más-línguas podem considerar o PROALENTEJO como uma vigarice política e um instrumento de propaganda e promoção do Dr. Carlos Zorrinho, o 1º ministro do

Alentejo por delegação do Senhor 1º Ministro de Portugal. De qualquer forma, o que afirma o Governo é que o Alentejo tem futuro o que naturalmente não se pode confundir com o presente e muito menos com o passado. Quem se atreve a negar tão clara evidência?

E além disso para quê prendermo-nos ao presente, que até se reconhece que não é bom, para tentar pôr em causa as perspectivas de um futuro radioso que se anuncia?

Então não é verdade que temos aí o Alqueva em construção e com ele a perspectiva de 110 mil hectares de regadio? Claro que os maldizentes dirão sempre que já devia estar feito há 20 anos e que é inaceitável que um investimento de 300 milhões de contos vá beneficiar fundamentalmente umas centenas de grandes proprietários... mas que culpa tem o governo dos pequenos agricultores terem pouca terra e dos trabalhadores não terem nenhuma? É verdade que os governos da Dinamarca e da Holanda, entre outros, dão apoios aos seus agricultores para se virem instalar no Alentejo, mas agora com o Euro

vamos ser todos iguais e nós até temos a vantagem de ter feito a última Expo do século e do milénio e... bom... não resolverá o problema mas... é ou não é uma verdade indelmentível?

E depois para quê produzir no Alentejo o que pode vir de Espanha ou da França mais barato e ainda por cima produzido em muitos casos por alentejanos que até podem vir a perder o emprego lá se começamos a produzir cá? Logo agora que até beneficiam de melhores estradas e até de uma auto-estrada para sair mais rápido da região... como disseram os nossos ilustres governantes, o Alentejo tem futuro!

Quem não apoia a política deste governo é contra o desenvolvimento do Alentejo, proclama peremptório um distinto autarca da rosa. Sim porque o Alentejo tem futuro... o Euro... a Expo ...

Não falou o Governo igualmente na diversificação da base económica da região? E em potencializar o Porto de Sines? E do aproveitamento da BA11 para fins civis? E do eixo ferroviário Sines-Sevilha? E da auto-estrada do Sul? E dos IP's e dos IC's? E da melhoria dos serviços de saúde? E do ensino de qualidade? E de uma segurança social para todos? E... blá... blá... blá? O quê?! Os mineiros e outros trabalhadores estão descontentes? Os estudantes protestam? Os agricultores manifestam-se? Os reformados saem à rua? As populações também? Há 20 anos que os comunistas falam de tudo isto e lutam pela sua concretização? E que culpa tem o Governo dos comunistas serem um partido do passado? Então não é verdade que o Euro... e a Expo... o futuro... que culpa tem o Governo?

E, já agora: digam lá não somos todos europeus? Que importa que trabalhemos na Alemanha ou na França? Não vamos receber todos no mesmo Euro? Não estamos todos contentes com a nossa Expo? Então?!... batamos palmas, saltemos de alegria, aleluia, aleluia... saudemos a boa nova... O Alentejo tem futuro! O Euro já cá canta e a Expo é um sucesso.



Ainda antes do referendo...

Quando começarem a ser emitidos os tempos de antena da campanha do referendo sobre a IVG, muita gente estranhará o insólito do mesmo tempo de antena poder servir para uns apelarem ao voto no Sim e outros apelarem ao voto no Não. E esse é apenas um dos efeitos visíveis de uma lei que não foi feita para ser justa e adequada, mas para servir conveniências conjunturais do PS e do PSD.



■ António Filipe

Dir-se-ia à primeira vista que, num momento em que todos nos devemos empenhar na campanha do referendo, por forma a que no próximo dia 28 o Sim à despenalização da IVG saia vencedor, criticar a lei orgânica do regime do referendo aprovada quase há três meses na Assembleia da República seria chover no molhado. A lei foi aprovada e promulgada, foi marcado um primeiro referendo, e o processo está em andamento, não havendo tempo a perder na batalha de esclarecimento que é necessário travar, com serenidade mas com determinação, a favor do Sim. Sendo isto verdade, valerá a pena ainda assim chamar a atenção para alguns aspectos da lei que regula o regime do referendo, até para que se perceba a origem de alguns factos insólitos que não deixarão de ser visíveis na campanha e que podem até suscitar alguma confusão.

A lei orgânica do regime do referendo aprovada na Assembleia da República em Março último, com os votos do PS e do PSD, veio substituir uma lei sobre a mesma matéria que havia sido aprovada com enorme foguetório em 1991, na sequência da Revisão Constitucional de 1989, mas que nunca chegou a ser aplicada. Poderia ter servido para regular um referendo sobre a Ratificação do Tratado da União Europeia, se o PS e o PSD não se tivessem oposto à sua realização. Mas inviabilizada que foi essa justa reivindicação de muitos milhares de portugueses, a lei nº 45/91 foi revogada sem ter tido a possibilidade de revelar os seus defeitos ou as suas virtudes.

Não se contesta a necessidade de alterar alguns aspectos da lei de 1991. Não apenas porque a Revisão Constitucional de 1997 veio impor alterações nalguns

aspectos, mas também porque havia todo o interesse em corrigir algumas disparidades entre o regime do processo eleitoral aí regulado e os demais processos eleitorais, por forma a não introduzir elementos de perturbação desnecessários e inconvenientes. Mesmo discordando de alterações decorrentes da Revisão Constitucional (como é o caso da sujeição a referendo da instituição em concreto das regiões administrativas), poderia reconhecer-se na nova lei do referendo o propósito de regular de forma justa e adequada os processos eleitorais referendários. Só que, da parte do PS e do PSD, esse propósito não existiu.

Um fato por medida

E assim, em vez de uma lei destinada a regular de forma geral e abstracta os problemas suscitados pelo instituto do refe-



rendo, a lei orgânica em vigor é um fato pronto-a-vestir, feito à medida das conveniências conjunturais do PS e do PSD, e destinado a resolver os problemas em que ambos os partidos se viram emburalhados face aos referendos que, em concreto, tinham - e têm - em vista.

Só isso explica que tenham sido consagradas na actual lei do referendo algumas soluções que, para além de violarem princípios constitucionais, ofendem o mais elementar bom senso. Vejamos alguns exemplos.

É evidente que, na campanha eleitoral para referendo, a única forma de respeitar a igualdade de oportunidades de ambas as posições em confronto - e no

referendo só pode haver duas posições em confronto - é repartir os meios específicos de campanha (tempos de antena, locais de afixação de propaganda, ou outros) de forma igualitária entre os defensores do Sim e os defensores do Não. Assim como é evidente que, sendo o objectivo único da campanha do referendo justificar e esclarecer uma opção entre as duas posições em confronto, os meios de campanha só possam ser disponibilizados e distribuídos aos Partidos e aos grupos de cidadãos que pretendam intervir na campanha tomando uma posição sobre a questão a submeter ao eleitorado. Tanto assim é, que nem a lei de 1991 nem a proposta de lei que o Governo apresentou já depois da Revisão Constitucional de 1997 punham em causa estes princípios.

Acontece porém que, decidido o referendo à IVG, logo o PS e o PSD trataram de se entender para ter "sol na eira e chuva no nabal". Isto é: usar os meios específicos de campanha, apesar de não querer tomar posição sobre a questão submetida ao eleitorado. E assim, na campanha que se aproxima, não haverá uma distribuição igualitária de tempos de antena entre o Sim e o Não. Serão distribuídos pelos Partidos e pelos grupos de cidadãos que os pretendam utilizar, uns para apelar ao Sim, outros para apelar ao Não, e com o PS e o PSD a apelar ao Sim e ao Não.

Mas não será este o único absurdo a marcar os tempos de antena da campanha que se aproxima. Muita gente poderá ficar sem perceber por que razão, sendo o PCP e o PEV Partidos legalmente constituídos, são obrigados a utilizar um tempo de antena atribuído conjuntamente a ambos. Por uma única razão: é que como o PS e o PSD pretenderam reservar para os Partidos com representação parlamentar a fatia mais substancial dos tempos de antena, trataram de cozinhar uma norma unicamente destinada a prejudicar o PCP e o PEV. Assim, pelo facto do PCP ter concorrido em coligação com o PEV nas últimas eleições legislativas, é obrigado a repartir com este Partido um único tempo de antena. Como bem se

vê, o absurdo é total: não só porque as coligações se extinguem com a realização das eleições, mas também porque ninguém pode garantir que dois partidos anteriormente coligados tenham a mesma posição relativamente à questão submetida a referendo.

É claro que uma norma destas não tem ponta de constitucionalidade, nem de lógica. Falou mais alto a vontade política de discriminar o PCP e o PEV.

Conveniências e hipocrisias

Sendo estes os absurdos mais visíveis na campanha que se avizinha, não são os únicos a marcar a recente lei do referendo. Outros aspectos, determinados por outras tantas conveniências, com os olhos postos noutros referendos, foram igualmente consagrados.

Assim, foi eliminada uma norma constante da lei de 1991 que exigia um espaço mínimo de três meses entre a realização de dois referendos. Eliminada, como é bom de ver, em nome do acordo entre o PS e o PSD que prevê a realização simultânea do referendo sobre as Regiões Administrativas e de um chamado referendo sobre qualquer coisa relacionada ao de leve com a União Europeia. Tal como foi consagrada uma norma, não prevista na Constituição, que condiciona o efeito vinculativo do referendo sobre a Regionalização à participação de mais de metade dos eleitores inscritos, levantando mais um obstáculo ao cumprimento desse imperativo constitucional.

Importa ainda anotar dois factos. O primeiro, para assinalar que, apesar de tanto o PS como o PSD se lamentarem frequentemente do excesso de despesismo eleitoral de que ambos dão exemplo, o limite de despesas estabelecido na lei do referendo para cada Partido ou grupo de cidadãos ronda a exorbitância de 800 mil contos.

O segundo, para registar que depois de terem sido lançados tantos foguetes a saudar - muito justamente - a admissão na Revisão Constitucional da iniciativa popular de referendo, o PS, o PSD e o PP aprovaram na lei a exigência de 75 mil assinaturas para que tal iniciativa possa ser desencadeada. Bastará então um número de assinaturas equivalente ao que permitiria a constituição de quinze partidos políticos para que os cidadãos possam tomar a iniciativa de pedir à Assembleia da República que delibere propor ao Presidente da República a convocação de um referendo. Haverá maior hipocrisia?



A legalização do aborto na Europa

■ Fátima Garcia

Esta questão há muito que é discutida em vários foruns internacionais: Conselho da Europa, Parlamento Europeu, Conferência das Nações Unidas. O Parlamento Europeu, já na sua resolução de Fevereiro de 1981, alertava para as graves consequências do aborto clandestino e para a necessidade da promoção de educação sexual para jovens e adultos.

Em 1990, o PE exprimia mais uma vez o desejo de que os Estados-membros que ainda não tivessem legalizado a interrupção voluntária da gravidez tomassem essa decisão e que se empenhassem na concessão de uma assistência ao aborto segura, financeiramente custeável e acessível a todas as mulheres.

Também em 1995, o PE afirmava numa sua resolução que «as decisões respeitantes ao facto de terem ou não

Situação nos Estados-membros da UE

Ora bem, vejamos então o que se passa em alguns dos outros países desta União Europeia a que tantos se orgulham de pertencer, sempre no pelotão da frente.

O único país onde o aborto é completamente ilegal é na Irlanda (incluindo a Irlanda do Norte). Em Espanha, a IVG está legalizada apenas em determinadas situações (em caso de perigo de vida da mulher ou da sua saúde física ou psíquica, em caso de violação ou de perigo de mal-formação). Em todos os outros países da UE o aborto está legalizado, com prazos mais ou menos dilatados, com consultas prévias ou não.

Evolução do aborto nos Estados-membros

Alguns afirmam que com a legalização do aborto o seu número vai aumentar.

Esta não é a experiência em alguns dos Estados-membros.

Em França, e segundo um artigo publicado em «Problemas Económicos», de Dezembro de 1997, o número de abortos calculados por cada 100 concepções passou de 22,8 em 1980 para 20,0 em 1989. Por outro lado, baixou a taxa de mortalidade devido ao aborto. Nos anos 60, a média era de 1 por dia e de dois por mês nas vésperas da adopção da lei de 75 (legalização), hoje a média é inferior a duas por ano.

Na Suécia, a taxa de aborto em relação a 1000 nascimentos passou de 359,4 em 1980 para 289,2 em 91. Na Finlândia, esta taxa passou de 238,4 em 1980 para 165,9 em 92 e na Dinamarca passou de 407,3 em 80 para 306,5 em 1991.

Esta redução não terá sido permanente ao longo deste período. Houve subidas e descidas mas, segundo as informações fornecidas, as subidas verificam-se quando se abrandam as medidas de informação e esclarecimento.

É pois desonesto dizer que os números vão disparar depois da legalização. Quem faz estas



filhos, ao momento da respectiva concepção e ao seu número cumpre apenas às mulheres, devendo estas ter, numa base voluntária, um acesso cabal ao aconselhamento e à informação em matéria de saúde reprodutiva, incluindo planeamento familiar e educação sexual e em matéria de aborto...».

O Conselho da Europa, no relatório de Fevereiro de 1993 (elaborado pela deputada Halonen), considerou que os «Estados-membros do Conselho da Europa têm a obrigação de reconhecer o direito fundamental de todas as mulheres, ao abrigo da lei, à sua própria decisão e à sua integridade psíquica (incluindo durante o período de gravidez) e de fundar ou não uma família segundo o seu desejo». Considerou ainda que «o reconhecimento do direito fundamental de uma mulher, em última análise e no quadro da lei, de interromper uma gravidez não desejada impõe aos Estados-membros a obrigação de permitir o exercício desse direito em boas condições: serviços médicos apropriados e aconselhamento profissional».

Na Plataforma de Acção aprovada em Pequim na 4ª Conferência das Mulheres em 1995 consta que «os Direitos Humanos da Mulher incluem o seu direito de controlar e decidir livre e responsabilmente em matérias relacionadas com a sua sexualidade, incluindo a sua saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência». Diz ainda que «abortos não seguros ameaçam a vida de um vasto número de mulheres, representando um grave problema de saúde pública, e que são prioritariamente as mais pobres e as jovens que correm os mais altos riscos».

De uma forma geral, a luta pela legalização do aborto vem já dos finais dos anos 60. A exigência de reformas democráticas, por maiores direitos individuais, abriram caminho para uma larga mobilização em torno desta questão. A introdução da pílula permitiu à mulher assumir o controlo da sua sexualidade que, progressivamente, deixou de ser controlada pelo homem. As organizações femininas assumiram a luta pela legalização da IVG e desempenharam um papel fundamental na mobilização e esclarecimento das populações exigindo junto do Poder Central as medidas necessárias.

É assim que, a partir dos anos 70, em vários países (Itália, Suécia, Finlândia, entre outros), os parlamentos respectivos aprovam a legalização da interrupção voluntária da gravidez.

É evidente que a decisão não foi unânime. Por todo o lado as forças de direita e conservadoras e a igreja se movimentaram de modo a impedir esta medida. De tal modo que, por exemplo, em Itália, no ano de 1981, conseguiram fazer marcar um referendo para revogação da legislação existente. Ora, os italianos, nesta altura, conheciam já os resultados da implementação desta lei e, por isso mesmo, mais de 60% votaram contra a sua anulação.

Um dos últimos países a adoptar a legalização da IVG foi a Bélgica. Esta, apenas em 1990, foi adoptada em seguimento de uma resolução aprovada no Parlamento Europeu. Caso curioso foi o facto de o Rei Balduino, que era contra esta lei, ter abdicado por um dia para permitir assim a sua passagem.

afirmações ou tem uma péssima consciência e quer-nos convencer que a decisão de abortar não é extremamente difícil e dolorosa, ou tem grandes interesses na manutenção da situação actual, ou ainda, tem os meios necessários para o fazer em boas condições.

Não é metendo a cabeça na areia que se revolverá o problema do aborto. É impossível «fazer de conta» de que nada se passa. O aborto é praticado em Portugal e milhares de mulheres são obrigadas a fazê-lo anualmente em situações humilhantes e de grande insegurança. Perante esta realidade, onde fica a moral que alguns/algumas querem impor a todas as mulheres?

Este não é um problema que se levante apenas às mulheres portuguesas. Esta mesma situação é vivida pelas mulheres de toda a Europa.

Então por que é que elas viram o seu problema de «clandestinidade e insegurança» resolvidos, desde há anos, e em Portugal se torna ainda tão difícil? Com a legalização do aborto não se impõe a ninguém que o faça. Apenas se dá a possibilidade às mulheres que o decidam fazer, de o poderem fazer com dignidade, no nosso país.

A questão da IVG é um problema de sociedade mas que se repercute apenas sobre as mulheres. Não podemos aceitar que nos tentem impor um comportamento único. A sociedade portuguesa saberá resistir a fundamentalismos que, como sabemos por experiências alheias, são sempre perigosos.

Seminário sobre trabalho infantil

O direito a ser criança

Calcula-se que 250 milhões de crianças dos 5 aos 14 anos trabalham; cerca de metade (120 milhões) a tempo inteiro e 130 milhões combinando a frequência escolar com o exercício de actividades económicas - estes alguns de entre os múltiplos dados divulgados no seminário sobre trabalho infantil, realizado sexta-feira passada, por iniciativa da CGTP-IN, sob o lema "Crianças de hoje, homens e mulheres de amanhã - que futuro?".

Uma realização que se integra na Globalmarch contra o trabalho infantil, a culminar nestes primeiros dias de Junho num encontro internacional em Genebra, coincidindo com a reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O programa do seminário incluiu uma série de comunicações, intercaladas de debate, sobre: *situações concretas de trabalho infantil; abandono e insucesso escolar; trabalho ao domicílio; desenvolvimento físico e psíquico; ocupação = / = exploração; pobreza e exclusão social; novas formas de exploração infantil e a criminalização.*

Como pano de fundo dos debates havidos, um documento-base incluindo um significativo conjunto de dados sobre o trabalho infantil no mundo e em Portugal.

Dos factos e números referidos ressalta não apenas a dimensão mas a universalidade da exploração do trabalho infantil. E se a situação é naturalmente mais grave em países da América Latina, em que a proporção das crianças que trabalham é de um para cinco, em África (de um para três) e na Ásia (de um para dois), mesmo nos países da União Europeia admite-se que o trabalho infantil afecta mais de dois milhões de crianças.

Portugal será um dos países da comunidade europeia onde este problema mais se faz sentir, com particular incidência na agricultura, nas indústrias têxteis, vestuário, calçado, na construção e nalguns serviços, como os restaurantes e cafés.

A pobreza

A principal causa do trabalho infantil é, por toda a parte, a mesma - a pobreza. Pobreza que abrange mais de 80% da população mundial e que, a par e passo do trabalho infantil, tende hoje a agravar-se. Fruto dos "desequilíbrios mundiais nos processos de desenvolvimento económico", do "aumento das desigualdades económicas e sociais do mundo", como se afirma no documento da CGTP.

Em causa está, salienta-se, "a forma como se tem processado a crescente mundialização económica e financeira", agravando "a situação de dependência e de atraso económico na maioria dos países do mundo", tal como "o enfraquecimento das normas regulamentadoras do trabalho em resultado das ideologias neoliberais".

Sem esquecer, como se sublinha em relatório da Unicef, que "por mais pobres que sejam as

famílias, as crianças não seriam prejudicadas se não houvesse pessoas prontas a explorá-las".

Também em Portugal, é a pobreza a causa fundamental da exploração do trabalho das crianças. O documento-base do Seminário lembra que "um elevado número de trabalhadores tem salários baixíssimos". Um quadro agravado com "o abandono e o insucesso escolar, que incentiva a que crianças que saem da escola sem qualquer qualificação facilmente sejam abrangidas pelo trabalho infantil e pela exclusão social". A que acresce ainda "a existência nalgumas zonas do país de mentalidades favoráveis ao emprego de crianças".

Entre a teoria e a prática

Apenas 49 Estados ratificaram a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adoptada em 1973, considerada como um dos passos mais importantes no domínio das normas internacionais de trabalho, e cujo fim é a "abolição efectiva do trabalho de crianças".

As Nações Unidas já adoptaram diversas convenções e pactos internacionais sobre os direitos das crianças e de combate às formas mais graves de exploração económica e sexual incluindo, entre as mais recentes, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), que, entretanto, não foi subscrita, por exemplo, pelos Estados Unidos.

São factos que testemunham da distância que vai entre o discurso contra o trabalho infantil e a prática concreta. E que reforça a necessidade de um sistemático trabalho de elevação da consciência social, uma intervenção no sentido de um direito internacional do trabalho, nomeadamente a adopção de normas a nível mundial, que impeçam fenómenos de concorrência entre países, geradoras do abaixamento das condições de trabalho e que "gerem ou perpetuem as piores formas de exploração".

Formas actuais de uma luta que, nas fase iniciais da industrialização, deu os seus frutos, levando ao recuo do trabalho infantil na Europa e na generalidade dos países desenvolvidos.

Trabalhar a brincar

"Trabalhar só mesmo a brincar" é o lema do cartaz editado pelo Partido Ecologista "Os Verdes", no Dia Mundial da Criança.

"Os Verdes" aproveitaram o dia 1 de Junho para lançar um cartaz alusivo ao trabalho infantil. Uma forma, nas palavras de Heloísa Apolónia, dirigente ecologista, de "juntar o nosso protesto ao protesto que está a decorrer a nível mundial: a Marcha Global contra o Trabalho Infantil".

Para "Os Verdes", a Marcha representa um contributo inegável para alertar os responsáveis de todo o mundo para a violação dos direitos elementares das crianças.

O partido ecologista considera que, para combater de facto o trabalho infantil, é preciso vontade política que assegure uma educação gratuita e acessível a todos os níveis de ensino e infra-estruturas que garantam o desenvolvimento pleno das crianças.

O combate ao desemprego e a melhoria dos serviços de inspecção são outras das medidas preconizadas por "Os Verdes".



CGTP-IN aprova resolução

Pelos nossos filhos

O Seminário aprovou uma resolução que aponta para uma série de medidas, a nível internacional e nacional, de combate ao trabalho infantil. Medidas de que aqui transcrevemos os seus enunciados fundamentais.

A nível internacional

- Os diversos países que ainda não ratificaram as convenções da OIT relativas ao trabalho infantil sejam compelidos a fazê-lo rapidamente, por todos os meios admitidos em Direito internacional;
- No âmbito do comércio internacional, em especial no seio da UE e da Organização Mundial do Comércio, sejam adoptadas cláusulas sociais prevendo um quadro básico de direitos sociais fundamentais que deverão ser universalmente garantidos e aplicados;
- Sejam adoptadas, no âmbito da OIT, novas normas internacionais relativas ao trabalho infantil, impondo a sua abolição em todo o mundo.

A nível nacional

- Seja prosseguido e dinamizado o trabalho de sensibilização e consciencialização da opinião pública sobre a necessidade de suprimir o trabalho infantil e de reconhecer os direitos das crianças;

- Seja adoptado, a nível nacional, o sistema do "selo de qualidade" como garantia de que os produtos postos no mercado não são fabricados com recursos a mão-de-obra infantil;
- Sejam adoptadas pelo Governo políticas económicas compatíveis com o progresso social, com prioridade para a revalorização do salário mínimo nacional, a luta contra o trabalho precário e clandestino, a valorização dos direitos dos trabalhadores e a articulação de medidas contra a pobreza e a exclusão social;
- Seja adoptada pelo Governo uma política de educação que permita combater eficazmente o abandono e o insucesso escolar, nomeadamente implementando medidas que contemplem o ensino profissionalizante para os jovens que terminam a escolaridade obrigatória;
- Se proceda à reforma e melhoria da legislação relativa ao trabalho de menores, em conformidade com as convenções e resoluções da OIT e com a directiva comunitária relativa à protecção dos jovens no trabalho;
- Se proceda à revisão do sistema de sanções aplicáveis à violação das normas respeitantes ao trabalho de menores;
- Se reforcem os mecanismos de fiscalização e controlo do trabalho infantil;
- Sejam tomadas medidas no sentido de promover a cooperação entre as diversas entidades envolvidas no combate ao trabalho infantil, quer a nível nacional quer internacional.



Carlos Carvalho na Assembleia do Sector Intelectual da ORL

Um importante contributo

Realizada no passado sábado, no Forum Lisboa (antigo cinema Roma), a 3ª Assembleia do Sector Intelectual da ORL reflectiu a intensa actividade dos últimos três anos, definiu as linhas fundamentais de intervenção dos intelectuais comunistas nos planos social, político, ideológico e cultura, com vista ao reforço do PCP. Durante os trabalhos, em que participaram Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, e António Andrez, membro da Comissão Política, foi eleita a nova direcção do Sector, composta por 63 camaradas, onde se destacam mais de duas dezenas de jovens com idades entre os 20 e os 30 anos. Os delegados aprovaram ainda uma resolução política cujo conteúdo principal foi tratado no número anterior do nosso jornal. Em próximas edições, contamos publicar algumas das muitas intervenções ali produzidas. Intervindo nos trabalhos da 3ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, Carlos Carvalho considerou que o balanço político do trabalho realizado e o debate sobre as grandes orientações estratégicas «são importantes contributos para a iniciativa e a reflexão de todo o colectivo partidário». No seu discurso, de que a seguir transcrevemos os principais extractos, o secretário-geral do PCP afirmou:



«Penso também que são de grande importância, para se concretizar o “novo impulso” na organização, intervenção e afirmação política do nosso Partido, as orientações que definiram para uma maior participação na luta política das ideias; para o desenvolvimento da luta social e a dinamização de movimentos e organizações intelectuais; para uma intervenção decisiva nas Universidades e para o reforço da organização e a influência do PCP entre os intelectuais.

Mas para que esse reforço se verifique e tal como se afirma na “Declaração” desta Assembleia, “o PCP, cuja identidade histórica, sociopolítica e Cultural, passa justamente também pela integração de intelectuais, precisa da elevação do contributo dos seus intelectuais, enquanto intelectuais, para a construção colectiva das suas respostas aos problemas do país, para a configuração do seu projecto de esquerda e de alternativa democrática e revolucionária. O Partido, todos nós, precisamos de elevar e agilizar as nossas formas de trabalho com os intelectuais comunistas e com todos aqueles outros que estão ou podem vir a estar connosco, ou a convergir connosco”.

De facto, como vocês afirmam, nós “não somos um partido de propagandistas ou de pregadores, somos um Partido que organiza e ajuda a organizar, um Partido que trabalha, que luta e projecta uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna, o socialismo. Um Partido que transporta consigo um inquebrantável e renovado compromisso de luta por grandes causas, que vêm de muito longe na história, que se reconfiguram e confluem com novas aspirações”.

E esta luta encontra hoje pela frente uma grande ofensiva ideológica e uma grande ofensiva contra os salários e direitos dos trabalhadores.

Como se afirma no projecto da Resolução Política deste sector “o mercado capitalista, e mais genérica e efectivamente o sistema capitalista, são apresentados como uma fatalidade natural, como o estádio final da evolução social, ou o máximo da racionalidade na organização social do viver humano. Ganha assim uma renovada urgência a reactualização da crítica de Marx aos efeitos de naturalização (e de legitimação política, ideológica e teórica) do capitalismo pela economia política burguesa. A legitimação totalitária do capitalismo pelo neoliberalismo representa, de facto, uma redução da razão humana e da racionalidade social; busca impedir o questionamento sobre o primado da maximização do lucro; esconde o carácter estrutural da polarização da riqueza e da pobreza; bloqueia a formação das perguntas e a elaboração das respostas sobre os valores projectados e as finalidades da acção humana; procura limitar de forma intolerável a capacidade de os agentes humanos, agindo em determinadas condições históricas, transformarem essas próprias condições e as suas formas sociais de vida”.

Nada mais que o mercado

Na verdade, os resultados das leis cegas e incontroláveis do mercado e da mundialização estão à vista.

E, no entanto, sabe-se, por exemplo, que as somas monetárias resultantes da aplicação da conhecida taxa Tobin às transacções de capitais dariam para resolver as principais carências básicas das populações carenciadas do Terceiro Mundo, e que, com apenas 3% dos 800 mil milhões de dólares investidos actualmente em despesas militares, se resolveria o acesso universal aos serviços essenciais de saúde que é de 25 mil de milhões de dólares por ano, segundo as estimativas das Nações Unidas.

Vivemos numa época em que se verificam grandes avanços científicos e técnicos, que não são acompanhados pelo progresso social de milhões e milhões de seres humanos. Pelo contrário, assistimos até a regressões sociais e à ofensiva contra conquistas e direitos que muitos julgavam irreversíveis.

Olhando então para a evolução do mundo, para estas realidades e

para a hipocrisia daqueles que criticam estas situações, mas que omitem ou são coniventes com as causas é fácil compreender o porquê de ser-se comunista hoje. O porquê da actualidade e da validade do projecto de construção de uma nova sociedade e da necessidade, mais do que nunca, da existência de Partidos Comunistas que com ou sem esta designação lutem pela libertação do ser humano da exploração, da opressão e da alienação. E tudo isto tendo em conta, por um lado, as graves responsabilidades históricas da social-democracia, os seus fracassos e a sua política actual, que no essencial tem adoptado as medidas e as orientações neoliberais, embora com uma retórica diferente. E, por outro lado, os erros, tragédias e derrotas verificadas na construção da sociedade socialista, que a desprestigiou (mesmo no plano ambiental como aqui referiu o Carlos Moura) e lhe retirou poder de atracção ao ideal comunista.

Mas para melhor compreendermos a situação actual creio que devemos prestar uma maior atenção ao percurso da ofensiva ideológica e às suas consequências.

“Duas grandes armadilhas”

Nos últimos 25 anos, foi tecido no plano ideológico e prático duas grandes armadilhas, embora de natureza diferente: “a armadilha da dívida externa” já muito tratada e que foi, inclusivamente, título de um interessante livro, e a armadilha da “mundialização” ou globalização, segundo a cultura anglo-saxónica.

A armadilha da dívida externa funcionou pela atracção exercida pela oferta de capitais a juros baixos e a taxas cambiais favoráveis, o que levou muitos países a contraírem elevadas dívidas. Mas como são os países credores que determinam e que podem mudar as condições e a sua política monetária e cambial, aquelas evoluíram para taxas de juro elevadas e taxas de câmbio desfavoráveis, o que, aliado à troca desigual, inflacionou monstruosamente a dívida que se traduziu num garrote para muitos países que ficaram dependentes da tutela permanente do FMI e sem saídas e que ainda hoje são constrangimentos pesados a qualquer tentativa de desenvolvimento. De tal maneira, que os pagamentos dos serviços de dívida exigidos pelos credores são de longe superiores à chamada ajuda internacional e aos novos empréstimos.

Como já alguém disse, é o mundo virado ao contrário. As nações mais desmunidas fornecem “ajuda” aos mais ricos através da “transferência líquida de recursos”, financiando o investimento e o crescimento do “Norte” em detrimento do “Sul”.

Quanto à “globalização”, partindo-se de factos reais, do desenvolvimento das tecnologias da informação e de que, nos mais diversos pontos do planeta encontramos os mesmos anúncios, a mesma moda, os mesmos produtos, as mesmas séries de televisão, os mesmos automóveis, bem como a presença de multinacionais mastodontes, com peso económico e financeiro superior ao de muitos países, passou-se à difusão da ideia que o papel dos Estados e das nações na defesa dos povos é pratica-

mente nulo. E daqui passou-se à argumentação de que são necessárias instituições supranacionais de carácter político para regulamentarem as manifestações da economia global. Sem se deixar de ter em conta as limitações hoje impostas aos Estados e sem se menosprezar a importância que estas instâncias podiam e podem vir a ter, a verdade é que na actual correlação de forças e tal como funcionam elas são em geral dominadas pelo grande capital internacional, pelas grandes potências, como acontece na União Europeia. Distantes dos povos, sem controlo democrático efectivo, estas instituições, como é o caso da Comissão e do Conselho da União Europeia, actuam e pressionam não no sentido da cooperação e da coesão económica e social, mas no sentido da desregulamentação e da liberalização.

As grandes potências e o grande capital internacional fizeram uma grande pressão para a liberdade de circulação de capitais, para a liberdade do comércio, tudo em nome do desenvolvimento e da criação de empregos, para depois virem mostrar que o papel dos Estados numa economia global é cada vez menor porque não controlam os fluxos de dinheiro, da informação e das mercadorias. E partindo desta constatação, defendem muitas vezes com arduosa argumentação, na prática, ainda mais desregulamentação e menores poderes dos Estados como é o caso do famoso Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), para depois através de instâncias supranacionais imporem aos trabalhadores e aos povos, mais submissão e exploração. É o ciclo da dominação. (...) A concentração da riqueza acentuou-se fortemente. A desregulamentação em grande escala permite aos fluxos de capitais deslocarem-se à velocidade da luz permitindo fantásticos ganhos especulativos, à custa dos povos. Foi a aceleração da chamada economia de casino. Depois da ofensiva neoliberal destes últimos dezoito anos, é já hoje mais claro para muitos a quem tem servido e a quem serve o neoliberalismo.

Confrontados com as crises e com os colapsos bolsistas muitos são os que hoje se interrogam sobre os prometidos efeitos positivos desta política de adaptação à “economia global”, quer nos países mais frágeis economicamente quer nos países mais desenvolvidos. (...)

Super-boys

A promiscuidade entre o poder político e o poder económico «vem de longe», afirmou o secretário-geral do PCP, na Assembleia do Sector Intelectual da ORL, a propósito de factos recentes sobre favores do aparelho de Estado a grupos económicos, considerando que PS e PSD têm práticas idênticas neste domínio. Para prová-lo, Carlos Carvalho divulgou uma lista com alguns ex-governantes do PSD com cargos em empresas e grupos económicos. Entre eles, estão nomes conhecidos como o de Ferreira do Amaral, antigo ministro das Obras Públicas, actualmente consultor na Cimianto e membro da administração do grupo INAPA; Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e Energia, agora director do grupo BFE, e membro da administração da Cimpor e da Unicer; Durão Barroso, ex-ministro dos Negócios estrangeiros - consultor do grupo Espírito Santo; Miguel Belez, ex-ministro das Finanças - consultor do grupo BCP; Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna - administrador executivo da Pleiade. Estes são apenas alguns exemplos da extensa lista que contempla ainda muitos outros nomes como Eurico de Melo, Fernando Nogueira, Valente de Oliveira, Tavares Moreira, Eduardo Catroga, Miguel Cadilhe, Ângelo Correia e outros que passaram por cargos governativos.

FMI - instrumento do imperialismo

O FMI, guardião dos interesses dos credores, continua a oferecer o “bastão e a cenoura” e a teorizar sobre a excelência das medidas que preconiza.

Mas não se conhece um único caso em que os ditos programas de “ajuntamento estrutural” do FMI tenham tido algum sucesso brilhante. No entanto, estes programas denominados pudicamente por “ajustamentos” continuam a ser apresentados como a melhor maneira de melhorar o nível de vida das populações. Os dogmas monetaristas, a ortodoxia neoliberal e a propaganda continuam a esconder os mecanismos que engendram a pobreza e a miséria. Servindo os grandes interesses, o alto clero da religião liberal, solidamente ancorado nos seus dogmas,

para todo o Partido

apesar de contrariado pela dura realidade continua a proclamar que não há alternativa, que não há outra política. Mas há. O pensamento dominante é o das classes dominantes, aquilo a que se denomina de "pensamento único". As "bíblis" e as fórmulas neoliberais são retomadas pelos mais variados escribas, universidades e grande imprensa, como se estivéssemos perante uma verdade indiscutível e cristalina, enquanto a acumulação se processa e os povos se afundam na miséria.

E apesar do "modelo" liberal estar desacreditado, não quer dizer que a ofensiva ideológica tenha diminuído e que os grandes senhores do dinheiro desistam da sua sede de "mais lucro e mais poder".

Mas também por toda a parte surge a resistência e a luta dos povos! De Chiapas a Timor, os povos e os trabalhadores organizam-se e lutam e obtêm recuos e vitórias. Greves, greves gerais, levantamentos em armas, manifestações, protestos e protestos mundiais como o ilustra a marcha mundial contra o trabalho infantil. (...)

A liberalização em todos os pontos do globo é acompanhada de uma fantástica concentração e centralização de capitais com as múltiplas reestruturações e os múltiplos escândalos e a corrupção a partir do aparelho de Estado deixou de ser um fenómeno que era atribuído displicentemente ao Terceiro Mundo.

Partindo-se de factos objectivos, procura-se fazer crer que a única saída está na desregulamentação e na idolatria da competição.

Diminuir os "custos do trabalho", "desregulamentar", "flexibilizar" e melhorar a "excelência de produtos" e a "competição" são pois as frases-chave para o êxito e a modernidade.

Como competir na economia global? Esta é uma questão central que é colocada aos governos, aos empresários, aos sindicatos, aos trabalhadores. E colocado assim o problema, na sua forma esquemática, a resposta vem depois: é necessário desregulamentar, flexibilizar, diminuir os salários, num mundo cada vez mais aberto e competitivo. Se o não fizermos, dizem, teremos o encerramento de empresas e com elas o desemprego, pelo que o dilema é: assalariados, ou aceitam trabalhar mais e ganhar menos e com menos direitos ou então teremos ainda mais desemprego. A desregulamentação, a flexibilização e a diminuição dos salários reais vai-se processando. Mas em vez de emprego temos é aumento de desemprego e de emprego precário e sem direitos, como aqui foi relatado também, entre outros por Agostinho Santos Silva, Rui Pereira, Marta de Sousa.

A competitividade é assim difundida como a lei da selva, como estratégia militar, como ideologia de guerra, como a necessidade de aniquilar o outro, antes que ele nos aniquile e sem qualquer respeito pelo ambiente.

Mas tudo isto que se vai arquitectando nos gabinetes, pelos tecnocratas e burocratas bem pagos, tem encontrado e estamos convictos que vai continuar a encontrar a resistência dos trabalhadores e dos povos e vai mostrando a falência das soluções e a quem servem. É uma mundialização contra o desenvolvimento humano, contra o ser humano, contra os direitos do homem, contra a democracia, como aqui salientaram entre outros o Francisco Silva e o André Barata. As novas tecnologias que poderiam favorecer o desenvolvimento humano servem de instrumento para a especulação, ao armamentismo, e servem de vectores à guerra financeira entre as multinacionais dos três grandes pólos mundiais.

As crises

E é neste quadro que se produzem as crises e as crises financeiras que têm uma repercussão no aparelho produtivo mais distanciada temporalmente do que no passado devido às somas brutais que estão ligadas puramente às actividades especulativas.

Lembremos o caso do México, que é paradigmático, agora que se vive a "crise asiática" e que o é também pelos acontecimentos de Chiapas e sua evolução.

Em 1982, Ronald Reagan interrompia as suas férias porque o México tinha entrado em cessação de pagamentos e, como o Banco Continental Illionois estava ameaçado de falência, o Presidente dos EUA, campeão do liberalismo, nacionalizava o sétimo banco do país...

Era mais uma prova das tretas do chamado "Estado mínimo". O "Estado mínimo" quando se trata de deixar áreas rentáveis ao negócio (como aqui referiram, em relação ao ensino, o Rui Namorado Rosa e o Paulo Sucena) ou quando se trata de os grandes senhores do dinheiro esmagarem o mais fraco e o Estado máximo e intervencionista quando é necessário a "ajuda em seu favor" em todos os sectores, mesmo no cultural. Como nos exemplificou aqui em relação ao património entre outros o Vítor Serrão e o Pessoa; em relação à Expo'98, o Mário Moreira, o António Abreu, o Modesto Navarro e a Helena Seródio sobre o teatro e outros.

Com grande pompa e circunstância, anos depois a Assembleia Geral

do FMI reunia em Madrid em Setembro de 1994 e apresentou o México como um "modelo" para o Terceiro Mundo graças à aplicação das receitas liberais: privatizações, despedimento de funcionários públicos, abertura do seu mercado interno, liquidação de uma parte da sua dívida contra o património mineiro do país. Só o Chile de Pinochet, aplicando o programa dos "boys" de Chicago de Milton Friedman, tinha ido tão longe.

Mas umas semanas mais tarde, o exemplo citado em Madrid caía no ridículo. O México declarava de novo que não podia pagar os compromissos da dívida, o peso era desvalorizado em cerca de 60%, a Banca dos EUA entrava em pânico e o país devedor era submetido à vigilância económica e a severas e humilhantes condições para receber uma nova "ajuda", uma nova intervenção em contrapartida dos seus rendimentos petrolíferos.

O sistema com todas as fragilidades e a própria fragilidade do sistema financeiro internacional, como se viu agora com a crise asiática, continua com as suas contradições a produzir os seus resultados - polarização da riqueza e da pobreza - pese embora as palavras pias que aqui e ali, em tal ou tal instituição internacional, ou cimeira mundial, vão ficando para alimentar uma esperança rapidamente contrariada pelos factos. Ainda em Março de 1995, os 184 países reunidos em Copenhaga sob a égide da ONU, na Cimeira Mundial para o desenvolvimento social tomava "o cumprimento solene" de trabalhar pelo "desenvolvimento social no mundo inteiro". É o que se tem visto.

A crise asiática é outro exemplo claro de um crescimento económico assente em pés de barro. Os tigres asiáticos que nos eram apresentados como modelos, afinal não passam de gatinhos de estimação das transnacionais. E qual foi o remédio para a crise? Os serviços financeiros serão liberalizados em setenta países a partir de 1999, em virtude de um acordo designado por histórico no



quadro da OMC. Os países asiáticos que recusavam abrir totalmente o seu mercado interior acabaram por ceder às pressões americanas. Paradoxalmente a sua crise financeira ligada em boa parte a uma liberalização financeira muito rápida constrangiu-os a aceitar ainda mais abertura... E isto apesar do economista chefe do banco mundial, Joseph Stiglitz, ter declarado recentemente em Manila que "a crise não se teria dado se não tivesse havido uma liberalização das operações de capital nas suas economias".

Mas é uma evidência que com a crise importantes e rentáveis empresas desta zona do globo estão agora à mercê do apetite do grande capital nomeadamente americano e alemão.

A "armadilha" da mundialização assentando em factos objectivos visa assim incutir aos povos duas grandes ideias: a primeira é que os Estados só podem resistir ao capital transnacional e à mundialização ou globalização através da submissão a instituições internacionais que com se sabe na fase actual da correlação de forças são elas próprias dominadas pelo grande capital e pelas grandes potências, acelerando assim a dominação global.

A segunda é que num mundo global, numa concorrência mundial só ganha quem mais dismantelar, flexibilizar, desregulamentar, ou seja, quem diminuir os custos do trabalho, os direitos, quem reduza e continue a reduzir os salários reais relativos, quem mais introduza a "lei da selva", a nova escravatura do trabalho para que no Planeta reine o reino do capital... Como sublinhou, entre outros, o Eduardo Chitas na sua análise sobre o Manifesto do Partido Comunista e o Sérgio Ribeiro sobre a liberdade entendida pelas classes dominantes.

Mas camaradas, a caminho do século XXI está o homem condenado a tal regressão? Será este caminho uma fatalidade? Será esta a modernidade? Será um avanço da humanidade o entrar-se no século XXI com uma desigualdade de rendimentos sem precedentes, com a maior miséria ao lado do luxo mais esplendoroso? Será um avanço da

humanidade entrar no século XXI com novas maravilhas da técnica e da ciência e ao mesmo tempo com as mesmas chagas sociais do princípio do século?

Também no nosso país se pretende fazer crer que não há outras opções, que só com uma política neoliberal se consegue eficácia na economia, que só os grupos económicos privados podem produzir riqueza e criar emprego, que não há outro caminho para a chamada construção europeia, que, como nos revela o Terceiro Relatório da Comissão sobre Protecção Social agora publicado, **conta com 57 milhões de europeus vivendo abaixo do limiar da pobreza!**

Uma vergonha. Mas também na União Europeia cresce a luta por melhores condições de vida, pela redução do horário de trabalho, pelas 35 horas, por mais democracia e participação e aumenta a cooperação e a conjugação de esforços das forças progressistas a nível institucional e não institucional.

O nosso Partido orgulha-se de estar também na primeira fila desta cooperação e por isso, no seguimento das grandes iniciativas de Paris, de Lisboa, de Madrid, estará em Berlim na próxima semana, juntamente com outras forças comunistas, ecologistas, de esquerda e progressistas.

De facto, a União Europeia, a primeira potência mundial com os seus 18 milhões de desempregados e 57 milhões de pobres e meia dúzia de monopólios, é um exemplo magnífico de uma sociedade solidária, fraterna, justa, respeitadora dos direitos humanos!

A santificação dos mercados

O direito ao trabalho e os direitos dos trabalhadores reconhecidos nas Constituições de muitos países tornaram-se para muitos jovens e para muitos trabalhadores um privilégio inacessível. E esta é a sociedade que nos querem oferecer à beira do século XXI, sempre em nome dos mercados, essa identidade dita abstracta acima do ser humano, que não tem cartão de eleitor mas que nas sociedades actuais nos querem fazer crer, que a eles se devem subordinar as escolhas e as decisões. Os mercados responderam positivamente. Os mercados responderam negativamente... Os mercados!, dirá qualquer yuppie ou aparentado quando fala da economia ou de um qualquer resultado eleitoral ou de um despedimento colectivo. Tudo se deve e tudo tem que se subordinar aos mercados. **Mas os mercados não são entidades abstractas, têm nome, têm rosto e têm dono - são o capital financeiro, são a banca, são as actividades especulativas e financeiras - capital financeiro que tem poder, que domina ou tem participação e portanto influência nos grandes meios de informação.**

Como já alguém se interrogou e respondeu, somos nós manipulados, condicionados, vigiados, num Estado de direito e numa sociedade dita de plena democracia?

O cidadão pode pensar que escolhe sempre pela sua própria cabeça. Pura ilusão! Outras máquinas "discretas e subtis... condicionam os espíritos: os media, a publicidade, as sondagens..." o que se diz em nome dos mercados..., como aqui sublinharam, entre outros, o Urbano e o Fernando Correia. (...)

Uma intervenção exigente e empenhada

Vamos ter nos próximos tempos a necessidade de uma intervenção ainda mais exigente e empenhada, como aliás aqui vários camaradas também sublinharam: Filipe Diniz, Ana Pessoa, António Filipe, Rego Antunes, Bernardino Aranda.

Por um lado, no plano da organização, estamos a desenvolver um grande esforço para levar à prática as resoluções do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro; avançamos com a campanha pela melhoria e reforço da Segurança Social; com a campanha sobre direitos dos trabalhadores; com os debates sobre Portugal 2000 e simultaneamente com uma intensa intervenção na Assembleia da República, no movimento de massas e agora também na campanha pelo "Sim" à despenalização da interrupção voluntária da gravidez... É um grande esforço só possível com a generosidade, a abnegação e a dedicação dos militantes comunistas! (...)

Neste novo impulso importa reafirmar que nós estamos profundamente vinculados à nossa identidade e ao nosso património político e ideológico, mas, por isso mesmo, queremos estar também cada vez mais despertos e atentos para os novos fenómenos e para o rejuvenescimento e a renovação que o curso da vida e da realidade constantemente exigem.

Estamos firmes nas nossas convicções e no nosso ideário mas, por isso mesmo, abertos para a reflexão crítica e para o estímulo que podemos encontrar no diálogo e no debate com concepções e pontos de vista diferentes. E como sublinharam aqui vários camaradas e o camarada Gusmão: "no preciso momento em que procuramos promover o debate e as convergências à esquerda, o reconhecimento da pluralidade não só actual mas histórica da esquerda é também o reconhecimento da nossa própria identidade sempre em construção". (...)

As florestas e os lucros

Começa esta semana em Lisboa uma conferência ministerial internacional envolvendo os representantes de 43 países europeus. O objectivo do magno encontro tem as melhores intenções - discutir o futuro das florestas e questões tão estratégicas para a sobrevivência do planeta como a biodiversidade. Só que - e nestas coisas aparece sempre a terrível adversativa - «as ideias sobre o aproveitamento das florestas entre os Estados e o sector privado nem sempre coincidem», como também acontece em Portugal e como bem assinala o *Público*. Traduzido por miúdos e dito com mais clareza, quer isto significar que a voracidade dos lucros que define a actividade privada no sector da exploração florestal (aliás, como acontece noutras actividades) não se compadece com interesses públicos ou globais. A sua visão é estreita e energeticamente concentrada num único objectivo: a salvaguarda dos sacrossantos lucros. Os governantes podem, entretanto, «divergir» desta egoísta e irresponsável maneira de encarar os recursos do planeta, mas o que a prática demonstra é que tal divergência nunca tem força que chegue para que os governos - eleitos por todos e teoricamente representantes do interesse público - usem o poder que lhes foi conferido pelas sociedades democráticas e imponham à gula dos privados a salvaguarda do interesse colectivo.

PONTOS CARDEAIS

O que diz tudo sobre a quem, realmente, servem os governos democraticamente eleitos pelos respectivos povos. Obviamente, não temos ilusões sobre o resultado de mais esta cimeira internacional. As boas intenções não-de, mais uma vez, encher repolhudas conclusões e há-de ficar tudo mais ou menos na mesma...

Pela boca morre o peixe...

A ex-ministra da Educação de Cavaco Silva e actual vice-presidente e deputada do PSD, Manuela Ferreira Leite, tem sido uma das figuras de proa da actual estratégia do PSD em denunciar os *job for the boys* protagonizados pelo Governo do PS de António Guterres, bem como as eventuais irregularidades e aproveitamentos do poder ao serviço de clientelas ou figuras partidárias. As suas investidas de paladina da honestidade e transparência já perturbaram, inclusivamente, o ministro Pina Moura ao ponto de este ameaçar proceder criminalmente contra a deputada (embora, mais tarde, desse o dito por não dito e metesse a ameaça no saco). Pois bem. Estava a «deputada da transparência» muito satisfeita na sua cruzada, quando a bomba rebentou esta semana nas primeiras páginas dos jornais: a

vice-presidente do PSD, ao presidir ao conselho de administração do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), está em situação ilegal e a violar a lei das incompatibilidades. Na verdade, quando ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite financiou o ISLA através do Prodep II - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, o que, à luz da lei das incompatibilidades de Agosto de 1995, a coloca em situação irregular, porque o artº 5º desse diploma estabelece que os titulares de cargos políticos não podem exercer, pelo período de três anos contado a partir da data de cessação de funções, cargos em empresas privadas que prossigam actividades no sector por eles directamente tutelados, caso tenham beneficiado de incentivos financeiros. O que foi o caso. Pois. Pela boca morre o peixe, né?

As críticas de Coimbra

O vereador do PS da Câmara Municipal de Coimbra, João Silva, saiu-se com uma afirmação extraordinária. «Diffícil é citar», disse o vereador, «uma obra prometida no decorrer do "Governo em Diálogo" que tenha sido concretizada». Obviamente, que o

extraordinário da afirmação não está na denúncia propriamente dita - as promessas não cumpridas são a espinha dorsal deste governo dialogante de António Guterres -, mas na sua origem. É verdade que o vereador do PS fala assim porque - como ele próprio confessou - a sua Coimbra continua à espera do prometido «começo da Ponte Europa e na decisão final sobre o Palácio de Congressos», além de ir dizendo - apesar de se congratular com a escolha do Porto para Capital Europeia da Cultura - que espera «que isso não signifique que, até 2001, vamos assistir à transferência dos estaleiros da EXPO para o Porto, com Coimbra a vê-los passar» (parece que a inventona da «guerra Porto-Lisboa» perseguida por alguns barões do Norte está a conduzir ao delírio de toda a gente querer agora uma EXPO para montar no respectivo quintal). Mas não deixa de ser significativo que, apesar de motivadas por interesses próprios e próximos - pretensamente os de Coimbra -, estas críticas ao Governo vindas de dentro do próprio PS sejam forçadas a reconhecer que o não cumprimento das promessas pelo Executivo de António Guterres não é localizado, mas generalizado. Não há dúvida que a coisa está a ficar muito óbvia e a demagogia do «Governo em diálogo» verdadeiramente democrática: não engana apenas alguns com promessas não cumpridas, leva tudo raso - até os seus correligionários.

Despedir cá dentro e contratar lá fora

Segundo o *Público*, a Lisnave está autorizada a contratar, numa fase inicial, até 50 trabalhadores estrangeiros para fazer face às necessidades de mão-de-obra. Quem o decidiu foi, nem mais nem menos, que um despacho conjunto dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Economia e do Trabalho e Solidariedade, já se sabendo que serão brasileiros os trabalhadores estrangeiros a contratar, que virão, entretanto, subcontratados por duas empresas brasileiras, a Sermetal Rio - Serviços Metalúrgicos e a Cootramerj-Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro.

Já conhecemos o filme. Primeiro, entregou-se a Lisnave aos Mellos a troca de nada, depois estes despediram ou despacharam centenas de operários portugueses altamente qualificados e, finalmente, aí estão a contratar trabalhadores estrangeiros, com quem não assumem quaisquer responsabilidades (os subcontratados que arquem com elas) e que vêm para o nosso país sabe-se lá em que condições. Percebe-se por que é que os novos e velhos capitalistas portugueses gostam tanto deste «Governo de diálogo e paixão» de António Guterres. É que o «diálogo» com os trabalhadores não passa de conversa fiada e a «paixão» está-se a ver para onde vai...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Quero ser jogador de futebol Insucessos

Naquela escola, é grande o insucesso escolar. Esta expressão tende a sofrer uma alteração qualitativa. Ainda não há muito tempo, significava mau aproveitamento. Havia muitas reprovações, havia insucesso escolar. Depois, vieram outras normas. O fraco aproveitamento deixou de ser motivo de exclusão. Deixou de haver muitos excluídos. Passou a haver mais integrados? Hum... Insucesso escolar deve, pois, entender-se como o litígio entre o aluno e a escola. O máximo do insucesso dá-se quando o aluno repudia a escola. Estando por saber de quem é o insucesso: se é da escola, se é do aluno. Ou da sociedade em que ambos se inserem.

O «apesar de tudo»

Então é grande o insucesso naquela escola. O repórter esteve lá e falou com alguns alunos. Os alunos não gostavam. Eles não gostavam de estar na escola. Aprendiam pouco? Sim, aprendiam pouco. Mas a tônica não estava aí. Visivelmente, eles não gostavam... de aprender. Os responsáveis e os professores mostravam-se preocupados com a situação. Alguns alunos «fugiam» da escola, pronto, não gostavam dela. Mas os outros, os que vão lá sem gostarem? Porque os obrigam ou porque vão apenas porque, apesar de tudo, sempre é melhor do que estar em casa? Desconhece-se o número destes. Por mim, acredito que são muitos. Terrível, terrível é aquele «apesar de tudo». Nesse momento, Portugal deve começar a sentir o chão a fugir-lhes debaixo dos pés.

Vítimas do insucesso

Os professores não me passaram procuração para os defender. Mas merecem aparecer como responsáveis pelo insucesso escolar? Eles também são vítimas do «insucesso». São tão vítimas como os alunos. Sem apoio, sem estabilidade, sem consideração oficial, quantos dão aulas por impulso irrecusável? Quantos são empurrados para o ensino como uma forma de ganharem a vida e não como forma de realização pessoal? Deve dizer-se (diz-mo a minha experiência) que tudo (ou quase) que se faz de bom numa escola se baseia no esforço, no sacrifício, para tudo dizer numa só palavra: no amor de alguns professores. Depois, é claro, lá vem a informação de que os principais doentes dos psiquiatras são os bancários e os professores...

Entra em cena a televisão

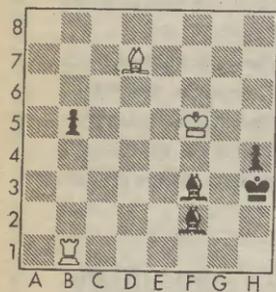
Voltemos à reportagem naquela escola onde muito se sofre de «insucesso escolar». Podia ser naquela ou em qualquer outra. Pois, como desejos de futuro, o que é que os rapazes gostavam? Gostavam de jogar futebol. Não creio que por prazer, mas porque se ganha muito dinheiro e se goza de grande consideração social. Constantemente, a televisão lhes fala dos milhões que os jogadores ganham. O Ronaldo, moleque de favela, ganha hoje 50 mil contos por mês. Nuno Gomes, do Benfica, já vai nos 20 mil. Eles pensam que é fácil chegar até lá. Sonham. A televisão educa-os para o dinheiro ganho com os pés e não com a cabeça. O que é que as escolas (mesmo boas) e os professores (mesmo óptimos) podem fazer contra a televisão? Insucesso, essa hidra de sete cabeças.

XADREZ

DCLX - 4 DE JUNHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X23

Por: Ladislav Prokeš
1944

Pr.: [5]: Ps. b5, h4 - Bs. f2, f3 - Rh3
Br.: [3]: Bd7 - Tb1 - Rf5



Branças jogam e ganham

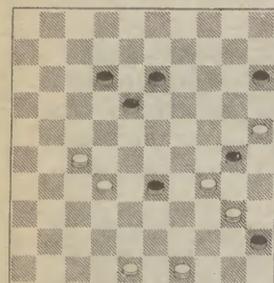
SOLUÇÃO DO Nº 1998X23 [L. P.]
1. Rf4+1, Rg2; 2. Bh3+, Rh3; 3. R:f3, Bg3;
4. Th1+, Bh2; 5. Rf2, b4; 6. Rf3, b3; 7. Rf2,
b2; 8. Rf3, b1=D; 9. T:b1, B-; 10. Th1+,
Bh2; 11. Rf2 e ganha. A. de M. M.

DAMAS

DCLX - 4 DE JUNHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D23

Por: Pierre Garlopeau
Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [7]: 12-13-15-18-30-33-45
Br.: [7]: 25-27-32-34-40-48-49



Branças jogam e ganham

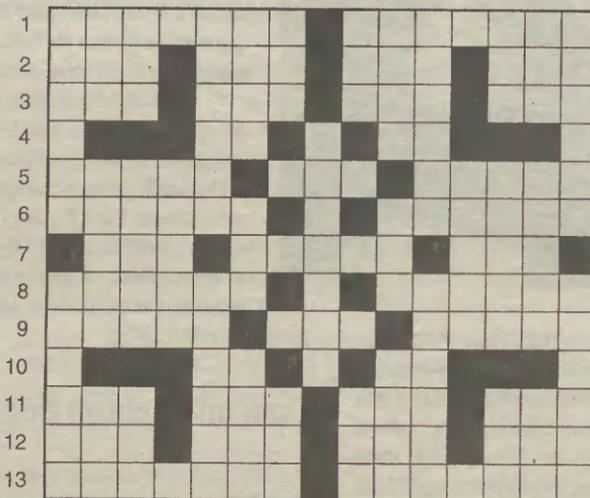
SOLUÇÃO DO Nº 1998D23 [P.G.]

1. 48-42! (30x39); 2. 42-37, (45x34); 3. 49-43, (39x48=D); 4. 25-20, (48x22); 5. 35-28, (15x24); 6. 28x28 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Peça endosquelética, longa e curva, cuja extremidade dorsal se articula com a coluna vertebral; ponto de cruzamento de duas estradas. 2 - Origem (fig.); açucena; deus dos raios e do trovão, filho de Odin; principal rio da Suíça. 3 - Interj. de dor (pl.); patroa; altar de sacrifícios; íntima. 4 - Rádio (s.q.); existe. 5 - Ermida fora do povoado; carta ou documento escrito numa só folha; lavrada. 6 - Toma o peso com as mãos; separam. 7 - Ilha do arquipélago de Cabo Verde; peleja; o tio americano. 8 - Demonstração de força militar; ressoaram. 9 - Furioso; antigo navio de vela, de guerra ou mercante; unidade linguística constituída por um predicado verbal ou por este e um ou mais elementos a que ele se ligam. 10 - Catedral; cento e um romanos. 11 - Apelido de heroína francesa; aqui está; nome escocês; rente. 12 - Monarca; anel; cento e dois romanos; grita-se nas touradas. 13 - Escutaram; zombarias.

VERTICAIS: 1 - Terra que não pagava impostos por pertencer a um nobre (pl.); malicioso. 2 - Elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ovo, óvulo; corar; acusado. 3 - Isolados; peça metálica que se coloca na extremidade da pena para escrever; cento e quatro romanos. 4 - Contr. da prep. de com o pron. pess. ela (pl.). 5 - Agarraras com as gavinhas; o m.q. dosar. 6 - Fruto da limeira; parte suplementar de uma mesa para dar, quando levantada, maior superfície utilizável; terreno duro e liso, onde se desgranam os cereais e os legumes. 7 - Planos laterais do avião; emissão de voz. 8 - Substância gelatinosa extraída das algas marinhas, que forma, com os alcalis, compostos solúveis (pl.). 9 - Fruto da ateira; mil cento e um romanos. 10 - Resida; dirigias-te (fig.); tombar. 11 - Lenha ou carvão incandescente (pl.); qualquer arte manual ou mecânica. 12 - Enrubescer (fig.). 13 - Comparece; içara; tritura com os dentes. 14 - Apareciam; mulher nobre (pl.); pron. pess. feminino. 15 - Proferiram orações; seara madura (pl.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Costela; anel; cento e dois romanos; grita-se nas touradas. 2 - Escutaram; zombarias. 3 - Isolados; peça metálica que se coloca na extremidade da pena para escrever; cento e quatro romanos. 4 - Contr. da prep. de com o pron. pess. ela (pl.). 5 - Agarraras com as gavinhas; o m.q. dosar. 6 - Fruto da limeira; parte suplementar de uma mesa para dar, quando levantada, maior superfície utilizável; terreno duro e liso, onde se desgranam os cereais e os legumes. 7 - Planos laterais do avião; emissão de voz. 8 - Substância gelatinosa extraída das algas marinhas, que forma, com os alcalis, compostos solúveis (pl.). 9 - Fruto da ateira; mil cento e um romanos. 10 - Resida; dirigias-te (fig.); tombar. 11 - Lenha ou carvão incandescente (pl.); qualquer arte manual ou mecânica. 12 - Enrubescer (fig.). 13 - Comparece; içara; tritura com os dentes. 14 - Apareciam; mulher nobre (pl.); pron. pess. feminino. 15 - Proferiram orações; seara madura (pl.).

SOLUÇÃO:

AGENDA

Assembleias da organização

SETÚBAL

VIII Assembleia da Organização Concelhia
Dia 7 às 10h, na Albergaria Laitau,
com a participação de Jorge Pires

GONDOMAR

5ª Assembleia da Organização Concelhia
Dia 6, na Escola Preparatória de Rio Tinto
com a participação de Sérgio Teixeira

SINES

VII Assembleia da Organização Concelhia
Dia 6 às 15h, no Salão da Música, Sines

MOITA

VI Assembleia da Organização Concelhia
Dia 7 às 14h30, no ex-Cine Parque da Baixa da Banheira
com a participação de Luísa Araújo

MONTIJO

VII Assembleia da Organização Concelhia
Dia 7 às 10h30, na A.M.U.T de Sarilhos Grandes

Ovar

Assembleia da Organização da Freguesia
Dia 5 às 21h30 no CT do PCP
com a participação de António Salavessa

Vialonga

5ª Assembleia da Organização da Freguesia
Dia 6 às 15h na Casa do Povo de Vialonga
com a participação de Francisco Lopes

Seixal

VIII Assembleia da Célula dos Trabalhadores da CM
Dia 7 às 9h, na Timbre Seixalense,
com a participação de Jerónimo de Sousa

No final, almoço-convívio no Refeitório dos Trabalhadores da CM Seixal

Outras reuniões

Amadora

Plenário dos trabalhadores comunistas da CMA: no CT da Amadora, quinta-feira, dia 4 às 17h

Lisboa

Beato - Plenário da organização de freguesia: na Junta de Freguesia, sábado, dia 6 às 15h30

Seixal

Plenário concelhio de eleitos e candidatos do PCP: dia 6 às 15h, na Timbre Seixalense, com a participação do camarada Jorge Pires

Sintra

Almargem do Bispo - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 6, às 21h30.
Montelavar - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 5, às 21h30, no CT de Montelavar

Aveiro

Plenário de militantes sob o tema «O referendo e o momento político»: dia 5 às 21h30, no Centro de Trabalho
Reunião de eleitos nas autarquias do distrito de Aveiro: terça, 9, às 21h30, no CT de Aveiro

S. João da Madeira

Plenário de militantes: no CT local, dia 6 às 21h30

NOITE DE SANTO ANTÓNIO

(Dia 12)
no Terraço do Vitória
Sardinhas, febras e muita animação!
(Convívio promovido pelo Sector de Empresas e Zona Ocidental de Lisboa)

Mafra

Almoço-convívio em Ribamar
(casa do cam. Piorro) com a participação
de Luísa Araújo - Sábado, dia 6

Santa Maria da Feira

Jornada de Trabalho no CT do PCP
Sábado a partir das 10h
Aparece - e se puderes leva ferramenta!

8 Dias nos Açores

TERCEIRA, FAIAL, PICO,
S. MIGUEL
De 22 a 29 de Julho
Comissão Concelhia de Almada
Tels. 2752777-2753939
(cam. Artur Cabrita)

BRIGADA JOSÉ MARTI

Viagem promovida pela Associação
de Amizade Portugal-Cuba
6 a 26 de Junho

HAVANA E SANTA CLARA

Inscrições: Tel./Fax (01) 385705

Campanha de solidariedade

MEDICAMENTOS
PARA CUBA

Um medicamento pode salvar
uma vida!

Contribuições pecuniárias
devem ser canalizadas para
MONTEPIO GERAL

- CONTA Nº 10559.581-3

Campanha

"O PCP COM OS TRABALHADORES"

● No PORTO:

Com Carlos Carvalhas
**ENCONTRO DE JOVENS
TRABALHADORES DO DISTRITO
DO PORTO**

A juventude e o trabalho - presente e futuro
Terça-feira, dia 9, 21h, Salão da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso

● Em BRAGA:

COMPETITIVIDADE E SALÁRIOS

- Sessão pública
com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
Terça-feira, 9, às 17h30, no Salão da JF de S. Vítor

● Até ao dia 9, prossegue em todo o País a campanha,
nomeadamente através dos contactos das organizações do PCP
com os trabalhadores nas empresas.

Designadamente em AVEIRO:

Quinta-feira, 4 - Empresas do concelho de Águeda: Revigres, Apolo, Arrancar, A. P. Vidal;
do concelho de Arouca: C.J. Clark.

Sexta-feira, 5 - Empresas do concelho de Oliveira do Bairro: Levira, Gresarte, Metal-Cértima.

Segunda-feira, 8 - Empresas do concelho de Anadia - Sanitana, Pavigrés, Esmaltina, Aliança, Grespor,
Fundador.

Terça-feira, 9 - Empresas de pesca do concelho de Ílhavo.

Carlos Carvalhas nos Estaleiros de Viana

Na próxima terça-feira, 9, o Secretário-geral do PCP visita a partir das 11 da manhã os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, tendo encontros com os trabalhadores e a Administração e almoçando em seguida na cantina da Empresa.

Encontro-debate em LISBOA

Dia 8 às 17h30 - Hotel Continental

(Sala Descobrimentos)

Com a participação de

Antonia Tomasini, dirigente do Forum Delle Donne, do
Partido da Refundação Comunista de Itália

Dominique Benoit-Frot, representante do PCF no
Colectivo Nacional dos Direitos das Mulheres de França

Odete Santos, deputada do PCP

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP,
e de outras personalidades convidadas pelo PCP,
promotor do encontro

ALFORNELOS / Amadora

Dia 6 às 21h - Escola Primária nº 3
Debate com GRAÇA MEXIA

ABRANTES

Dia 5 às 21h30 - Junta de Freguesia de S. Vicente
Debate com LUÍS SÁ

BENAVENTE

Dia 5 às 21h30 - Centro Cultural
Debate com FERNANDA MATEUS

ENTRONCAMENTO

Dia 5 às 21h30 - Junta de Freguesia
Debate com LUÍSA MESQUITA

CARTAXO

Dia 5 às 21h - Auditório Municipal
(Quinta das Prates)
Debate com BERNARDINO SOARES

ALCANENA

Dia 6 às 17h - Auditório Municipal
Debate com ROSA RABIAIS

CORUCHE

Dia 9 às 21h30 - Centro de Cultura
Debate com FERNANDA MATEUS

Outros DEBATES:

SINTRA - DEBATE CDU: O PDM de Sintra e a cidade de Queluz. Com a participação de Lino Paulo, hoje, quinta-feira, às 21h30 no Real Sport Clube de Massamá.

VILA NOVA DE GAIA - SESSÃO PÚBLICA DA CDU: A situação política nacional - desafios e perspectivas. Com a participação de João Amaral, sábado, 6, às 15h, no Salão da Assembleia Municipal.

PORTO - DEBATE: Moeda Única - perspectivas e consequências. Com a participação de Sérgio Ribeiro, sexta-feira, 5, às 21h30, na JF Santo Ildefonso.

MONTARGIL - SESSÃO DE ESCLARECIMENTO: A situação política e o novo impulso na organização do PCP; referendo sobre a IVG. Com a participação de Henrique de Sousa, dia 6 às 20h30, na Casa do Povo.

REBORDOSA - DEBATE: As populações e as autarquias - interesses e participação. Com a participação de Ilda Figueiredo e Cristiano Ribeiro, sábado, 6, às 21h30, na Associação Cultural e Recreativa de Rebordosa, em Vales.

O PCP com os
Trabalhadores
Valorizar
o trabalho e os
trabalhadores,
defender
e concretizar
direitos.

PCP

Sim
direito a decidir!

AGUALVA/CACÉM

Dia 5 às 21h30 - Junta de Freguesia
Debate promovido pela JCP com LUÍSA ARAÚJO

S. DOMINGOS DE RANA

Dia 5 às 21h30 - Estudantina Rec. de S. Domingos Rana
Debate com MANUELA BERNARDINO

PALMELA

Dia 5 às 21h - Bairro Alentejano
Dia 6 às 21h - Bairro Padre Nabeto
Debates com REGINA MARQUES

ALMADA

Dia 5 às 21h - S.R.U.P / Pragal
Debate com CONCEIÇÃO MORAIS

ALCOCHETE

Dia 9 às 21h - Samouco
Debate com LUÍSA ARAÚJO

SEIXAL

Dia 5 às 21h - S.F.U.A./ Arrentela
Debate com CONCEIÇÃO MORAIS

SETÚBAL

Dia 9 às 21h30
Debate com REGINA MARQUES

TELEVISÃO

Quinta, 4

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Mundial de Futebol
14.15 Consultório
15.30 Perdidos de Amor
16.15 Reis do Estúdio
17.40 Maria do Bairro
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 As Lições do Teneças
21.40 Terra Mãe
22.35 Maria Elisa
00.25 24 Horas
01.25 Especial Musical - «Rod Stewart»

RTP 2

14.00 Tênis - Torneio de Roland Garros (T.D.)
16.00 Informação Gestual

Sexta, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Mundial de Futebol
14.15 Consultório
15.05 Perdidos de Amor
15.50 No Tempo em que Você Nasceu
17.45 Maria do Bairro
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
22.00 Concurso 1, 2, 3
00.10 24 Horas
01.15 Máquinas
01.55 Basquetebol - NBA

RTP 2

14.00 Tênis - Torneio de Roland Garros
16.00 Informação Gestual

Sábado, 6

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Os Simpsons
15.35 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
16.40 Conan
17.35 Jet 7
18.10 Fórmula 1 - GP do Canadá
19.00 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.20 Nós, os Ricos
22.00 O Polvo
24.00 Reportagem
00.55 24 Horas
01.35 A Faca do Assassino (de Anders Palm, Can./1990, com Francesco Quinn, Brad Dourif, Karen Russell, Jonathan Grimmer. «Thriller»)
03.35 Sem Limites

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Música Maestro - «O Jardim da Música»
12.55 Horizontes Selvagens
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Festival Pop (Baden-Baden) 20.00 2001
20.35 Jogo do Alfabeto
21.20 Onda Curta (Realizado por Tex Avery, 6ª. Parte. - Curtas Metragens de Animação)
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.25 Esplendor na Relva (de Elia Kazan, EUA/1961, com Natalie Wood, Warren Beatty, Pat Hingle, Audrey Christie. Ver Destaque)
01.45 Os Sexos Humanos

SIC

08.00 Buérré
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Para, ou a Mamã Dispara (de Roger Spottiswoode, EUA/1992, com Sylvester Stallone, Estelle Getty, JoBeth Williams. Comédia)
15.30 Norte e Sul
17.00 Walker
18.00 Salvem os Nossos Filhos (de Chris Thompson, EUA/1993,

Domingo, 7

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Casa Cheia
16.40 Riscos
17.55 Fórmula 1 - GP do Canadá
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.00 Major Alvega
21.45 Assalto à Televisão
23.10 O Polvo
00.55 24 Horas
01.35 Fórmula 1 - GP do Canadá (Resumo)
01.50 Basquetebol - NBA

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Sobrevivência
12.30 Zoom
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.05 Fado Corrido (de Jorge Brum do Canto, Port./1964, com Amélia Rodrigues, Jorge Brum do Canto, João Guedes, Isabel de Castro. Melodrama)
19.50 Bombordo
20.15 Artes e Letras - História da Arte Americana (V)
21.05 Rhodes, o Poderoso
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Teatro: «Longa Viagem para a Noite» (Parte II)
00.45 Vidas do Século -

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Agarrem Esse Bebê (de Patrick Read Johnson, EUA/1994, com Joe Mantegna, Lara Flynn Boyle, Joe Pantoliano. Comédia)
15.45 Viper
16.45 Stargate
17.45 Liga de Mulheres (de Penny Marshall, EUA/1992, com Tom Hanks, Geena Davis, Lori Petty, Madonna. Comédia / Desporto)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Camilo na Prisão
21.10 Corpo Dourado
22.10 Geração Fantástica

Segunda, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.35 Nico d'Obra
16.15 Top +
17.40 Maria do Bairro
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 Reformado e Mal Pago
21.40 Terra Mãe
22.35 O Gendarme e os Extra-terrestres (filme com Louis de Funès. Comédia)
00.30 Mundial de Futebol'98
01.55 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.20 Sessão Parlamentar
17.30 Espaço Vital - Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dois, Li, Tá
19.45 Hugo
20.10 Tudo em Família
20.35 Portugalmente
21.10 Sariños com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Até à Eternidade (de Fred Zinnemann, EUA/1953, com Burt Lancaster, Deborah Kerr, Montgomery Clift, Frank Sinatra, Donna Reed, Ernest Borgnine. Ver Destaque)
01.55 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Malucos do Riso
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Bom Baião
12.30 Ora Bolas, Marina
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade - Einstein
01.00 Último Jornal
01.25 Bjork ao Vivo

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 A Ilha do Terror (de Tommy Lee Wallace, EUA/1992, com June Lockhart, Joe Lara, Kathy Ireland, Richard Beymer. Aventura / Terror)
00.50 Seinfeld

Terça, 9

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.35 Made in Portugal
17.00 Dia de Camões
18.15 Maria do Bairro
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 Terra Mãe
22.00 Herman 98
23.55 Millennium
00.40 Mundial de Futebol'98
01.15 24 Horas
02.05 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Jogo Falado
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
20.00 Portugalmente
20.05 Tudo em Família
20.30 Portugalmente
21.10 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Homem do Braço de Ouro (de Otto Preminger, EUA/1955, com Frank Sinatra, Kim Novak, Eleanor Parker. Ver Destaque)
00.55 Falatório
01.55 Desejos Proibidos

SIC

08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Malucos do Riso
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Bom Baião
12.30 Ora Bolas, Marina
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Imagens Reais
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Médico de Família
21.50 Noivas de Santo António
23.00 O Especialista (de Luis Llosa, EUA/1994, com Sylvester Stallone, Sharon Stone, James Woods, Rod Steiger. Acção)
01.00 Último Jornal
01.25 Em Nome do Pai
03.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
24.00 Seinfeld
00.35 Feedback
01.20 Ponto Final

Quarta, 10

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.05 Nós, os Ricos
15.40 Cerimónia de abertura do Mundial de Futebol'98
16.10 Mundial'98: Brasil-Escócia
16.35 Maria do Bairro
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 Isto Só Vídeo
21.40 Terra Mãe
22.35 A Ilha das Cabeças Cortadas (de Renny Harlin, Fr./EUA/1995, com Geena Davis, Matthew Modine, Frank Langella. Aventuras / Acção)
00.45 Mundial'98
01.10 24 Horas
02.05 Basquetebol - NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.35 Hugo
19.55 Mundial'98: Marrocos-Noruega
22.45 Jornal 2
22.35 Acontece
23.00 Alta Sociedade (de Charles Walters, EUA/1956, com Bing Crosby, Grace Kelly, Frank Sinatra, Celeste Holm. Ver Destaque)
00.50 Falatório
01.50 Musical: «Novo Fado e Outros Romances»

SIC

08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Malucos do Riso
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Bom Baião
12.30 Ora Bolas, Marina
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Imagens Reais
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Por Amor
22.00 Noivas de Santo António
22.10 Furor
23.30 Casos de Polícia
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.15 Portugal Radical

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 Juramento de Amor (de Jim Abrahams, EUA/1996, com Meryl Streep, Fred Ward. Drama)
00.30 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.40 Fora de Jogo

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Mundial de Futebol 98

A partir do próximo dia 10, quarta-feira, a RTP (1 ou 2) transmite diariamente pelo menos 2 jogos do Mundial'98, em transmissão directa. Após a fase de qualificação, que termina a 26 de Junho, serão transmitidos todos os jogos dos oitavos de final e todos os seguintes até à final, em 12 de Julho.

O calendário de transmissões da primeira semana - sempre às 16h25 e 20h, no caso da transmissão de 2 jogos, e também às 13h30, quando são 3 - é o seguinte:

Dia 10 - Brasil-Escócia e Marrocos-Noruega
Dia 11 - Itália-Chile e Camarões-Austria
Dia 12 - Paraguai-Bulgária, Arábia Saud.-Dinamarca e França-África do Sul
Dia 13 - Espanha-Nigéria, Coreia-México e Holanda-Bélgica
Dia 14 - Argentina-Japão, Jugoslávia-Irão e Jamaica-Croácia
Dia 15 - Inglaterra-Tunísia, Roménia-Colômbia e Alemanha-EUA
Dia 16 - Escócia-Noruega e Brasil-Marrocos
Dia 17 - Chile-Austria e Itália-Camarões.

A cerimónia de abertura será igualmente transmitida - no dia 10, às 15h30, na RTP1.

Por seu lado, a SIC anuncia um resumo diário, a transmitir imediatamente após o Jornal da Noite e imediatamente antes do Último Jornal.



Uma nova série do italiano «O Polvo», a 8ª, em dois episódios, neste fim-de-semana da RTP

16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.30 Hugo
20.00 Portugalmente
20.30 Tudo em Família
21.10 Cidade Louca
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 À Volta da Meia-Noite (de Bertrand Tavernier, EUA/Fr./1986, com Dexter Gordon, François Cluzet, Gabrielle Kaker. Ver Destaque)
01.00 Falatório
02.00 Objectivo Lua

SIC

08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Malucos do Riso
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Bom Baião
12.30 Ora Bolas, Marina
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 Ai os Homens
23.15 Esta Semana
00.30 Último Jornal
00.55 Flash
02.10 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.05 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 O Lago Sangrento (de David S. Jackson, EUA/1997, com Yasmine Bleeth, Marion Ross, Linden Ashby, Robert Prosky. Mistério)
01.20 Seinfeld
01.50 Ponto Final

16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 Portugalmente
20.35 Tudo em Família
21.10 Quem Sabe Sabe...
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Kansas City (de Robert Altman, EUA/1995, com Jennifer Jason Leigh, Miranda Richardson, Harry Belafonte, Michael Murphy, Dermot Mulroney. Ver Destaque)
00.45 Falatório
01.45 Ternuras e Arrufos

SIC

08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Malucos do Riso
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Bom Baião
12.30 Ora Bolas, Marina
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Bom Baião
21.30 Por Amor
22.30 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
02.40 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
15.50 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 A Sombra da Morte (de Alan Metzger, EUA/1991, com Scott Bakula, Lindsay Frost, Miguel Ferrer. Policial.)
02.00 Seinfeld
02.40 Fora de Jogo



E as aventuras do «Major Alvega» ainda continuam

com Joe Spano, David Lasher, Michael Gorjain. Drama)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Um Dia de Cão (de Sidney Lumet, EUA/1975, com Al Pacino, John Cazale, Charles Durning, Chris Sarandon. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
12.40 Gémeos
13.35 Contra-Ataque
15.10 Feed Back
15.45 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.40 Competente e Descarada
17.10 Poder e Ambição
19.00 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 O Seu Maior Desafio (de Betty Thomas, EUA/1994, com Meredith Baxter, Jamey Sheridan, James Sutorius. Drama)
00.30 Ave de Rapina (de Tenistocles Lopez, EUA/1995, com Dominic La Banca, Pamela Runo, Dennis Keifer, Rod Kei. Acção)

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
15.00 O Céu Como Horizonte
16.15 Competente e Descarada
16.50 Poder e Ambição
18.45 Desafios
19.00 Nightman
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 Mar de Desejos (de John Dugan, EUA/1992, com Karina Lombard, Nathaniel Parker, Claudia Robinson, Michael York. Drama)
01.00 A Magia do Cinema



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Um fotograma de «À Volta da Meia-Noite», de Bertrand Tavernier

À Volta da Meia-Noite (Quinta, 22.50, RTP2)

Dale Turner, célebre saxofonista norte-americano, com uma carreira arruinada pela bebida e pelo álcool, decide radicar-se em Paris. Francis Borier, jovem desenhador e inveterado amor de Jazz, torna-se seu grande amigo e confidente, transmitindo-lhe de novo confiança. Dale regressa a Nova Iorque com grande sucesso mas morre pouco depois num hospital. Eis um filme fruto da inegável paixão do seu realizador, Bertrand Tavernier, pelo Jazz, a ponto de se inspirar numa figura misto de Lester Young e Bud Powell para recriar a personagem de Dale Turner, a qual é surpreendente e admiravelmente interpretada por Dexter Gordon que também foi, na vida real, um grande músico de Jazz. No filme participam ainda vários músicos conhecidos, entre os quais Herbie Hancock que é responsável pela banda sonora do filme



Jennifer Jason Leigh, Harry Belafonte e Robert Altman, em evidência no filme «Kansas City»

Kansas City (Sexta, 22.50, RTP2)

Com acção situada em Kansas City no período da Grande Depressão, este filme de Robert Altman reconstitui com elevado sentido do pormenor uma época bem caracterizada, ao desvendar-nos os bastidores do crime e da alta política através da história de uma jovem que rapta a mulher de um político influente para que este se veja obrigado a salvar o marido das mãos de um gangster, dono de um clube de Jazz. Entretanto, as referências levantam fortes reservas à construção dramaturgical do argumento preferindo sublinhar a importância da música neste filme - a cargo, aliás, de grandes músicos de Jazz actuais. Nos principais papéis, salientam-se Harry Belafonte e Jennifer Jason Leigh.



John Cazale e Al Pacino, em «Um Dia de Cão», o melhor filme da semana



A célebre cena de Deborah Kerr e Burt Lancaster, em «Até à Eternidade», de Fred Zinnemann

Esplendor na Relva (Sábado, 23.40, RTP2)

Numa pequena cidade do estado de Kansas, Deanie, filha de um pequeno accionista, e Bud, filho de um poderoso capitalista, são colegas de estudo e amam-se. Entretanto, os pais, considerando-os muito novos, sobretudo, influenciados por preconceitos de classe, recusam o casamento, e Bud acaba por contrariar Deanie e submeter-se àquela decisão, com consequências dramáticas imprevisíveis. Um grande argumento, da autoria de William Inge, para um dos melhores filmes de Elia Kazan,



Frank Sinatra e Kim Novak, em «O Homem do Braço de Ouro», de Otto Preminger

exacerbado e febril na crítica feroz ao puritanismo conservador da América profunda. Duas admiráveis interpretações de Natalie Wood e de Warren Beatty.

Um Dia de Cão

(Sábado, 01.55, SIC)

Ao encenar cinematograficamente um incidente igual a tantos outros na vida real - o assalto fracassado de três homens a um banco de Brooklyn - Sidney Lumet acaba por desenvolver uma forte crítica à sociedade americana, denunciando o papel da polícia, dos meios de comunicação social e, em geral, da intolerância reinante e criando uma situação de suspense progressivamente desconfortável e sufocante. Nos principais papéis, Al Pacino tem uma das suas maiores criações de sempre, bem acompanhado por um inquietante John Cazale e por um dramático Chris Sarandon. Inteligência, dramatismo e... humor, eis o que não é muito frequente encontrar em tão alto grau num único filme.

Até à Eternidade

(Segunda, 23.50, RTP2)

Eis o primeiro filme de um ciclo que a RTP 2 dedica, com oportunidade, à figura de Frank Sinatra. Sem dúvida que a cena tórrida entre Burt Lancaster e Deborah Kerr à beira-mar ficou para sempre com uma imagem de marca desta obra de Fred Zinnemann, mas o filme é muito mais (e muito menos) do que isso: precisamente, também, o retrato do quotidiano violento de um campo das forças americanas em Honolulu, a morte dramática de um dos militares, o duelo à faca, mas também cenas fracassadas como a da bebedeira e alguns outros insuportáveis momentos. Premiado com vários Oscars, ficou como obra de certa maneira incontornável do cinema de uma época.

O Homem do Braço de Ouro

(Terça, 22.50, RTP2)

Esta é a história terrível de um morfínmano que, hesitando permanentemente entre o reconhecimento devido à sua mulher inválida que o tenta ajudar e a paixão impossível por outra mulher, se revela impotente para escapar ao círculo da droga. Sem dúvida que, pela sua temática e pelo seu tratamento, este filme, para além de extremamente poderoso na sua encenação, é uma acto de coragem por parte de Otto Preminger e mesmo que, aos olhos de hoje, possa parecer que ele não terá ido tão longe quanto seria desejável na denúncia da engrenagem do tráfico, não pode ignorar-se que o realizador teve de lutar contra essa outra sinistra máquina que era a da Censura. Frank Sinatra, no principal papel, arranca uma das suas mais impressionantes interpretações no cinema, de que é exemplo toda a espantosa sequência da tentativa de desintoxicação.

Alta Sociedade

(Quarta, 22.50, RTP2)

Um registo completamente



diferente para outra interessante interpretação de Sinatra, aqui acompanhado a preceito por Grace Kelly, Bing Crosby e Louis Armstrong, num filme musical que é uma nova adaptação, ligeirinha, de uma grande obra-prima: Casamento Escandaloso (The Philadelphia Story), de George Cukor.

CABO & SATELITE

Uma questão não resolvida

Problema que não anda propriamente «nas bocas do mundo» é o da sempre adiada situação da colónia francesa da Nova Caledónia. Dez anos após a assinatura dos acordos de Matignon, que deveriam culminar num referendo a realizar em Junho sobre a sua autodeterminação, os responsáveis caledónios e o governo francês acabam de assinar novo acordo que adia (em definitivo?) uma possível independência da ilha para 2013 (!). O canal Arte dedica então a sua habitual noite temática a este problema, apresentando sucessivamente três peças: a primeira parte de um telefilme de Michael Offer, intitulado «Terra Violenta» sobre um século de história da Nova Caledónia visto através do destino de três mulheres; um documentário de Emilio Pacull sobre o quotidiano de uma tribo kanak, célebre pela sua combatividade nos anos 80; e um outro documentário («Os Mediadores do Pacífico») sobre os acontecimentos de Abril de 88 que levaram então à intervenção e mediação de Michel Rocard. (Arte, Quinta, das 19.40 às 00.05)

todos os aspectos) atriz que dá pelo nome de Isabelle Hupert - saiba que a TV 5 lhe dedica largo espaço na emissão de hoje. É, aliás, o começo de um ciclo, com arranque pelas 19 horas e a transmissão de um filme, «L'Inondation» (1993) realizado por Igor Minalev e com a atriz a contracenar com Boris Nevszorov, seguindo-se um programa especial até às 21 horas. (TV 5, Quinta, das 19.00 às 21.00)

Um excelente filme de Turturro

Ainda no campo do cinema, se não viu a sua primeira transmissão, não perca hoje um excelente filme realizado por John Turturro e que foi premiado em Cannes. Trata-se de «Mac», data de 1992 e conta-nos a história de três irmãos de ascendência italo-americana que, perto de Queens (Nova Iorque), seguem, na construção civil, a profissão de seu pai. Admirável! (Arte, Sexta, das 23.50 às 02.00)

Atletismo de primeira

Se está mais interessado no bom desporto, saiba que o Eurosport lhe oferece a possibilidade de seguir mais um meeting de atletismo integrado no II Grand Prix da IAAF. Desta vez, é em St. Denis, um encontro internacional criado já em 1984 (por influência, aliás, do jornal L'Humanité) e que costuma reunir a elite do atletismo internacional. (Eurosport, Quinta, das 21.00 às 22.00)



A bela Isabelle

Se, por outro lado, a sua paixão é o cinema - e, já agora, essa belíssima (sob



Os Senhores do Mundo

«Nesta série, conheça seis desses senhores do mundo. Como foi a sua governação. Os seus vícios e as suas qualidades. Homens que moldaram a face do mundo, de acordo com a sua própria vontade e, em grande medida, ajudaram a que o conhecimento e a cultura se espalhassem um pouco por todo o mundo.» Assim anuncia a TV Cabo o começo da transmissão, no canal Odisseia, de uma série documental sobre os imperadores da Roma Antiga. A visitar. Hoje estará em destaque Justiniano. (Odisseia, Terça, das 20.00 às 21.00)



A história repete-se?

Como eu gostaria de ser hoje mais positivo. Mas reparem que, apesar de tudo, tive o cuidado de colocar, no final do título acima, um ponto de interrogação. Quer dizer: não tenho propriamente certezas, apenas sinto dúvidas e, ao contrário do outro, certamente que estou enganado.

A propósito de quê? Bem, a propósito da sensação que desde há algum tempo me assalta (quicá, até, ideia fixa) de que, afinal, bem vistas as coisas, nada de substancial parece ter-se modificado, em termos de orientação, nos já muitos meses que até agora leva de serviço efectivo a nova equipa de responsáveis pela RTP. Minto: atenuaram-se, de certo modo, as manchetes sensacionalistas no arranque do **Telejornal**; também é verdade que a já tradicional qualidade da **RTP 2** não baixou (obrigado! o contrário é que seria de estranhar!) ou que

se notam algumas iniciativas de pormenor com algum impacto positivo, designadamente a flagrante melhoria no formato do **Jornal 2**. Mas, no fundo, a impressão que nos fica, na generalidade, é a de que praticamente nenhuma medida de fundo terá sido tomada em termos de filosofia de programação quanto ao sector que mais interessaria sofrer radicais modificações: o canal generalista, aquele que poderia ser a «pedra de toque» de uma verdadeira mudança de estratégia face aos operadores privados, finalmente garantindo um serviço público inequívoco, que não continuasse a ser escuraçado para o gueto da **RTP 2** e a ser ao mesmo tempo subvertido na **RTP 1** – pelo abuso do mau gosto, da piroseira e da incultura, mesmo e sobretudo em termos de puro divertimento. Entretanto, como a restante crítica televisiva institucional não deve andar distraída e eu não tenho lido nada sobre esta matéria, querem ver que estou enganado? Ou será que, mais uma vez, vai passar-se aquilo que aconteceu com a anterior equipa de **Joaquim Furtado**, adormecendo-nos com promessas e reestruturações, nunca se chegando a perceber, afinal, quando era para levar a sério a tal «nova programação» para a RTP, acabando tudo como acabou?

Vendo bem, o único gesto corajoso de **Maria Elisa** de que consigo recordar-me foi o de ela ter feito constar que iria fazer desaparecer (como fez) essa coisa abjecta que, se bem me lembro, dava pelo nome de «**Obrigado Por Tudo**» – iniciativa que até parecia augurar bom futuro. Afinal, ao debruçarmos agora sobre a programação que nos chega ao jornal, aliás confirmada pelo frenético **zapping** em busca de alguma coisa que se veja no pequeno ecrã, a experiência demonstra-nos a continuada presença de produtos televisivos tão primários como «**Nico**

d'Obra» ou «**Nós os Ricos**» ou o recentemente regressado «**Reformado e Mal Pago**» – quase todos, é curioso, da mesma origem em termos de produção externa e alguns deles em reposição (a pedido de quem?) – ou esse repositório de «flagrantes do real» em jeito de mundo-cão que é «**Isto Só Vídeo**» ou o lugar de encontro de todos os nacionais-cançonetismos-vertente-pimba em que se tornou «**Made in Portugal**», para já não falar dessa «pérola» da ficção portuguesa que dá pelo nome de «**As Lições do Tonecas**» e sem esquecer, claro, «novidades» tão absolutamente estonteantes e indispensáveis como

«**Assalto à Televisão**»!... Seria até mesmo injusto não reconhecer que a eliminação do tal «**Obrigado Por Tudo**» (cuja especificidade em termos de baixa qualidade não se consegue lobrigir, se comparada com a de alguns produtos

agora mencionados e que continuam no activo) permitiu a tão ansiada projecção das obras completas de **Louis de Funès**, subordinadas à bela temática «**O Gendarme...**», etc., etc.

Entretanto, parecendo alheia a isto tudo e dando a ideia de que vive noutra planeta e até nem tem responsabilidades especiais na orientação e direcção de uma instituição com tanta responsabilidade como é a televisão pública, a mesma **Maria Elisa** não deixa de surpreender-nos, por exemplo, pelo tempo que ainda arranja para continuar a produzir o seu programa (é obra!) ou para escrever semanalmente as suas tão mundanas crónicas para o «**Diário de Notícias**». Crónicas nas

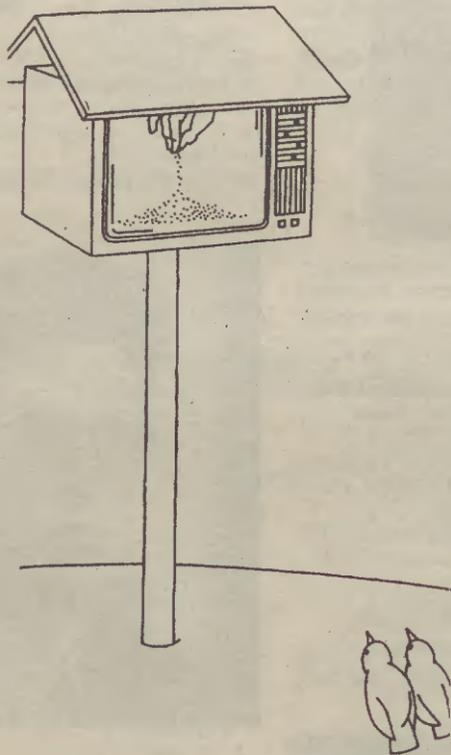
quais, entre outras assinaláveis vivências, tanto nos dá conta (31.05.98) do deslumbramento que foi a sua visita ao **Museu Getty** (em Los Angeles) como, a propósito da estadia entre nós de **Bernard Pivot** com o seu «**Bouillon de Culture**», não deixa de também sublinhar (10.05.98) a sua afadigada passagem pelo **Seminário «Europa e Cultura»**, não deixando de se mostrar tu-cá-tu-lá com figuras como **Lourenço,**

Lopes, Seixas, Barreto, Correia – até **Borges**, há muitos anos em Buenos Aires (!) – tendo a lata de acrescentar à citação que faz de **Carrilho** («a cultura é o que Portugal tem de mais exportável no sentido de afirmação do País») o «distanciado» comentário: «Provavelmente terá razão. Mas que caminho percorrer até que essa afirmação seja visível?»

Que caminho, **Maria Elisa**? Para já não falar da importante missão que por si poderia ser desempenhada, neste campo, aproveitando a **RTP Internacional**, por que não começar, para já, pelo caminho que medeia entre os emissores da **RTP 1** e as nossas casas? Ou, posto de outra maneira: até quando é que continuarão a gozar connosco?!

TVISTO

Francisco Costa



Da manipulação dos afectos

Passando pela Rotunda da Boavista, a mostra dum estabelecimento de retalho de um conhecido banqueiro de Deus oferece-nos a simpática imagem de um rechonchudo bebé de fralda, a olhar o relógio de pulso: “Entre... um minuto bem gasto.”

Esta utilização de crianças na publicidade, sistemática e crescente, dá que pensar – o que terá um nado-vivo de poucos meses com o convite de um Banco a clientes apressados, procurando cativá-los pela rapidez dos serviços que presta?

Qual será a mensagem subliminar, já que, liminarmente, a criança, nascida para a vida, é ainda nascitura para a esfera cinzenta dos depósitos, créditos e poupanças?

Não pretendo responder a esta interrogação, que me inquieta, e perturba, e em si mesmo me indigna, porque este recurso continuado a crianças, nos mais diversos

pacotes publicitários, configura uma fria instrumentalização, abusiva e abusada, a que não devemos ficar indiferentes. Mas antes reflectir um pouco sobre esta escalada de envolvimento da infância e dos afectos mais puros e espontâneos que a rodeiam no sabido mundo dos adultos, dos negócios, do consumo, de compras e vendas, onde nada se dá, tudo tem um preço.

A publicidade visual, aquela que sugere mais do que diz, que a memória comprovadamente mais retém, que se dirige mais aos sentidos, às emoções, do que à razão, utiliza, cada vez mais frequentemente, crianças para promover a comercialização de produtos.

Mesmo os que não lhes sejam directamente destinados, nuns casos violando no limite, noutros contornando, as normas legais aplicáveis.

Atente-se, entre muitos outros sinais visíveis num universo de milhões de pessoas, naqueles anúncios – todos nos lembramos certamente – que mostram uma sala de espectáculo com recém-nascidos sorridentes, galreando ainda, que publicitam uma marca de automóveis, ou aquele em que garotos já vestidos de jovens executivos, espertos, agressivos e de sucesso, publicitam uma marca qualquer.

Muitos outros vão surgindo com os mesmos ingredientes: jovens a imitar adultos, crianças felizes num quadro familiar sorridente com uma qualquer marca em fundo.

Os “tios Olavos” desta época discorrem imenso sobre estes assuntos. Mas a publicidade não reflecte apenas tendências, induz opções e modela comportamentos. Não se limita a aconselhar marcas, contém, por vezes, uma diáfana mensagem ideológica.

Entretanto, os hipermercados já inventaram o mini-carrinho de compras, onde a filharada coloca as embalagens mais coloridas, dando origem, por vezes, a acaloradas discussões com os mais velhos, entre lágrimas e ralhetes.

Tenho visto ranchos de pequenada, vindos dos jardins de infância, a invadirem centros comerciais e hipermercados, diligentemente guiados por educadoras, que entendem assim, além de passar o tempo,

contribuir para a formação da personalidade da miudagem, uma espécie de aulas práticas de *educação para o consumo*.

Algumas escolas vão criando as suas parcerias com grandes superfícies, em curiosos protocolos “mutuamente vantajosos”, sobretudo para a criação de futuros consumidores, com o patrocínio do Ministério e a que o novo regime de autonomia dará o impulso que falta.

No meio de tudo isto – vi há dias um miúdo de um bairro degradado a exhibir, radiante, o cartão VIP que tinha arranjado, sabe-se lá como, num salão de jogos do “continente” dos seus sonhos – há também um discurso contra a febre consumista, sensatas prevenções contra o sobreaquecimento do crédito ao consumo e, surpreendentemente, vindas de quem vêm, algumas alusões à teologia do mercado. Boas palavras a que, infelizmente, não têm correspondido acções.

O capitalismo neoliberal, que inspira o pensamento ainda dominante neste final de século, impõe na lógica da formação do lucro, sem olhar a meios, sem reparar nas pessoas concretas, a mercantilização totalitária da actividade humana.

Tudo vai sendo possível, mesmo a despuddorada manipulação dos afectos.

Talvez seja tempo de um debate sério sobre esta questão.

MOTES & VOLTAS

Jorge Sarabando

ESCAPARATE

MÚSICA

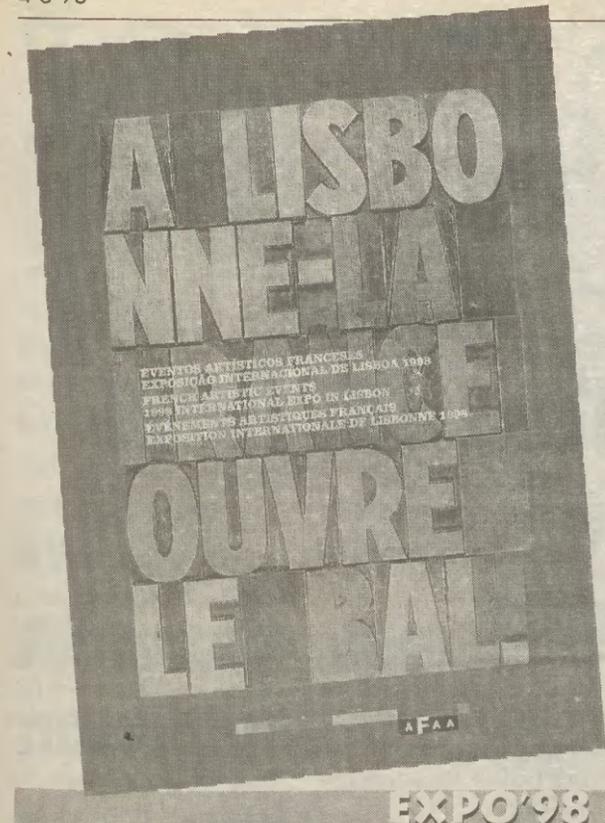
6 Violoncelos 6

Chama-se «Violonseis» um curioso e original grupo formado por (seis!) violoncelistas da Orquestra Gulbenkian, a saber: Célia Vital, Maria José Falcão, Teresa Portugal Nuncio, João Mucho, Varoujan Bartikian e Levon Mouradian. Destacando-se nos últimos tempos no panorama da música de câmara portuguesa, este

agrupamento musical vai agora apresentar-se em concerto no Seixal, concretamente no excelente auditório do Forum Cultural daquela cidade. Serão executadas peças de Popper, Fitzenhagen, Luís Cipriano, Rossini, W. T. Mifun, Offenbach, Max Bruch e Scott Joplin. É no próximo sábado, 6, pelas 21.30.



Gioachino Rossini (1792 / 1868)



EXPO'98

A presença da França

A exemplo do que acontece com as representações nacionais de dezenas e dezenas de países, também a França vai dedicar um dia em particular para comemorar a sua participação na Expo'98 de Lisboa. Será na próxima terça-feira, 9, com uma série de manifestações que decorrerão em vários palcos e por todo o recinto da Expo, incluindo naturalmente o próprio pavilhão da França, subordinadas ao título genérico «A França Abre o Baile». Entre os vários espectáculos

contar-se-ão o repertório clássico, a música *techno* ou do Magreb, acordeão, *rap*, músicas tradicionais, *rock*, etc., com a participação de grupos e orquestras como a Orquestra Nacional do Capitólio, de Toulouse (com obras de Ravel, Weber e Berlioz) ou a Grande Orquestra do Baile, passando pelo Quarteto de Claude Barthélémy-La Baronne-Élise Caron, o trio Marc Perrone-Pascal Contet ou os fabulosos rappers «Troubadours», entre muitos outros grupos e solistas.

EXPOSIÇÕES

Pinturas de Fernando Paulino e Costa Camelo

Inaugura-se na próxima terça-feira, 9, na Galeria do Salão de Congressos da Câmara Municipal de Seia, uma exposição de pintura de Fernando Paulino. Na apresentação desta exposição, João Manuel de O. Soares escreve: «Esta vez, com o intuito de mostrar um caminho em que o imaginário e o sonho habitam lado a lado com o real, o mundo das formas conhecidas, (Fernando Paulino) mostra-nos nesta sua exposição mais recente, um conjunto de obras em que as velhas formas de um património histórico, expressas em suas pedras seculares, também podem constituir elementos de grande riqueza susceptíveis de serem trabalhados artisticamente. Aqui se define o artista com a sua capacidade ou dom para agarrar o inesperado, que até pode ser o que pensamos conhecer.» Esta exposição estará patente até ao próximo dia 21.



Pintura de Costa Camelo



Pintura de Fernando Paulino

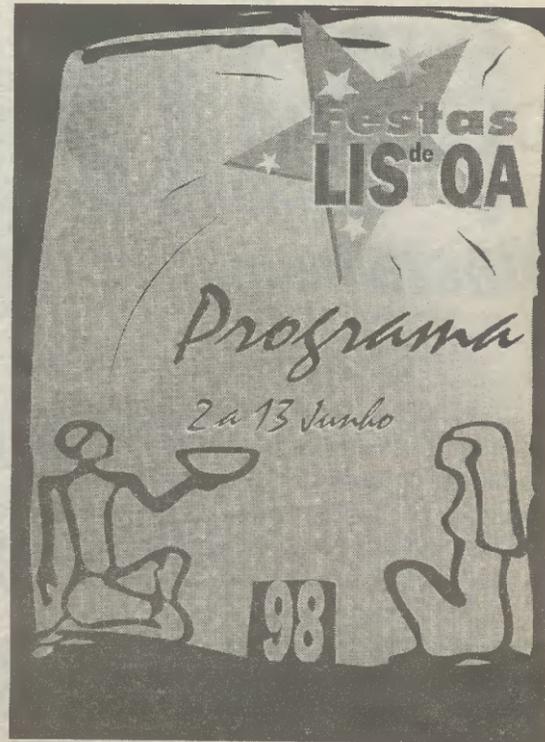
Entretanto, prossegue até 5 de Julho na Galeria Municipal da Amadora a exposição de pintura de Costa Camelo cujo horário é o seguinte: terça a sexta, das 10 às 12.30 e das 14 às 18 horas; sábados, domingos e feriados, das 15 às 18 horas.

TEATRO

Fantoches no CCB

Na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, estreia-se na próxima 2ª feira às 15 horas, prosseguindo com espectáculo a 9 (11 horas), 10 (11.30 e 15.30), 11 e 12 (às 11 horas), «Fantasias e Bagatelas», teatro de fantoches de Pierre Blaise pelo Théâtre Sans Toit. Segundo a apresentação do programa, este espectáculo «recolhe, ao acaso, fragmentos de uma música antiga, de uma palhaçada sem nexos, maliciosa e ingénua, de um desejo de abracadabra, executado pelo prazer do ritmo, da dança e do riso.

Revive assim os fantásticos fantoches que levam uma vida descaraca e turbulenta, nas barracas de marionetas dos passeios dos jardins públicos. (...) Os adereços feitos a partir de caixas que se montam e desmontam, constituem um verdadeiro jogo de construção e apercebemo-nos da arte da manipulação assim que os marionetistas recomeçam as mesmas cenas, de mãos nuas, sobre o avesso do cenário». «Fantasias e Bagatelas» é uma produção do Centro de Pedagogia e Animação do CCB.

Aí estão:
as Festas de Lisboa!

Tal como acontece todos os anos, as ruas e as praças da capital portuguesa estão já a animar-se de novo com a realização das «Festas de Lisboa». «Elemento fundamental da vida urbana, as Festas constituem um momento de afirmação colectiva, de criatividade, convívio, satisfação, participação, reencontro e aspirações a uma vida melhor. Ao longo dos últimos oito anos, as Festas de Lisboa tiveram um papel determinante na vida cultural da Cidade, conseguindo atingir o objectivo de uma participação popular. Pretendemos agora começar um novo ciclo, em que as Festas serão vividas de forma diferente, mais intensamente, obedecendo a uma nova lógica de ocupação do território, concentrando no espaço e no tempo os eventos de rua, demarcando-se assim um novo espaço de vida na Cidade.» É com estas palavras de esperança e projecto que o vereador dos Pelouros da Educação e Juventude e da Reabilitação Urbana da CML, António Abreu, antecipa as Festas de Lisboa para este ano que, desde antontem, animam em particular quatro zonas da cidade: a Praça do Comércio, o Campo das Cebolas, o Terreiro do Trigo e o Largo do Chafariz de Dentro. A programação é vastíssima e extremamente variada (constando de programa especial já tornado público) e, para além das habituais Marchas de Lisboa, que desfilarão no dia 12, haverá os tradicionais Arraiais populares, nas ruas e vielas dos velhos bairros da cidade e também nos novos espaços para onde Lisboa evoluiu, assim como inúmeros espectáculos de música popular, canções, marionetas, teatro de rua, Jazz, piano-bar, fado, salsa, ritmos de Espanha, França, África e América Latina, jogos tradicionais ou diversas actividades desportivas. Ou seja, animação diária e até altas horas, de 2 a 13 de Junho.

LISBOA
FESTAS DE LISBOAWEBBAHL
FOTOGRAFIA DE LISBOA

ATALHE DE FOICE

Basta?

Acabar com a «impunidade» de menores delinquentes e «educá-los para o direito» é pretensamente o objectivo do projecto de reforma do direito tutelar de menores recentemente apresentado pelo Ministério Público. Pretensamente, também, o referido projecto encontra-se em fase de discussão pública, embora no início da semana os grupos parlamentares ainda não o tivessem recebido, o que é no mínimo insólito.

O que se sabe, através das declarações de alguns intervenientes no processo, suscita não só perplexidade como uma profunda preocupação. Segundo Rui Epifânio, da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, a cargo de quem esteve o projecto em causa, «temos um sistema demasiado protectorio, ultrapassado, um sistema positivista que, sob a capa de que toda a criança necessita de protecção, se abate sobre ela, esmagando-lhe a autonomia». Em abono da asserção invoca-se a burocracia do sistema, mas, para que não restem dúvidas do que está em causa, Rui Epifânio acrescenta que «há ocasiões em que é preciso dizer ao menor: 'Basta!'».

A perplexidade coloca-se de imediato com a apreciação ao sistema - «demasiado protectorio», «positivista»... - que, se é necessário mudar, é porque não serve.

Mas a preocupação, essa, surge com as medidas com que se pretende inovar: o menor passa a ser julgado em tribunal; as penas incluem a completa privação de liberdade (em «centros de educação») e castigos (medidas cautelares) em quarto disciplinar por um período de vários dias (a «solitária?»). Nos ditos centros, o menor poderá ainda ser sujeito a medidas preventivas e de vigilância, bem como a «medidas de contenção física pessoal» através da «utilização da força física para a imobilização do menor». Ou seja, levar pancada?

Como se isto fora pouco, há ainda a intenção de «separar as águas», que é como quem diz tratar de forma diversa os menores considerados «vítimas» e os menores classificados de «delinquentes», sendo que os primeiros são considerados «em risco» e os segundos «responsabilizados perante a justiça».

Ora é justamente neste ponto que a questão se complica. Que raio de sociedade é esta que pretendemos construir em que um menor delincente deixa de ser encarado como um menor em risco?

Que responsabilização se pretende imputar a um menor - o projecto não se refere a idades, mas do que se está a falar é de menores de 12 e 13 anos - que envereda pela delinquência, quando a sociedade se desresponsabiliza da panóplia de motivos (afectivos, sociais, económicos, etc.) que podem estar na origem do comportamento desviante?

Que «educação para o direito» é esta que se propõe através da prisão, do isolamento, da utilização da força física?

Onde o acompanhamento médico, psicológico, afectivo para crianças, porque é de crianças que se trata, cujo comportamento se tornou desviante? Quem faz a história da família e dos dramas vividos pelo «menor delincente»? Quem responsabiliza a família, quantas vezes a instigadora da delinquência? Como se ajuda a família?

O projecto não parece dar resposta a estas questões. E não basta certamente dizer «Basta!» a crianças cuja vida se limita tantas vezes à dura aprendizagem da sobrevivência na lei da selva em que nasceram. Sobejam sem, dúvida, motivos de preocupação com o crescendo da delinquência juvenil. Mas não será erguendo muros que o problema poderá ser resolvido. Talvez tenha chegado a hora, se o problema está aberto à discussão pública, da sociedade se questionar sobre o que está a fazer às suas próprias crianças.

■ Anabela Fino

Arrancam os debates em vários pontos do País

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

Em correspondência com a decisão aprovada pelo Comité Central em 14 e 15 de Fevereiro no sentido do PCP contribuir para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal; na sequência da declaração de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP na apresentação do PORTUGAL 2000 - Debates para uma política de esquerda; - vão ter lugar nas próximas semanas, em vários pontos do país - Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Setúbal -, um primeiro conjunto de importantes iniciativas.

Divulgam-se desde já as seguintes iniciativas:

• **Que reforma para a Segurança Social?** - 17 de Junho, 17 horas - no Hotel Zurique - Sala Columbia (Rua Ivone Silva nº 18 - junto à RTP, Av. 5 de Outubro em Lisboa).

• participação: Edgar Correia,

Eugénio Rosa, Leonor Guimaraes, Maldonado Gonelha, Maria Bento;

• **A participação dos cidadãos, valor inseparável da democracia.**

- 19 de Junho, 21 horas - na Sociedade Musical Capricho Setubalense, em Setúbal.

• participação: Diana Andrinha, Fernando Nunes da Silva, Isabel Guerra, Luís Sá, Óscar Mascarenhas;

• **Para um sistema fiscal mais justo** - 22 de Junho, 17 horas, na Casa Amarela da Assembleia da República

• participação: Medina Carreira, Octávio Teixeira, Saldanha Sanches.

Já em Julho decorrerão outras iniciativas. Em Coimbra, no dia 1, sobre o projecto de esquerda e de poder. Em Évora, no dia 4, sobre regionalização e desenvolvimento. No Porto sobre a política de Saúde. E em Lisboa, sobre a justiça em Portugal. Voltaremos ao assunto em próximas edições do Avante!

O PCP dá assim início a um alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda, respeitador da pluralidade

das expressões e das diferenças, susceptível de no seu desenvolvimento estabelecer pontes e de construir convergências políticas que contribuam para afirmar e viabilizar um projecto de poder. Um processo que é propósito dos comunistas que seja profundamente aberto à sociedade, e às forças, posicionamentos, ideias e aspirações, que nela se manifestam criticamente em relação às orientações neoliberais. Que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas. Que seja mobilizador e envolvente de movimentos e forças sociais e culturais diversas. Que releve a intervenção da juventude e das mulheres e no qual todos os cidadãos encontrem, directamente, o seu próprio espaço de participação.

Segurança Social

Os trabalhadores têm uma palavra a dizer

A Segurança Social vai estar em debate no próximo sábado, numa Conferência Nacional promovida pela CGTP-IN, no Hotel Penta, em Lisboa. Uma iniciativa que se insere num processo de esclarecimento e luta que terá como pontos altos as jornadas de luta em defesa da segurança social e contra as alterações à legislação laboral, a realizar em Lisboa, no próximo dia 18, e no Porto e Aveiro, dia 20.

A CGTP-IN considera que os trabalhadores têm sido arredados da discussão destas questões e sublinha a necessidade da sua activa intervenção. Em declarações proferidas na sequência de uma reunião da comissão executiva da central sindical, Maria do Carmo Tavares, do executivo da Intersindical, afirmou que «os trabalhadores têm uma palavra privilegiada a dizer sobre a reforma da segurança social,

pois são eles que contribuem financeiramente para ela e usufruem dela».

A Conferência, a realizar este sábado, será um contributo para a afirmação dessa incontornável palavra dos trabalhadores.

Em discussão está, desde já, um projecto de resolução que começa por denunciar a proposta apresentada pelo governo na Assembleia da República porque «põe em causa direitos adquiridos; não põe termo à descapitalização; não garante a sustentabilidade do sistema». Uma proposta que «reflecte uma opção clara pelas posições defendidas pelo patronato e pelo sector financeiro».

Concretamente, verificar-se-ia «a subordinação da segurança social aos interesses económicos (esquemas privados, reduções de contribuições patronais, etc.), pondo em causa direitos adquiridos e agravando a situação finan-



Manifestação, frente à Assembleia da República, em 27 de Maio

ceira da segurança social». Simultaneamente, «a consagração de um tecto contributivo e as medidas selectivas limitam a universalidade e têm como objectivo empurrar os trabalhadores de rendimentos médios e médios-altos para esquemas privados de seguros e de planos de pensões». Assim, a CGTP-IN propõe: rejeitar as propostas do governo;

lutar por medidas com vista a aperfeiçoar e melhorar a segurança social; realizar uma reforma financeira profunda; reformar a organização e a gestão; melhorar os sistemas complementares; mobilizar os trabalhadores e a sociedade em geral para uma reforma da segurança social que se traduza «num reforço das solidariedades e da coesão social»; exigir que seja efectuada uma reforma fiscal.

A Intersindical denuncia ainda o carácter injusto, demagógico e perigoso dos ataques à segurança social em nome da equidade ou do evitar dos «fardos dos jovens com as gerações actuais» e sublinha a crescente necessidade de «solidariedade e de coesão social».

Carlos Carvalhas na reunião de Partidos de Esquerda em Berlim

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, participará nos próximos dias 5 e 6 de Junho, em Berlim, numa reunião de Partidos de Esquerda da Europa promovida pelo Partido do Socialismo Democrático da Alemanha.

Esta reunião, que se realiza na sequência de anteriores reuniões e iniciativas multilaterais, nomeadamente as de Paris, Lisboa e Madrid, tem como objectivo o intercâmbio de informações e opiniões sobre a evolução da situação no plano

Europeu e em particular da União Europeia, e sobre as respostas concretas a nível nacional e europeu em prol de uma Europa social e de um novo rumo para a construção europeia e o desenvolvimento da cooperação entre as forças políticas participantes.

A delegação do PCP inclui ainda Agostinho Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, e Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável pela Secção Internacional.

